



DIRECTOR

HENRIQUE GALVÃO

ADMINISTRADOR E EDITOR

ANTÓNIO PEDRO MURALHA



SEDE

RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º

Endereço Telegráfico

«MINERVA»

TEL. 2 4253

Propriedade da Empresa

PORTUGAL COLONIAL



PREÇO AVULSO

Metrópole..... 3500
Colónias..... 4500

(ASSINATURAS)

Metrópole (6 meses)... 18500
Colónias (6 meses)... 24500



COMPOSTO E IMPRESSO
OTTOSGRAFICA LIMITADA

Conde Barão, 50 — LISBOA

Visado pela Comissão de Censura

SUMÁRIO

MOÇAMBIQUE	<i>Henrique Galvão.</i> Publicista colonial.
FOMENTO COLONIAL—A «PORTUGAL COLONIAL» ENTRE- VISTA O SR. MINISTRO DAS COLÓNIAS SÔBRE O MO- MENTOSO ASSUNTO	***
ALGUNS PROBLEMAS DE MOÇAMBIQUE—NOTAS À MARGEM	<i>Dr. Francisco Machado.</i> Economista.
FOMENTO DE MOÇAMBIQUE	<i>Engenheiro Trigo de Moraes.</i>
FOMENTO COLONIAL?—A PROJECTADA LIGAÇÃO DA ILHA DE MOÇAMBIQUE COM O CONTINENTE	<i>Tenente Simões da Mota.</i> Diplomado com o curso da E. S. C.
A REUNIÃO DO INSTITUTO COLONIAL INTERNACIONAL EM LISBOA — UM NOTABILÍSSIMO DISCURSO DO SR. MI- NISTRO DAS COLÓNIAS.....	***
CONDIÇÕES FLORESTAIS DA COLÓNIA.....	<i>Júlio Gardé Alfaro Cardoso.</i> Engenheiro Sivicullor e Agrónomo
DA IMPRENSA COLONIAL TRANSCREVE-SE	<i>Dr. Agostinho de Campos.</i> Professor, escritor e jornalista
CRÓNICA DO MÊS	<i>H. G.</i>
NOTAS DO MÊS	***
INFORMAÇÕES, ETC	***
LIVROS E PUBLICAÇÕES	***
ESTATÍSTICA.....	***
PORTUGAL COLONIAL	

MOÇAMBIQUE

ÊSTE número da Portugal Colonial é dedicado à Colónia de Moçambique. Não pôde uma revista pobre fazer o número de luxo que desejaría.

Tentou no entanto suprir as deficiências inevitáveis de apresentação procurando servir, imparcial e objectivamente, os grandes problemas da Colónia, solicitando a colaboração de quem sobre elas poderia falar com autoridade, com isenção e com o mesmo ânimo de bem servir que tem orientado, desde o primeiro número, a Portugal Colonial.

Julgamos que este número, tal como foi organizado, sem os intuitos comerciais que habitualmente andam na piúgada dos números especiais, agita com elevação alguns dos problemas mais oportunos da nossa grande colónia africana e que, agitando-os, sem paixão nem interesses inferiores, contribuí para os esclarecer e definir.

S. Ex.^a o Ministro das Colónias concedeu-nos uma entrevista que não pode deixar de impressionar todos aqueles que vivem no amor e no sincero entusiasmo pelo futuro de Moçambique.

Os magníficos artigos que sobre Alguns problemas de Moçambique e Fomento de Moçambique publicamos a seguir, tratados pelos mais notáveis especialistas da técnica e da economia da colónia, revestidos duma autoridade que certamente ninguém contestará, levantam os mais urgentes e imperiosos problemas da Colónia — não com os vagos logares comuns em que se entrincheiram aqueles que não estudaram, mas com ideias, com soluções, com opiniões que têm a recomendação de uma experiência, um estudo e uma competência.

O sr. dr. Francisco Machado escreveu, com rara elevação, o artigo que só um grande economista escreveria: com saber, com bom senso, com uma clara e nítida compreensão das realidades. Não veio conquistar as suas esporas d'outro: vem revelar uma vez mais quanto direito tem a uza-las.

O sr. engenheiro Trigo de Morais é o autor do projecto de irrigação do Vale do Limpopo e hoje, sem contestação, o grande campeão português da irrigação em Moçambique. Não é um teórico: a sua obra no Buzi é uma experiência e uma garantia que excedem grandemente todas as dúvidas que se lhe possam opor.

A fisionomia actual dos problemas económicos mundiais, dos quais os problemas económicos coloniais, são apenas um aspecto especial, com as suas incertezas, os seus conflitos, os seus impre-

vistos, não permite que os homens que dirigem ou colaboram numa direcção vivam apenas de fórmulas, de doutrinas, duma ciência que todos os dias se contradiz. Se esses pontos de referência são indispensáveis — como pontos de referência — não é menos indispensável olhar de frente para a vida e compreendê-la nas suas realidades como se compreende nas suas expressões lívrescas. E a cultura, longe de querer dirigir a vida tem que se adaptar a ela e servi-la.

Supomos que em tudo que adiante se escreveu, os homens ilustres e vigorosos, novos e sinceros, que o escreveram, souberam ser pessoas de cultura, pessoas de acção e pessoas de observação. Supomos portanto que prestam a Moçambique mais um relevante serviço e que bem andamos pedindo a sua colaboração neste número em que a causa da Colónia procura defender-se com nobreza, com galhardia e com patriotismo.

Esperamos, por consequência, confiadamente que, mesmo aqueles que em doutrina se afastaram das ideias que os autores expõem, reconhecerão que os seus trabalhos são notáveis, dignos de nomes e das esperanças que o país neles deposita, dignos, enfim da Colónia que pretendemos homenagear.

HENRIQUE GALVÃO

Conferências literárias coloniais

Organizada pelos ilustres artistas Amélia Rey Colaço e Robles Monteiro, com a colaboração do *Jornal do Comércio e das Colónias* e da *Portugal Colonial*, vai realizar-se, com princípio ainda este mês, no Teatro Nacional, uma série de conferências de literatura colonial.

Parece-nos uma forma de propaganda extremamente útil e com uma forma inteiramente nova. Todo o pitoresco, a grandeza, o carácter das nossas colónias será apresentado nessa série de conferências, sob aspectos que não podem deixar de prender e interessar toda a gente.

As conferências são em número de seis e realizam-se nas tardes de sábado na sala do Teatro Nacional. Os nomes dos conferentes são a garantia do êxito que esta ideia certamente vai ter:

General Norton de Matos, Dr. Agostinho de Campos, Brigadeiro João de Almeida, Professor Lopo Vaz de Sampayo e Mello, António Eça de Queiroz e Henrique Galvão.

A primeira conferência realizar-se-há na tarde de sábado 27 do corrente.

Fomento Colonial



A "Portugal Colonial" entrevista o sr. Ministro das Colónias sôbre o momentoso assunto

O sr. Ministro das Colónias, a-pesar-da intensidade dos trabalhos que estão decorrendo, quis ter a amabilidade de conceder uma curta entrevista à «Portugal Colonial» para êste número, dedicado especialmente à Colónia de Moçambique.

A Conferência Imperial cujos trabalhos preparatórios se estão realizando activamente dá a esta entrevista uma oportunidade flagrante.

O sr. dr. Armindo Monteiro falou-nos com aquela segurança e pontuação que nos habituámos a admirar em todos os actos—tão notáveis já—da sua administração, como o timoneiro confiante mas prudente duma nau, que a procela económica todos os dias ameaça e que êle tem conseguido manter num equilíbrio exemplar.

Como o tempo urgia e a entrevista não podia ser longa nem incidir sôbre todos os problemas que a curiosidade do jornalista e o interesse do técnico teriam empenho em ver agitados, procurámos imediatamente o assunto mais palpitante: O fomento de Moçambique.

A arrumação que alcançaram as finanças coloniais, tem feito convergir as atenções e as discussões dos colonialistas para as grandes obras de fomento e valorização das Colónias.

O sr. dr. Armindo Monteiro põe a questão com a sua habitual clareza:

—Evidentemente é necessário fazer fomento e continuar nesse campo a acção de ressurgimento colonial e de defesa dos nossos territórios ultramarinos iniciada com a ordem financeira. Moçambique é, de entre tôdas as colónias portuguesas, aquela que no momento actual mais instante e mais equilibradamente precisa encarar essa necessidade. Todavia não podemos nem devemos deixar-nos dominar por entusiasmos sem disciplina, ou pelo fulgor de idéas que não tenham, em face das realidades inexoráveis de momento, uma perfeita e segura aplicação prática.

O sr. Ministro das Colónias esclarece:

—O perigo de fazer fomento sem finanças perfeitamente arrumadas conhece-o a nossa experiência e conhece-o, ainda com mais dureza e crueldade, a experiência dos últimos anos nou-

tros países coloniais. As nossas finanças coloniais estão em ordem, é certo, mas o mundo atravessa uma fase de incertezas e de surpresas que exigem o maior dos cuidados e das prudências na defesa dessa ordem. Por tôda a parte a queda das receitas é uma ameaça constante para o equilíbrio dos orçamentos, tornando-se indispensável prever as dificuldades de manter na sua firmeza de hoje, o equilíbrio de amanhã. Estamos, por consequência, numa fase de arrumação, de ordem e de disciplina—mas não devemos esquecer que as circunstâncias podem amanhã obrigar-nos a um maior rigor e a novos sacrifícios para as manter. Quere dizer: realizada uma obra financeira é preciso consolidá-la.

—¿Entende V. Ex.^a, nesse caso, que não é ainda a oportunidade de realizar obras de fomento?

—De modo algum. Entendo apenas que é necessário realizá-las com prudência e em obediência estrita às circunstâncias de ordem financeira. Não se faz fomento sem dinheiro. Êste, praticamente, ou se obtem pelo imposto ou pelo empréstimo. Pôsto de parte o primeiro, como bastante para acudir às largas despesas de grandes obras de fomento, fica-nos o segundo recurso com os seus naturais e imprescritíveis encargos. Ora não podemos esquecer que o fomento anda muito mais devagar que os encargos e que por consequência é indispensável que os orçamentos possam ir solvendo estes, sem o recurso a um novo empréstimo, isto é, sem termos que devorar, antes de criados, os lucros do fomento.

E o sr. dr. Armindo Monteiro acrescenta:

—De resto, fazer fomento sério é marchar para um objectivo previamente estudado e rigorosamente calculado. ¿Como permite a paisagem económica do momento actual esse rigor no cálculo e essa seriedade no estudo? Os mercados mundiais estão incertos e sem tendências definidas; a concorrência comercial e industrial faz-se severamente pelo aperfeiçoamento constante da qualidade e embaratecimento dos preços. ¿O que serão os preços, os mercados, as circunstâncias no dia em que começar a produ-

zir a obra de fomento que hoje se planeia? Além disso as obras de fomento exigem técnicos competentes e especializados que ainda não temos ou a quem os trabalhos que há para realizar não interessam. Esta falta é evidente e basta para comprometer uma obra de fomento. Ainda o ano passado, como se atribuísem deficiências de rendimento útil, à falta de técnicos nalguns organismos já criados de Angola e se explicasse essa falta pela exiguidade de meios para lhes pagar, forneci os recursos necessários para remediar o mal. Passado um ano verifico com tristeza que a-pesar-de facultados os meios, os técnicos nao existem ainda: os cargos continuam vagos por não haver técnicos julgados competentes para os exercerem.

Uma pausa curta e o sr. Ministro das Colónias prossegue:

—Não neguemos a necessidade de fazer fomento porque ela é, de facto, imperiosa, mas detenhamos todos os entusiasmos irreflectidos que não considerarem perfeitamente tôdas as dificuldades e obstáculos dos problemas desta natureza. Não vamos deitar a terra esforços e sacrificios que têm sido duros e pesados.

—¿Vamos então, embora dentro de severas condições, encarar problemas de fomento?

—De-certo. Mas temos que ir lentamente pensando muito bem no que formos fazer e executando tôdas as obras dentro da mais estrita economia e com um critério de lucro tão apertado como aquele que orienta os particulares nas suas emprêsas. Foi a inobservância desta regra, isto é, o fomento feito aventura, realizado à margem das realidades mais evidentes, iludido pela prosperidade falsa e passageira duma época de indisciplinada económica, que lançou para as gravíssimas dificuldades em que se encontram a maior parte das grandes colónias africanas. Repito: o espírito do lucro, da reprodução efectiva da despesa têm que dominar as ideas de fomento colonial hoje mais do que nunca. É trabalho a fazer com alma e entusiasmo, mas reflectidamente, lentamente, em plena segurança. Todos os gastos inúteis, tôdas as despesas supérfluas têm que ser severamente reprimidas, sacrificadas a um objectivo de rendimento útil.

É nestas condições que podemos, devemos e vamos fazer fomento.

E o sr. Ministro das Colónias conclue:

—Para agir doutra forma indo, embora com o entusiasmo das massas e os aplausos fáceis das galerias para outros processos, valerá bem mais a pênna escolher decididamente o caminho da elevação das necessidades do preto—e contentarmo-nos com êsse recurso. Cada unidade

Conferência Imperial

Reúne-se este mês em Lisboa a primeira Conferência Imperial Portuguesa. Para tomar parte nela já se encontram entre nós os governadores das Colónias: coronel José Cabral, Governador Geral de Moçambique; coronel Eduardo Viana, Governador Geral, interino, de Angola; capitão Amadeu de Figueiredo, Governador de Cabo Verde; capitão Vieira Fernandes, Governador de S. Tomé; general Craveiro Lopes, Governador Geral do Índia; Coronel António Bernardes de Miranda, Governador de Macau.

Não tomam parte na Conferência os governadores de Timor e Guiné—o primeiro por estar demissionário e o segundo por ter ido muito recentemente ocupar o seu lugar.

Os trabalhos da Conferência incidirão especialmente sobre os orçamentos coloniais e os problemas mais importantes de cada colónia.

Na sessão inaugural da Conferência o sr. Ministro das Colónias pronunciará um discurso político de grande importância.



SEMANA PORTUGUESA EM VIGO — O Stand duma fábrica de Tabacos Colonial

valorizada nesse sentido, forma um conjunto económico, com conseqüências comerciais e industriais bem mais rendosas que as que podem provir de planos de fomento precipitadamente executados.

VIVE o mundo um momento desorientado em que um vento de insânia abala alguns dos mais sólidos princípios de direito e as grandes nações menosprezam os mais elementares preceitos de economia política, promulgando as medidas as mais absurdas, como se os seus dirigentes estivessem apostados em agravar a crise que a todos está afligindo, em vez de a tentarem resolver ou atenuar.

Em verdade, os povos confinam-se num nacionalismo exacerbado e exclusivista, cercando-se de altas muralhas alfandegárias, e, não contentes com semelhante defesa isoladora, ainda adoptam o regime dos contingentes, entre todos o mais absurdo, assim impossibilitando a normal circulação das riquezas.

E, ao mesmo tempo que dest'arte, e por outras formas ainda, as importações são dificultadas e guerreadas, as exportações são favorecidas, auxiliadas e fomentadas por todos os processos, ainda os mais reprováveis.

O *dumping* é hoje arma correntemente usada e ele reveste agora os mais variados feitios e os mais imprevisos disfarces.

E chegamos assim a assistir ao espectáculo desconcertante de os governantes depreciarem voluntariamente a moeda dos países que dirigem, novos médicos envenenando com sábias doses que depauperam mas não chegam a matar os organismos que precisamente deviam curar e robustecer.

Ao terminar a guerra havia um ponto que a consciência da humanidade parecia ter imposto como um inderogável imperativo categórico: a abolição das guerras.

Contudo, quinze anos passados, vivemos uma generalizada guerra económica, com os seus múltiplos aspectos de guerra de tarifas, de guerra de pautas de guerra de valor das moedas; vemos no Oriente uma encarnizada luta armada com tôdas as características de uma guerra de conquista; e nações da América latina dão-nos o triste exemplo de disputar direitos em campo de batalha e parece que até resurgem as perseguições religiosas de há séculos, dividindo povos da mesma nação.

Ora sucede que no meio desta desordem universal, Portugal é hoje um raro «oasis», que ao mundo pode ser apresentado como exemplo a seguir.

As grandes nações, a começar pela América, teem o seu orçamento em delirante desequilíbrio, sem que se vislumbre a possibilidade de sair dêste estado patológico, pois, como em França, os contribuintes se recusam a novos sacrifícios tributários e não há forma de comprimir os gastos estaduais, dada a resistência dos funcionários no tocante a diminuição de vencimentos; e homens de estado da maior categoria, encarando panoramas financeiros, limitam-se a um injustificadamente optimista «on s'en tirera», implícita confissão de carência, como ainda há poucos dias todos pudemos ouvir em Lisboa.

Contudo Portugal há anos que apresenta o seu

orçamento equilibrado, o que, pela continuidade a todos revela as sólidas bases em que assenta a nossa ordem financeira. O país inteiro, sem distinção de classes, prestou-se aos sacrifícios que lhe teem sido exigidos, revelando uma compreensão e um civismo que nem todos os povos mostram na hora presente. E êste equilíbrio orçamental foi conseguido sem auxílios externos e realizado apesar da crise mundial, o que exalta o seu significado.

Ruem as moedas reputadas mais sólidamente ancoradas à convertibilidade-ouro, assim arrastadas a imprevisas oscilações cambiais.

Contudo o Escudo há bastantes anos já, de facto, estabilizado, foi finalmente estabilizado de direito e, se acontecimentos alheios à nossa influência indicam, em meu entender, a necessidade de, em momento oportuno, ser revisto o diploma da estabilização, o certo é que no meio dêste vendaval monetário que sopra pelo mundo inteiro, logramos manter a paridade com a libra esterlina, assim de certo modo tendo conseguido fugir a desregradas oscilações cambiais e tendo adoptado, desde o momento em que a Inglaterra abandonou o padrão-ouro, a política que nações economicamente de mais avantajados recursos de princípio desprezaram para mais tarde se verem, pela força das circunstâncias, coagidas a seguir.

A circulação de capitais não é fácil por êsse mundo. Basta que nos lembremos das legislações brasileira e espanhola para disso nos convenceremos.

Contudo Portugal foi pouco a pouco atenuando as peias nestas matérias estabelecidas, podendo-se hoje considerar praticamente livre o movimento externo do dinheiro.

As mais ricas nações discutem obrigações assumidas e procuram subtrair-se ao regular pagamento das suas dívidas, architectando edificios de argumentos, mais ou menos sólidos, para evitarem o rigoroso cumprimento de acordos que celebraram.

É a França e a Inglaterra discutindo com a América as suas dívidas de guerra; é a Alemanha aceitando planos sobre planos, gelando créditos, e não pagando; é o Brasil entregando a seus credores títulos de dívida em vez de fazer pagamentos reais e efectivos.

Contudo Portugal solve com religiosa pontualidade todos os seus compromissos, tanto externos como internos, incluindo as prestações da sua dívida de guerra, não invocando sequer motivos que possivelmente teria para justificar uma suspensão do pagamento das prestações da dívida de guerra ou uma revisão do seu montante.

Ao verificar, pois, que a situação portuguesa contrasta, na hora presente, com a de outros países tidos como de modelar administração, mais não faço do que apontar factos que todos podem ver, sem com isso querer significar incondicional aplauso a

Alguns Problemas de Moçambique

Notas à Margem

PELO DR. FRANCISCO MACHADO

Economista

tôdas as medidas entre nós adoptadas, pois algumas há com que estou em franca discordância.

* * *

Ora, estando, no presente momento, o direito em eclipse parcial, e ensimesmando-se cada país na contemplação do que julga ser o seu próprio interesse, não há que admirar que as colónias portuguesas nutram alheias cobiças nem que demasiadamente confiar em alheios protestos de amizade.

Assim como soubemos restaurar as nossas avariadas finanças com os nossos exclusivos recursos, por um poder de vontade realizadora que bem revela a força energética da nação e as suas faculdades económicas, assim também temos de conservar o nosso património ultramarino, só em nós próprios confiados e nosso génio colonizador.

Não se julgue, porém, que o podemos fazer sem sacrifícios. Nenhuma grande obra se realiza sem pena e a obra de explorar, desenvolver e civilizar, que constitui a nossa missão histórica no além-mar, é o mais belo e grandioso serviço que uma nação pode prestar.

Dizer, pois, às nossas colónias, pura e simplesmente: «equilibrem o seu orçamento e governem-se com os próprios recursos» — não pode ser, porque é faltar à nossa missão, decair no cumprimento do nosso dever — e porque, no momento que passa, é demasiadamente perigoso.

O simples equilíbrio orçamental não pode ser um ideal colonizador.

O equilíbrio orçamental não é meta a atingir, mas tão somente condição a preencher — e querer realizar tôdas as obras que importa levar a cabo nas colónias com os seus próprios recursos ordinários — é tremendo erro com que não concordo, o que com todo o desassombro declaro e escrevo.

A Metrópole tem que se dispor a ajudar as colónias — e agora refiro-me especialmente a Moçambique.

De facto, se a Metrópole não pudesse dispor de recursos com que auxiliar Moçambique compreendia-se a sua abstenção; mas estando Portugal na excepcional situação financeira atrás descrita como raro exemplo, que nos deve orgulhar, é seu dever fazer os sacrifícios necessários e possíveis em favor de Moçambique.

Moçambique, depois, como de resto as restantes colónias, generosamente recompensará a Metrópole do que ela oportunamente lhe souber emprestar, não simplesmente pagando o capital mutuado acrescido do seu juro — juro moral e juro material — mas também indirectamente fazendo prosperar e florescer, no que em si caiba, as indústrias, a agricultura e o comércio portugueses.

É, em verdade, agora, ocasião de dizer e frisar que a prosperidade da Metrópole está intimamente ligada à das colónias e que estas, indirectamente, dão a ganhar muitíssimo dinheiro à economia metropolitana.

Esta ideia está demasiadamente obliterada e a indirecta contribuição das colónias dilui-se no mecanismo da vida metropolitana por forma a tornar-se excessivamente discreta.

Há, por isso, que recordar o papel que as colónias desempenham na economia portuguesa e lem-

brar que o seu desenvolvimento se reflectirá imediatamente aqui em multiplicados benefícios.

Não se julgue, porém, que, por assim escrever, eu entenda supérfluo que o orçamento das colónias esteja equilibrado ou que advogue desperdícios e loucuras.

O equilíbrio orçamental é necessário e, mais do que necessário, indispensável.

Mas necessário e indispensável como uma condição e nunca como uma finalidade única. E se o equilíbrio das receitas e despesas é condição e índice de uma boa administração, já a existência de avultados «superávits», nas colónias sobretudo, não é tão isenta de possíveis críticas, pois há quem diga, como o Professor Picard, que «rien n'est plus funeste à la bonne marche des finances publiques que des excédents de recettes, car il est bien rare qu'on en fasse bon usage».

Sem, de forma alguma, por minha parte, ir tão longe como o mestre da Universidade de Paris, reconheço contudo que, nas colónias, excessivos saldos orçamentais podem ser um incentivo a desperdícios e a empreendimentos adiáveis ou de duvidosa utilidade.

Efectivamente o responsável pela política financeira da colónia tem de ter, nessa hipótese, uma inexorável energia para recusar obras que, não sendo, embora, em absoluto inúteis — pois em regra não há obras que não tenham qualquer justificação e utilidade — podem contudo, sem prejuízo ser diferidas, e para não aceder aos pedidos de aumento de vencimentos, que os funcionários não deixam, nessas circunstâncias, de formular.

Ora é de reconhecer a dificuldade que, na hipótese de importantes «superávits», há em opor semelhante recusa, os atritos e más vontades que ela naturalmente levanta, assim se explicando que os saldos orçamentais muitas vezes conduzam ao «gaspillage».

Que se diga, pois, a cada colónia: «as suas despesas ordinárias têm de ser pagas com as suas receitas ordinárias» — compreende-se, admite-se e, quanto a mim, aplaude-se.

Que se diga a cada uma das colónias: «têm de manter as suas contas em perfeita ordem e arrumadas com a maior clareza, segundo as leis da contabilidade pública em vigor» — compreende-se, admite-se e, quanto a mim, aplaude-se.

Que se diga a cada uma das colónias: «a Metrópole quer fiscalizar os seus serviços administrativos e de fazenda, por forma a coibir desmandos e a saber a todo o tempo do seu funcionamento» — compreende-se, admite-se e, quanto a mim, é absolutamente indispensável — e muito há a fazer neste capítulo; que se diga a cada uma das colónias: «a cobrança dos seus rendimentos tem de ser rigorosa e a sua despesa ordinária tem de ser pautada pelas suas reais disponibilidades provenientes das suas receitas ordinárias» — tudo isto por minha parte compreendo, admito e aplaudo.

Mais ainda: entendo que a Metrópole não deve dar liberdade a cada colónia para gastar como entender, mesmo as suas receitas ordinárias, mas que, ao contrário, as directrizes da política económica e financeira de cada parte do Império devem emanar do Ministério das Colónias, organismo a quem incumbe a superior orientação dos destinos do além-mar português, por forma a manter em toda a parte

uma necessária continuidade de vistas e uma indispensável seqüência de acção.

É indispensável, com efeito, que o Ministério das Colónias desempenhe o papel activo de dirigente que lhe incumbe, tomando consciência da sua função, que é a mais alta.

Os governadores coloniais devem ser executores inteligentes de uma superior política colonial traçada por Lisboa e os informadores do Terreiro do Paço; mas para haver em todo o Império unidade de vistas e de acção, em função de um grande fim comum, embora, naturalmente diferenciada consoante os vários meios em que se exerce, tem o órgão central de traçar as grandes linhas, de estabelecer o rumo, de definir emfim a política do Império.

Lisboa deve conceber a idea da grandeza do Império; é de Lisboa que deve partir o facho que ilumine o ideal a atingir. Se o Ministério das Colónias não tem feito isto até hoje — é necessário que o faça.

Tem havido, quanto a mim, liberdade excessiva em matéria de finanças coloniais. Urge arripiar caminho, estabelecendo uma fiscalização eficaz, dando de Lisboa directrizes para que se não continue, sob o pretexto de uma autonomia ainda difficilmente justificável, a seguir rota perigosa e que a experiência desaconselha.

Eu sei que esta minha maneira de ver não merece unânime aprovação — mas como não escrevo para agradar a ninguém, não hesito em dizer o que penso, certo, aliás, de que quem de mim discordar prestará justiça à minha sinceridade: todos os que me conhecem sabem muitíssimo bem que posso estar em êrro — mas não estou de má fé.

Por outro lado, entendo que, para que os auxílios da Metrópole sejam eficazes, e, ao invés de outros consentidos, nomeadamente a favor de Angola, se não sumam em pura perda, tanto das colónias como da Metrópole, há que estabelecer, antes de mais nada, um programa definido de realizações, de objectivos determinados e, quanto a mim, limitados, porque não devemos querer abraçar o céu com as mãos ambas.

Não preconizo de forma alguma, grandes planos tedricamente perfeitos mas de execução de momento impossível.

O meu espírito realista prefere um programa concreto de realizações imediatas, que se enquadre embora, em mais vastos ideais. Mas o que eu entendo é que devemos saber concretamente o que queremos e não querer aquilo que não pudermos de momento fazer, ou que, podendo embora, não vise um objectivo perfeitamente definido, em ordem e uma finalidade certa, de limitadas ambições.

E como, com o auxílio da Metrópole e a nossa experiência colonizadora muito podemos, estamos em condições de abandonarmos utopias e experiências, o que nem todos se podem dar ao luxo de fazer.

A obra a realizar tem, aliás, de ser directamente reprodutiva e conduzida com o mais rigoroso critério de economia, por forma a não se gastarem cinco réis inutilmente, a não se desperdiçar um real. O critério que deve presidir à realização de obras de fomento, feitas pelo Estado, deve ser o mesmo que preside às obras feitas por uma empresa particular bem administrada.

Em favor de Angola tem a Metrópole gasto

quantiosas somas, que grave injustiça seria não assinalar reconhecidamente. Não está em meus intuitos analisar agora a forma como êsses auxílios têm sido applicados: apenas quero constatar a sua existência. Moçambique, porém, que a Metrópole também já muito tem ajudado, está pagando com pontualidade as prestações da sua dívida, incluindo o que foi necessário dispender para que os Territórios do Niassa e Cabo Delgado regressassem à directa administração do Estado.

Ora acontece que, em meu entender, Angola sai de uma crise. Crise sem dúvida temerosa, que ficará gravada como data de luto na história da colónia, mas de que ela parece entrar já em convalescença, caminho de completa cura.

Em Moçambique receio que o contrário suceda: receio que a colónia entre agora num período de crise, que até ao presente se tem conseguido retardar mas que, uma vez declarada, não será menos grave nem menos alarmante do que a de Angola, tanto mais que a armatura económica da colónia, tendo muito diferentes características, não tem contudo a mesma resistência aos embates de uma astenia económica.

Não sendo, pois, em meu critério, fácil evitar o período de depressão que se avizinha para Moçambique, há que fazer o necessário para que êle seja o mais curto e benigno possível, servindo-nos da lição de Angola para evitarmos a repetição de erros, assim applicando o auxílio da Metrópole da forma mais critica e eficiente.

Antes de mais há que fazer as maiores economias no orçamento de Moçambique, pois só há autoridade para pedir à Metrópole um financiamento depois de ter reduzido as despesas ao mínimo.

E não se julgue que só o Estado deve fazer economias: as empresas particulares que em Moçambique trabalham também têm de reduzir os seus gastos, tantas e tantas vezes excessivos.

Certos funcionários públicos têm de ver os seus vencimentos reduzidos — mas certos funcionários de empresas privadas também têm de ser reduzidos em número e em ordenados, pois mal se compreende que a Metrópole faça sacrifícios que não sejam indispensáveis.

Eu sei que o orçamento de Moçambique parece equilibrado, com saldo apreciável.

Mas temos que prever reduções de receitas, algumas importantes, e assegurar o futuro equilibrio, aumentando ao mesmo tempo, se possível, as despesas com material e os gastos em obras públicas, que não possam sair dos empréstimos metropolitanos.

Realmente, tódas as despesas que não forem directamente reprodutivas, embora necessárias, não podem ser custeadas com empréstimos e, como há muitas desta espécie a fazer, importa, para que tal seja possível, pedir sacrifícios ao funcionalismo mais bem remunerado.

* * *

A mais segura forma de defendermos Moçambique é desenvolvendo na colónia a nacionalização da sua economia.

É um êrro e uma injustiça o lugar comum de que Moçambique é uma colónia desnacionalizada ou em via de desnacionalização.

Os portugueses de Moçambique são tão portugueses e tão patriotas como os melhores.

É preciso não confundir benéficos hábitos de civilização, possivelmente, em parte, derivados da influência alheia, com desnacionalização, que não existe.

Contra essa lenda de descrédito me hei-de sempre insurgir com toda a energia, pois tive ocasião de ver a sua absoluta falsidade que, aliás, pode injustamente prejudicar as razoáveis aspirações da colónia e é até desprimorosa para a nossa obra colonizadora.

Quem assim sinceramente pensa — e se o não pensasse não o escreveria — julga poder dizer que importa fazer um esforço no sentido de tornar mais nacional a economia da colónia.

O comércio externo da colónia é susceptível de uma maior nacionalização.

Em verdade, o seguinte quadro é, por si só, suficientemente claro:

Importação para consumo

	1928	1929	1930	1931
Total.....	100	100	100	100
Portugal.....	13,91	15,26	14,24	14,08
Grã-Bretanha e suas possessões (excluindo Rodésia, Swazilândia, Zululândia, União Sul-Africana e Zanzibar).....	27,15	26,19	30,51	24,14
União Sul-Africana.....	12,49	15,54	13,59	21,81

Exportação

	1928	1929	1930	1931
Total.....	100	100	100	100
Portugal.....	13,26	12,00	15,24	9,51
França.....	36,64	30,06	29,01	24,03
Grã-Bretanha e suas possessões.....	6,71	18,74	9,89	17,79
União Sul-Africana.....	13,60	11,28	10,25	13,69

É de ponderar que o valor da importação de vinhos, em 1931, representa quasi 50 % da importação da Metrópole e, por outro lado, que há que ter em conta ao encarar os números relativos às importações da União, o valor das libras metal importadas, que em 1931 ascende a cerca de £ 220.000

No tocante à exportação importa lembrar que o lucro do açúcar exportado para Portugal não fica em mãos portuguesas.

O desenvolvimento das importações nacionais depende, porém, muito do comércio metropolitano, que tem de se convencer de que pelo facto de Moçambique ficar geográficamente em África, isso não significa que prescindida da boa qualidade e do preço barato.

Mandar para a colónia artigos de qualidade inferior e por preços altos é um erro de que resulta a perda do mercado.

Quando estive em Moçambique tive ocasião de verificar que, efectivamente, artigos estrangeiros eram importados de preferência aos congéneres nacionais por serem de muito melhor qualidade e mais baratos.

Por outro lado é indispensável que as remessas sejam perfeitamente iguais às amostras.

Lembro-me de um comerciante de Lourenço Marques, que fez o favor de me mostrar a amostra que o determinara a fazer importante encomenda e a mercadoria que lhe tinha sido remetida e que, na verdade, não correspondia absolutamente em nada ao espécimen primitivamente enviado.

Estes processos tem de ser absolutamente postos de banda, pois eles em muito prejudicam as relações comerciais da Metrópole com a colónia. Se em recuados tempos eles podiam ser usados sem inconvenientes, o que por minha parte ignoro, o certo é que eles agora tem os maiores perigos.

Cumpre lembrar os benefícios que nesta matéria trouxe o decreto n.º 21.554 garantindo a primazia das coberturas para as importações nacionais.

Por outro lado a realização da Feira das Amostras em 1932, em Lourenço Marques, veio patentear à colónia os artigos que Portugal fabricava e ela consumia, mostrando-lhe portanto de forma palpável onde se podia e devia abastecer.

A ideia felicíssima da Feira das Amostras constituiu a maior propaganda dos produtos portugueses que até ao presente se fez em África.

Os resultados do decreto n.º 21.554 e da Feira de Amostras devem ter sido muito importantes.

Ainda não está publicada a estatística referente a 1932 e aos primeiros meses de 1933 e eu ignoro portanto os números que ela vai revelar; mas pelo conhecimento que tenho da exportação portuguesa para Moçambique não hesito em prever que os números atrás transcritos, respeitantes ao comércio da colónia com a Metrópole, devem ser, neste último ano, sensivelmente mais satisfatórios, reveladores de um considerável melhoria.

O decreto n.º 21.554 ainda teve a utilidade de dificultar as importações de artigos de luxo, o que era absolutamente indispensável num país cuja balança comercial acusava forte deficit e cujas transferências de numerário se não podem fazer livremente.

Há que realizar ainda um grande esforço no sentido, já não digo de equilibrar, mas, pelo menos, de fortemente diminuir o deficit da balança comercial, reduzindo as importações ao indispensável e aumentando as exportações.

A diminuição das importações é, de resto, mais fácil de conseguir de que o aumento das exportações que dependem em grande parte dos mercados mundiais, onde a influência da nossa produção é muitíssimo restrita.

Os recentes decretos sobre carburantes nacionais, medida, quanto a mim, do mais largo alcance, vem já diminuir a importação de uma mercadoria que fortemente pesava, em nosso desfavor, na balança comercial da colónia.

Importa seguir neste caminho, sem desfalecimentos.

Por outro lado é de lembrar que a Metrópole também tem por dever consumir de preferência os produtos das colónias. Não é justo exigir que as colónias comprem à Metrópole negando-se esta a comprar às colónias.

Há, entre tantos outros, um artigo cujo comércio carece de ser imparcialmente estudado, por forma a que o mercado de Portugal se abra: refiro-me ao tabaco.

As fábricas de tabaco nacional devem dizer os tipos de tabaco de que precisam, por forma a que Moçambique o produza, na certeza de que ele terá

preferência nas compras por elas feitas. A Metrópole também deve dar a protecção pautal já em tempos prometida, em ordem ao tabaco colonial aqui não sair mais caro do que o de mesma qualidade comprado no estrangeiro.

É assunto que merece ser estudado com largueza de espírito, pois é de muita importância para a colónia.

A questão, quanto a mim fundamental, dos fretes, tem também de ser francamente encarada.

Se queremos realmente e com verdade fazer uma ainda maior aproximação económica de Moçambique com a Metrópole, temos de, franca e decididamente, encarar a questão dos fretes marítimos, que são caríssimos e em muito dificultam o intercâmbio comercial.

É claro que este assunto é muito complexo e que se não podem pôr de banda os legítimos interesses e necessidades das companhias de navegação, que atravessam período difícil e que não é justo desamparar no momento presente. Mas, respeitando como cumpre, os interesses das companhias, há que conciliá-los com os superiores interesses da colónia. Tanto os fretes de cabotagem como os fretes para a Metrópole tem de ser revistos, dando-se embora às companhias outras compensações, como, por exemplo, uma diminuição na taxa dos juros dos financiamentos que o Estado lhes consentiu e, possivelmente, outras ainda.

Mas a questão fundamental, no tocante à maior nacionalização económica de Moçambique reside, em meu entender, não no comércio mas na produção.

A agricultura de Moçambique tem de ser objecto dos mais desvelados cuidados, porque dela máxima depende a prosperidade da colónia.

Se esta afirmação é, de todo o tempo, verdadeira, hoje ela indiscutivelmente assume um aspecto de axioma.

Não devemos, de facto, esquecer que ao norte do Save, excluindo o território da Companhia de Moçambique que, de momento, está fora do âmbito das minhas apreciações, predominam interesses estrangeiros nas grandes companhias, pois tanto o Boror como o Madal, a Zambézia, e a Companhia Colonial de Angoche, etc. são, de facto, ou de direito em muito grande parte ou totalmente, pertença de extranhos, isto para não falar na Senna Sugar.

A contrapor a estes interesses estrangeiros na produção da colónia há que confessar que muito pouco temos, pondo, evidentemente, de banda a produção indígena.

Mas o norte da Colónia produz! Direi mesmo que a economia do norte da colónia tem uma base sã de produção; é do norte que sai o cisal, a copra (a exportação do distrito de Inhambane é praticamente insignificante), o açúcar (no sul existem apenas a Incomati Estates e uma pequena empresa no distrito de Inhambane), o milho, o caju, o amendoim, etc.

Onde portanto o problema da produção agrícola e a sua nacionalização assume mais alarmante aspecto é, sem dúvida, ao sul do Save.

Porque ali o muito pouco que existe pertence quasi exclusivamente a empresas nitidamente estrangeiras e a agricultura indígena é de valor económico por assim dizer, insignificante.

Vivemos praticamente, ao sul do Save, da emigração do preto para as minas do Rand e da exportação de mercadorias estrangeiras através do porto de Lourenço Marques.

Não temos uma economia de produção própria. A economia do sul do Save vive na dependência absoluta da economia alheia.

Temos, para honra nossa, de modificar este estado de coisas.

A irrigação do vale do Limpopo é, em meu entender, a chave do problema do sul da colónia.

Não podendo nem devendo contar com a continuação indefinida da emigração do indígena para as minas do Rand; sendo obrigação nossa nacionalizar a produção da colónia; importando assegurar ao porto de Lourenço um tráfego de produção nacional, o que, evidentemente, não quer dizer que ele não seja o porto natural do Transvaal e que, portanto, por ali se faça o movimento externo desta região, o que é de interesse, não somente nosso mas ainda e também dos nossos vizinhos; sendo nosso dever de soberania valorizar os nossos territórios; entrando a colónia num período de crise, que importa atenuar; eu creio que é a altura de começarmos a efectivar esta obra que, sem exagero, se pode classificar de grandiosa.

Quando eu vejo nos jornais de Lisboa planos absurdos como o de ligar a ilha de Moçambique ao continente, não posso deixar de pensar que os nossos esforços tendo de concentrar-se na produção, devem tender para realizar a obra do Limpopo.

¿Há outras coisas a fazer na colónia? É evidente que há — e muitas elas são. Mas como entendo, já atrás deixei dito, que não podemos abraçar o céu com ambas as mãos, temos de principiar pelo mais importante e urgente e, por mim, creio que nada na colónia se avanta sob este ponto de vista à irrigação do Limpopo.

O empréstimo, que atrás deixei preconizado, a fazer pela Metrópole, deve ser aplicado nesta obra, das mais vastas e importantes consequências na vida económica de Moçambique.

Sou partidário de obras de fomento de produção e não de obras de fomento de transporte sem objectivo definido.

Não sou dos que creem nas virtudes taumatúrgicas dos caminhos de ferro, antes entendo que eles se devem subordinar a fins de produção, previamente assegurada.

Construir caminhos de ferro sem antes saber o que eles vão transportar — parece-me um erro, tanto maior quanto é certo que custa muito caro.

O transporte automóvel, de resto, em toda a parte, está dando rija batalha ao caminho de ferro e em África ele deve ser utilizado de preferência, o caminho de ferro só sendo construído quando evidentemente necessário.

No caso do Limpopo há talvez que encarar a construção dum caminho de ferro, aliás já estudado, para o transporte dos produtos lá produzidos.

Mas não basta realizar as obras de engenharia necessárias para irrigar o Limpopo.

Direi mesmo que, estando já elas estudadas, o problema mais apaixonante não é esse, mas o problema económico que da realização dessas obras deriva.

Em primeiro lugar o juro do empréstimo a consentir pela Metrópole tem de ser muito módico. Ou a Metrópole quer ajudar a colónia e não lhe impõe encargos incomportáveis — e faz o empréstimo; ou a Metrópole entende, quanto a mim aliás mal, que não

é o momento de auxiliar Moçambique e então não se pode pensar na obra do Limpopo.

Querer fazer uma obra de fomento agrícola, onerando-a desde logo com pesados encargos — é um erro que não posso preconizar.

O meu entusiasmo pela irrigação do vale do Limpopo é condicionado pela possibilidade de fazer essa obra em sãs condições.

Iniciar uma obra desta grandeza, sabendo de antemão que as condições financeiras em que se obtém o seu financiamento são incomportáveis — não é sequer honesto.

Não sendo possível obter um juro módico, não podendo ou não querendo a Metrópole contentar-se com uma retribuição moderada do capital mutuado — não assumo, por mim, a responsabilidade de aconselhar a obra do Limpopo — mas não hesito em acrescentar que se comete um enormíssimo erro, que pode comprometer o futuro de Moçambique.

A Metrópole não pode pensar em ganhar qualquer quantia com o empréstimo que fizer à colónia: tem de lhe mutuar o dinheiro à mesma taxa por que o obtém — e tem de esforçar-se por obtê-lo à taxa mais barata possível.

O prazo do reembolso tem também de ser retardado.

Numa entrevista que dei à *Portugal Colonial* falei em que se podia pagar o empréstimo em 10 anos.

Efectivamente é possível que o Limpopo pudesse reembolsar o dinheiro aplicado nas obras de irrigação nesse prazo, se tudo correr conforme fôr delineado.

Mas é da mais elementar prudência prever dificuldades, atrasos, embaraços de toda a ordem; importa ter em conta o tempo de crise que atravessamos; há enfim que pensar nas condições da balança económica da colónia, que os pagamentos das prestações do empréstimo vão afectar.

Assim julgo que o prazo que então indiquei, sendo em rigor possível, é contudo imprudente e que deve ser muito mais dilatado, a colónia não devendo assumir compromissos que não possa escrupulosamente satisfazer.

É que, em matéria de obras de fomento, ao lado do entusiasmo criador, do romantismo fecundo de quem os concebe, é necessário que haja alguém que calma, friamente, sem se deixar arrebatar por optimismos que breve se convertem em cruéis desilusões, pondere as condições financeiras em que elas se podem levar a cabo, por forma a não constituírem desastres, tanto maiores quanto mais grandiosas elas são.

Não nos podemos esquecer que nem sempre — quasi nunca mesmo... — o rendimento das obras de fomento coincide com as exigências do serviço do empréstimo que permitiu realizá-las.

É preciso por isso nestes empreendimentos ao lado de um D. Quixote haver um Sancho Pança que pense que é preciso pagar em data certa e que os recebimentos, aliás, sempre, por natureza, mais falíveis, se verificam mais tarde.

É por isso que o equilíbrio orçamental e boa arrumação das contas são condições indispensáveis das obras de fomento.

Mas uma vez feitas as obras há que pensar nos colonos.

Ora, como muito bem disse o Sr. Ministro das Colónias no seu formidável discurso inaugural do Instituto Colonial Internacional, definindo com a maior

clareza a tese portuguesa, o valor da colonização não é quantitativo mas qualitativo.

Importa, por isso, seleccionar os colonos, não arremessando gente para o Limpopo sem estar devidamente preparada.

Devem ser utilizados os melhores: os melhores sob o ponto de vista das qualidades de sobriedade, de probidade, de inteligência, de faculdades de trabalho e de conhecimentos técnicos.

Exactamente porque a África é um país novo; exactamente porque África é cheia de perigosas tentações; exactamente porque os brancos são o exemplo dos pretos; exactamente porque os indígenas imitam os brancos; exactamente porque os brancos têm de lidar e gradualmente civilizar os indígenas, incutindo-lhes sãs necessidades e virtudes e não depravando-os e viciando-os — é que deve haver o máximo cuidado na selecção dos colonos.

Deseja a colónia, ao que parece, que as vagas do quadro do seu funcionalismo sejam de preferência preenchidas por naturais de Moçambique.

Com esta aspiração, assim formulada, não concordo.

Sei bem que esta minha discordância não é de molde a criar-me simpatias em Moçambique, antes algumas que porventura tenha deixado vai alienar.

Mas eu, repito, não escrevo o presente artigo para agradar seja a quem fôr, e como entendo que se deve, em assunto de tão grande importância, falar com franqueza e verdade, e como, por outro lado, entendo que este desejo, pôsto nestes termos, é até prejudicial para os portugueses de Moçambique, não hesito em absoluto declarar o que penso.

Há realmente um problema importante que é o futuro das crianças nascidas em Moçambique, de pais que lá fixaram a sua residência. Problema de resto pôsto com a maior eloquência na parada infantil de Lourenço Marques, a quando da visita de S. Ex.^a o Sr. Ministro das Colónias.

¿Mas será a melhor forma de resolver esse problema garantir-lhes preferência no preenchimento de vagas do funcionalismo da colónia?

Hoje o natural de Moçambique pode ser funcionário de Portugal: tem à sua disposição os quadros de todo o exército, de toda a marinha, de toda a administração pública portuguesa: pode ser colocado em Portugal, nas ilhas, em Cabo Verde, na Guiné, em S. Tomé, em Angola, em Moçambique, na Índia, em Macau, e em Timor, em qualquer posto diplomático ou consular, e isto em perfeita igualdade de condições com todos os seus concidadãos.

Só são condições de preferência para os cargos públicos as habilitações e os merecimentos, nanja o lugar do nascimento.

Mas se a pretensão dos moçambicanos vingar, eles ficarão confinados às vagas de Moçambique, porque os naturais dos outros pontos de Portugal quererão para si iguais preferências, que não será então possível nem justo recusar.

Que se dê, pois, em igualdade de todas as outras condições, preferência aos naturais de cada colónia no preenchimento das vagas dos quadros respectivos, concordo, mas que se não arvore o lugar de nascimento em condição de preferência principal.

De resto isso não resolveria o problema.

E não o resolveria porque as vagas do quadro do funcionalismo da Colónia são naturalmente limi-

tadas e em número muitíssimo inferior ao número das pessoas que é necessário colocar.

Este problema só se resolve por uma forma indirecta: pelo desenvolvimento económico da colónia que necessariamente vai abrir ocupações, vagas e empregos.

Devemos, assim pensar em utilizar os brancos naturais de Moçambique em ocupações produtivas — e entre elas especialmente na agricultura.

É-se assim logicamente conduzido a advogar a necessidade da criação de uma escola agrícola para brancos no maior centro populacional da colónia, escola essa que, em vez de ensinamentos literários e científicos que constituem o programa dos liceus, habilitaria os alunos com conhecimentos de técnica agrícola, ministrando uma instrução essencialmente prática.

Não preconizo, note-se bem, a criação de um Instituto Superior de Agronomia ou qualquer coisa que com isso se pareça, mas tão somente uma escola de que os alunos saíssem aptos a dirigir o amanhã das terras que lhes fôssem facultadas.

E, assim, parece-me inteiramente justo, que aos alunos dessa escola fôsse dada preferência na cedência de terrenos da colónia.

O que não pode ser é lançar gente absolutamente ignorante de coisas agrícolas no amanhã de terras e depois dizermos que a agricultura não rende nada e é antes fonte de ruína.

E sejamos francos: também se não pode querer administrar lucrativamente uma propriedade agrícola estando dela ausente ou visitando-a uma ou duas vezes por semana.

Eu desejaria que os alunos saídos dessa escola pudessem ser os empregados de si próprios, os reais donos da média propriedade que lhes fôsse adjudicada, conhecendo-a nos seus mais pequenos detalhes tendo-lhes amor e nela trabalhando, e não se julgassem gerentes de uma empresa agrícola que em empregados pudessem delegar cuidados e canseiras.

Os alunos desta escola deviam ser os agricultores dos terrenos irrigados do Limpopo.

Realmente mandar gente para Ribaué, para Milange, para Angónia ou para qualquer outro ponto, de bom clima embora, mas sem nenhuma outra condição para a receber, já porque não são tão férteis como os do Limpopo, já porque estão a muitas centenas de quilómetros do litoral, sem fácil e económico meio de comunicação, não me parece aconselhável.

Milita ainda em favor da solução Limpopo a circunstância de ser sobretudo necessário defender a nacionalização económica e promover a produção do sul da colónia.

É certo que o clima do Limpopo, não é tão bom como o das regiões de média altitude, sendo porventura necessário que os brancos que lá trabalhassem se viessem retemperar, de tempos a tempos, a regiões mais saudáveis.

Mas isto, se assim fôr, não é razão bastante para que não exploremos esses terrenos com os meios que temos e para que não apliquemos a nossa população branca na direcção do seu cultivo.

As condições de salubridade modificam-se.

Lourenço Marques não é hoje, sob o ponto de vista de salubridade, nada do que era há 15, 20 ou 30 anos; o mesmo acontece na outra costa, com Benguela, por exemplo.

Nas margens do Limpopo, de resto, existe o Chai-Chai, uma das mais risonhas vilas da Colónia, onde vivem brancos que lá habitam há não sei quantas dezenas de anos, gozando perfeita saúde.

Importa, porém, não abandonar os agricultores do Limpopo, uma vez eles estabelecidos, embora tendo já preparação técnica.

Ao contrário, eles devem ser guiados, dirigidos, aconselhados.

Esta missão de vigilância e de conselho tem de pertencer aos agrónomos do Estado a quem incumbe um importantíssimo papel na produção da colónia.

Efectivamente da acção prática dos agrónomos do quadro da colónia depende maximamente o êxito de qualquer tentativa do género da que deixo indicada.

Não tirar dos serviços agrícolas a máxima eficiência prática pode, sob o ponto de vista estritamente orçamental, não ser um desperdício, mas na realidade não passa de um erro.

Os serviços da agricultura são, quanto a mim, a mola real do progresso da colónia e, por isso, é necessário olhar para eles com a atenção que a sua função merece e dotá-los dos meios de acção necessários.

O que digo dos serviços agrícolas posso dizer também dos serviços pecuários, que com aqueles tem íntima relação.

Devem estes dois serviços trabalhar na máxima harmonia, cónscios de que visam ambos um fim comum e que um ao outro se completam.

Eu desejaria que tanto a agricultura como a pecuária tivessem vitalidade própria, desejaria vê-las animadas do maior espírito de acção, e queria que mostrassem com a máxima evidência a sua eficiência real, que a sua existência se reflectisse da forma a mais apreciável na produção de toda a colónia.

E, assim, indispensável seleccionar, educar e preparar os agricultores brancos a quem se conceda os terrenos, cuja área por pessoa não deve ser excessivamente grande.

Mas não tenhamos ilusões:

Tirando as zonas planálticas, (e aí mesmo...), como em Angola, os planaltos de Benguela e da Huíla, os brancos em África não podem ir trabalhar no campo por suas próprias mãos. Não se podem agarrar de sol a sol à rabiça de um arado ou ao cabo de uma enxada, como na Metrópole.

Os brancos lá têm de ser os dirigentes dos pretos, não os directos executores dos trabalhos agrícolas.

É, deste modo, necessário pensarmos na educação dos indígenas, como pensamos na preparação dos brancos.

No que se refere ao Sul do Save importa também termos cuidado com a possível desnacionalização do preto, promover o crescimento fisiológico da população indígena e cuidar atentamente da sua saúde e robustez.

Ainda sob estes pontos de vista a irrigação do vale do Limpopo prestaria os maiores serviços à Colónia.

Importa, assim, preparar o indígena no sentido de tornar o seu trabalho o mais rendoso possível; de lhe criar a pouco e pouco um apêgo à terra; de o levar a aumentar gradualmente a sua produção, ensinando-lhe, ao mesmo tempo, que tudo isto se faz, o valor da sua nacionalidade portuguesa.

Assunto êste muito vasto e da maior importância para ser tratado no presente artigo, já demasiadamente longo.

Bastará deixar dito que, por minha parte, preciso escolas primárias agrícolas, em que se ensinarem aos pretos apenas a falar português, visto ser essa a nossa tradição, e conhecimentos técnicos elementares. Efectivamente há quem entenda que se deva ministrar a instrução aos indígenas na sua língua própria, aos brancos cumprindo aprende-la.

A nossa tradição é precisamente o contrário, não excluindo aliás o conhecimento por parte dos europeus da língua indígena.

Realmente uma língua como a portuguesa com séculos de existência e evolução, é um instrumento de cultura e civilização incomparavelmente mais útil e perfeito do que qualquer língua negra.

É claro que ao ensinar-se a falar português aos pretos se lhes deve ministrar a maior soma de conhecimentos elementares possível, não esquecendo inculcir-se-lhes um afervorado amor a Portugal. O que eu creio de secundário interesse é o ensino da leitura e da escrita à massa dos pretos, pois julgo que se deve começar pelo princípio e que o conhecimento da boa prática dos trabalhos agrícolas é, duma maneira geral, mais necessário e útil ao indígena do que saber perfeitamente lêr e escrever.

Que aos mais inteligentes, aos que mostrem maior curiosidade intelectual, se lhes ensine então a lêr e escrever, levando depois a sua instrução e educação até onde fôr possível, acho perfeitamente bem e, êsse caminho merece mesmo todo o meu aplauso.

Que mais tarde se torne a aprendizagem da leitura e da escrita generalizada a tôdas as crianças é um ideal para que devemos tender.

Mas repito: comecemos pelo princípio e saibamos ser inteligentemente amigos dos indígenas.

Estas escolas teriam também uma influência considerável na produção indígena, elemento importantíssimo da prosperidade económica da colónia.

Com efeito, eu sou dos que entendem que os maiores esforços se devem aplicar na melhoria da produção indígena, a ela estando condicionada, em grande parte, o gradual decréscimo do *deficit* da balança comercial.

Papel vasto, neste campo, está reservado às autoridades civis da colónia, mórmente as que teem mais directo contacto com o preto.

As missões religiosas também teem, sob êste aspecto, um grande papel a desempenhar.

É, em primeiro lugar, necessário o maior cuidado com a preparação e escolha dos missionários.

Tenho a impressão que muito há a fazer neste sentido, pois mal se compreende a escolha de missionários de determinadas nacionalidades para certos pontos da nossa África.

A actividade das missões — mesmo católicas — tem de ser seguida e vigiada, devendo impôr-se, de facto, o ensino da língua portuguesa. E para que os missionários possam realmente ensinar o português... é preciso que o conheçam.

Não sou dos que, por mero romantismo, ou por simples reconhecimento de serviços outróra prestados, aplauda incondicionalmente a acção das missões católicas, antes quero que se condicione o apoio e o auxílio efectivo que entendo o Estado lhes deve dar, a rígidas normas de conduta, das quais elas se não devem afastar impunemente.

Em Moçambique, cumpre às missões católicas um grande papel de influência educativa e nacionalizadora sobre o indígena que, aparte excepções, não sei se elas terão desempenhado, pelo menos no grau em que seria desejável.

É êste um assunto de especial melindre para o qual me permito chamar a atenção de quem de direito, pois há que pôr de parte a influência de tradições que porventura já hoje se não mantem inalteradas para olhar para êle com um espírito realista e despedido de preconceitos, quaisquer que sejam.

Uma coisa é a obra propriamente de catequese das missões e outra a sua influência nacionalizadora e económica.

Assim como em absoluto desaprovo e condeno qualquer combate mais ou menos encoberto que porventura se faça ao progresso e desenvolvimento das missões, assim também entendo que elas cumpram todo o seu dever e desempenhem integralmente o seu papel, que devidamente integrado na política indígena que se resolva seguir, será, assim, da maior importância.

Muito teria ainda a escrever sobre Moçambique, visto não ter sequer a florado problemas básicos, como por exemplo o do crédito.

Não tendo sido intento meu mais do que, acedendo a amáveis instâncias da *Portugal Colonial*, fazer muito leves considerações sobre alguns problemas da colónia, desejo apenas que se não infira do facto de não aludir (ou de apenas muito de leve indicar) a alguns assuntos, que lhes não dou a devida importância ou ignoro mesmo a sua existência.

Literatura Colonial

Encerrou-se no dia 30 do mês passado, o prazo para a entrega de obras destinadas ao VII Concurso de Literatura Colonial, promovido anualmente pela Agência Geral das Colónias.

Foram entregues os seguintes livros:

1.^a Categoria — "O Velo de Oiro", de Henrique Galvão; "Adão e Eva", de Maria Amélia Rodrigues; "A Colmeia", de Carlos Rates; "Dona Ana", de J. J. Ferreira Martins; "O Rei de Timor", de Teófilo Duarte; "Princesa Negra", de Luís Figueira; "Ceus de Fogo", de Campos Monteiro, Filho; "Pela Nossa África", de José Ribeiro da Costa Júnior; "Bacomé Sambu", de Afonso Correia; e "Novela Africana", de Julião Quintinha.

2.^a Categoria — "Na Roda do Batuque", de Luís Teixeira; "Visões da China", de Jaime do Inso; "África do Sonho", de Maurício de Oliveira; "Em Terras Distantes", de Augusto Cabral; "Os Portugueses na Colonização", de Gaspar Ribeiro Vilas; "A Mulher da Índia Portuguesa", de Propécia C. Afonso de Figueiredo; "A Ilha do Príncipe", de Juvenal Paiva de Carvalho; "João Belo e o Império", de Mário Ferreira; "África Negra", de João Baptista Pereira; "Nau Catrineta", de Armando Ferreira; "História do Nosso Tempo", de Henrique Galvão; "Angola", de Alfredo Albuquerque Felner; "A Proa de Sagres", de Pedro Muralha; "Na Costa de África", de Américo Pires Lima.

3.^a Categoria — "O Estado da Índia", de J. J. Ferreira Martins; "O Congo Português", de José de Almeida Matos; "Huila", de Henrique Galvão; "Timor", de Teófilo Duarte.

O júri está assim constituído:

1.^a e 2.^a Categoria — *Presidente* Lourenço Cayola; *Vogais* Dr. Alberto Osório de Castro, António Eça de Queiroz, Lopo Vaz de Sampaio e Melo e José Gonçalves de Santa Rita.

3.^a Categoria — *Presidente* Brigadeiro João de Almeida; *Vogais* Capitão de Fragata Ernesto Garcez de Lencastre, Engenheiro Agrônomo B. Oliveira Fragateiro, Coronel A. Lopes Galvão e Dr. António Augusto de Aguiar.

O júri destas categorias deve reunir, conforme determina o artigo 63.º do Decreto n.º 21.988 de 15 de Dezembro do ano passado, na primeira quinzena do próximo mês de Junho.

A totalidade dos prémios a atribuir é de 22.500 escudos.

Fomento de Moçambique

PELO ENGENHEIRO TRIGO DE MORAIS

“Se o nosso trabalho não fôr útil, queixemo-nos dos nossos métodos e processos, mas nunca da terra”

Lope — “*Essay on Man*”

DIZ-NOS a História que a Política da Rega tem constituído em todos os tempos a base estável e duradoira da prosperidade dos povos, remontando à mais longínqua antiguidade a sua prática; diz-nos ainda que, o ponto culminante da civilização e riqueza dos países que têm, através dos séculos, seguido a política hidráulica, corresponde ao máximo de intensidade e desenvolvimento que as obras de irrigação atingiram nesses países.

Isto em todos os tempos.

Há milhares de anos, com o povo caldeu, cujos engenheiros foram precursores da moderna hidráulica, agrícola e cuja história atinge o maior esplendor no período em que aos monarcas da Babilónia — caldeus e assírios — mereceu primacial atenção o problema da rega das terras. Data dessa época a construção dos canais mais antigos de que ha vestígios, cerca de 2.200 anos antes de Cristo, dominantes do Vale do Eufrates, a que nos tempos actuais o governo inglês pensa dar vida de novo com a execução dos planos e estudos do iminente engenheiro hidráulico Sir William Wilcox, orçamentados em 4 milhões de libras, abrangendo a area de 129.000 hectares.

Há milhares de anos, dizíamos, 2.500 antes de Cristo, já a rega constituía a chave da riqueza do Vale do Nilo, embora sem a perfeição e esmerada técnica que lhe haviam sido imprimidas anteriormente no período de um dos maiores reis da história caldaica — Hammurabi — de quem as inscrições dizem ter dado ao seu povo com a água de rega «a prosperidade e a abundância, fazendo dêle o povo mais feliz do Mundo», mas já como agente valioso de fertilisação provocada pelos alagamentos — rega similar daquela que a tradição diz haver sido levada a cabo ha muitos séculos no Colorado e no Arizonas e percursora da moderna irrigação americana, a que serve de lema o sabio principio «The more water the more crop».

Nos tempos modernos é deveras notável o que por esse Mundo fóra se tem feito no campo da hidráulica agrícola. Merece especial menção o que a dominação britânica realizou na Índia, onde mais de 25 milhões de hectares irrigados e canais como o de Karachi a Calcuta, com 1/4 de milhão de litros por *caudal-segundo*, atestam o poder civilizador e colonizador deste povo e são a melhor base do grande império. Igual menção merece o decidido impulso que os governos das Repúblicas Soviéticas, de Moscolini, do México, da República Francesa e dos Estados Unidos estão imprimindo à política da rega.

E na verdade justificada é tal política, pois que as zonas de maior produção agrícola do mundo,

devem a sua riqueza à rega artificial, que intensificando a produção, fixando e aumentando as populações, preparando para estas um meio de saúde física e moral, constitui sempre para o governo do povo que a faça praticar e imponha, se necessário, o ponto mais seguro do programa que tenha por fim a riqueza pública e o bem estar social.

Oportuno é fixar aqui números registados em publicação feita quando nos ocupamos do problema da Rega do Vale do Limpopo na Colónia de Moçambique, porque são exemplo eloquente do alcance social e económico da política da rega, tão larga e inteligentemente praticada no país amigo e vizinho a quem dizem respeito, — política por vezes mal seguida e mal interpretada entre nós, à qual se referiu bem recentemente o ilustre director da «Voz», Sr. Engenheiro Conselheiro Fernando de Sousa, em dois excelentes artigos de 9 e 10 de Março último, pondo o problema no seu verdadeiro lugar.

Dizíamos então:

«Os números que seguem, obtidos durante a nossa missão de estudo «no Delta do Ebro, dão uma idea do valor da rega nas regiões onde é levada a cabo proficientemente. Referem-se às zonas agrícolas de Amposta e San-Carlos, dominadas pela barragem de Cherta»:

Zonas	Termo de comparação	Antes de construção	Depois da construção
Amposta.	População	2.025 habitantes	4.962 habitantes
	Mortalidade	3,5 por cento	2,25 por cento
	Contribuições . . .	23.951 pesetas	158.598 pesetas
	Valor das colheitas	100.000 pesetas	5.500.000 pesetas
S. Carlos.	População	2.400 habitantes	4.447 habitantes
	Mortalidade	3,5 por cento	2 por cento
	Contribuições . . .	4.880 pesetas	20.734 pesetas
	Valor das colheitas	sem valor sensível	630.000 pesetas

Isto é, a acção benéfica da rega artificial, logo após a construção das obras de hidráulica agrícola que a tornaram possível e aproveitável, não só aumentou quasi 100% a população a que deu a abundancia e a riqueza com colheitas altamente remuneradoras e independentes dos caprichos da sorte e do clima, como trouxe para o Estado uma fonte importante de tributação criadora do progresso colectivo, quando bem administrada.

Exemplo como o de Espanha e de menor valia neste período em que intensa organização económica

se esboça em Portugal, (a que certamente não será estranho o problema da Rega na Metrópole e nas Colónias, financiado por empréstimos lançados pelo Governo, como vem fazendo o Governo Inglês no Egípto e no Oriente desde 1869, data em que a acção colonizadora e civilisadora do mesmo governo tomou para base a política da rega artificial) é o apresentado no Relatório da Comissão de Regas da Índia, referente às obras de irrigação e sua exploração em mais de 25 milhões de hectares, a que já nos referimos, dos quais quasi metade são administrados pelo Estado, e que transcrevemos na própria língua :

«The net result is that the works of this class have cover the interest charges with a gross excess to the credit of government of nearly 12 crores of rupias, and the profit is increasing largely every year».

* * *

Só a política da rega, que transforma a agricultura em indústria organizada, dando inter-dependên-

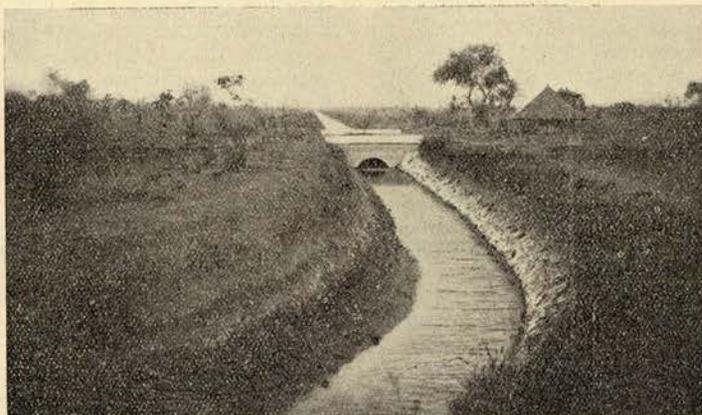
tal — *dinheiro* ou *trabalho* —; por isso éle tem o condão de fazer a transformação agrária que converte os operários rurais em homens livres amantes da terra que os sustenta.

Isto pelo que diz respeito ao capital *trabalho*. Pelo que toca ao capital *dinheiro* também só a política hidráulica lhe pode dar a confiança e o sucesso que não tem encontrado nas explorações de sequeiro, antes o têm tornado assustadigo e arredio do mundo agrícola, com manifesta preferência pela fórmula comoda dos 90 dias de vista oferecida pelo mundo mercantil.

Cabido é pois, focar os exemplos que veem de toda a parte, tão unânimes em afirmar que, ao dinheiro empregado em obras de rega não só é oferecido rendimento igual ao que lhe oferece o comércio, a indústria e a banca, como, socialmente, a rega realisa a união do proletário e do capital pela rápida criação do amor daquele pela terra que lhe dá a fartura para si e para os seus, livre da incerteza que é a agricultura de sequeiro, fonte de descrenças e insucessos, e pela sua transformação rápida em pequeno proprietário.

Há assim, urgente e imperiosa necessidade de iniciar em Portugal e nas suas Colónias esta política de salvação, de fazer entre nós a nacionalização da

Moçambique



OBRAS DE REGA
Canal de Inhamita

cia à vida de trabalho dos agricultores e determinando pelo seu próprio caracter a prosperidade daqueles que nela se ocupam, permite a fixação dos colonos na sua propriedade, rodeados da alegria que lhes traz a certeza da abundância, e realiza a obra social e económica de que carece o império português, complemento da obra financeira a que todos assistimos orgulhosos, visto que só ela é capaz de robustecer e ampliar o alicerce conservador da Nação e de atrair, satisfazer, contentar as almas libertárias, produto, na grande maioria dos casos, da miséria do lar onde se formaram e vivem.

O interesse dos que cultivam directamente a terra é inversamente proporcional às contingências da produção agrária. Daqui, a necessidade ineludível, neste período de convulsões sociais a que assistimos, de os governos responsaveis as reduzirem ao mínimo a fim de amarrarem ao campo e à terra o trabalhador rural, transformando-o num agente de produção e de interesse colectivo. Mas este desideratum só o cultivo de regadio o pode conseguir, mercê da segurança e da confiança que dá aos que ali investem o seu capi-

política hidráulica, de sorte a transforma-la não em feudo de uma ou outra corrente partidária, mas sim em patrimonio da nação, aceite como dogma redentor.

É esta a obra mais fundamental e definitiva que se impõe à geração actual: obra social; obra económica; obra agronómica; e obra construtiva.

O problema da rega é um problema de caracter predominantemente económico-social, tomando só em segundo lugar a feição técnica. E nele reside a solução da reintegração da população rural no ambiente e meio donde nunca devia ter saído, porque lhe assegura o sustento e a prosperidade conquistados pelo trabalho.

Cumpra pois ao Estado, dar ao trabalhador rural todos os meios de que necessita para viver dignamente e se transformar em pequeno agricultor, o que conseguirá logo que aquele haja convertido a agricultura actual, incerta e ingrata, em cultura irrigada. Se o Estado assim não fizer, o lavrador e o colono jámais ficarão aptos a lutar contra a ingratidão da terra e contra as contingências do meio.

À evidência tem sido demonstrado que em todos os países aonde a água da chuva é deficiente ou de irregular distribuição, a rega constitui o agente mais potente de criação de riqueza agrícola de que se pode lançar a mão e que, todo o sistema da rega bem administrado, duplica imediatamente o valor das propriedades servidas, devendo ser considerada como política de empobrecimento e de ruína de um povo, toda aquela que não coloque à frente dos seus problemas de fomento, o da rega das terras.

Por isso, foi verdadeiro júbilo e justificada esperança que — vai já para um ano — Moçambique ouviu da boca do seu Ministro das Colónias as palavras de alento que seguem, tomadas por todos como prenúncio de realidades:

«Se me preguntarem, disse Sua Ex.^a, concretamente o que penso sobre os problemas da Colónia se a visita que vou fazer me não provar que errei, resumirei em poucas palavras esses problemas: irrigação, colonização, assistência técnica e caminhos de ferro.»

desapropositados créditos agrícolas, mais esmola à agricultura falida, do que estímulo e assistência agrária.

E porquê? Porque a política seguida na nossa Colónia oriental, no que toca à agricultura, — e trata-se de uma Colónia que tem de ir buscar à agricultura as condições da sua existência e riqueza — tem sido política de programa ilimitado, saltitante, inçada de caprichos e desejos, norteadada pelo princípio negativo da dispersão de esforços e meios e só acalentada pela «esperança no benefício do tempo».

Deverá ter verificado mais o Sr. Ministro das Colónias na sua visita, que a advertência por si feita aos portugueses que trabalham em Moçambique de que «se se esquecerem que só o trabalho pertinaz e constante, só a luta e os sacrifícios produzem a real grandeza das nações, se não se dispuzerem a adoptar este pensamento e a segui-lo, se faltarem ao Ministro das Colónias com o seu apoio firme para a realização de certo programa, não haverá Ministro das Colónias nenhum, nem visita nenhuma, que possa dar prosperidade às Colónias» — jámais poderá ser ouvida com proveito se o governo não eliminar as contingências de clima, de irregularidade e deficiência de chuvas, de falta de assistências técnica proveitosa, em que se debate a agricultura moçambicana. Se, numa

Moçambique



OBRAS DE REGA
Cultura de arroz irrigado

Creio que a viagem que o Sr. Ministro das Colónias fez pelo território de Moçambique — sacrifício e dedicação do mais puro patriotismo, servido por arreigada fé nos destinos elevados e grandiosos do império colonial português — de tudo inquirindo, e a todos deixando palavras de alento, de estímulo e de fé, em nada deve ter alterado o juízo que de início formava o Ministro sobre os problemas instantes e inadiáveis da Colónia.

Com efeito o Sr. Dr. Armindo Monteiro deve ter verificado que não errou quanto à urgência e indispensabilidade para a vida própria de Moçambique, da execução do programa de governo colonial que, resoluta e persistentemente, leve a cabo os três primeiros problemas que anunciou, porque o que ele viu no que toca ao trabalho da terra — e viu o melhor — não passa, no seu conjunto, de exploração condicionada ao factor sorte, qual jogo de roleta, tendo quasi sempre por epilogo o desespero, a revolta, e o desinteresse do braço europeu; o retraimento do capital particular; e o desalento e descrença de todos incluindo o próprio Estado, com os seus inúteis e

palavra, não dere aos colonos portugueses a quem se dirigia aquele apêlo, os elementos de que carecem — água de rega, técnicos competentes e exemplo administrativo que se traduza no dever que todos têm — Governo e colonos, — de irem buscar à terra a receita para o seu equilíbrio orçamental e não ao aluguer comodo do preto ao Rand como o primeiro tem feito, e à esmola do crédito agrícola de que já se fez uso para o segundo, expedientes similares em alcance moral e económico, repudiados porém e felizmente, por todos os actos de elevada e patriótica administração que o nobre Ministro vem fazendo.

Avizinha-se a provavel revisão do convénio com a União. E neste período em que os telegrafos transmitem ao Mundo desmentidos a tendencias boatos espalhados e forjados a propósito da conferência de Roma e das colónias portuguesas, oportuno achamos não como alimento tão apreciado pela morbidez do desalentado, mas como estímulo para reacção indispensavel e benéfica, repetir que são horas de a Colónia de Moçambique, criar, adentro da própria casa, trabalho para os seus indígenas e riqueza própria,

concentrando, em programa limitado, esforços e meios que a Metrópole tem dever e necessidade de pôr à sua disposição.

Isto é: Moçambique, cuja vida financeira e económica tem tido por base acordos ou contratos como o de 1912 que na expressão do Sr. Dr. Brito Comacho, antigo Alto Comissário da Colónia («Moçambique» — «Problemas Coloniais»), «é bem significativo da política que tem norteado dum modo geral, os Governos de Moçambique, mais dispostos à exploração do homem que à exploração da terra, achando preferível o aluguer de braços à incerta e afadigosa laboração da terra», carece de imediata atenção do Governo da Metrópole, e de balanço em que de um lado se coloque a migalha doirada que deriva da exportação do preto e faz o equilíbrio da administração pública, mais o ouro que dá o superavit fagueiro das agências recrutadoras, e do outro se alinhem as parcelas que ajudam a dar à balança comercial de Moçambique desequilíbrio superior a 2 milhões de libras, dentre as quais se destacam as correspondentes à compra de produtos que podem e devem ser obtidos na Colónia. Mas além dos produtos em que Moçambique é deficitária, outros há para os quais o seu solo é altamente apto e a Metrópole importadora em larga escala. Porém, porque do assunto

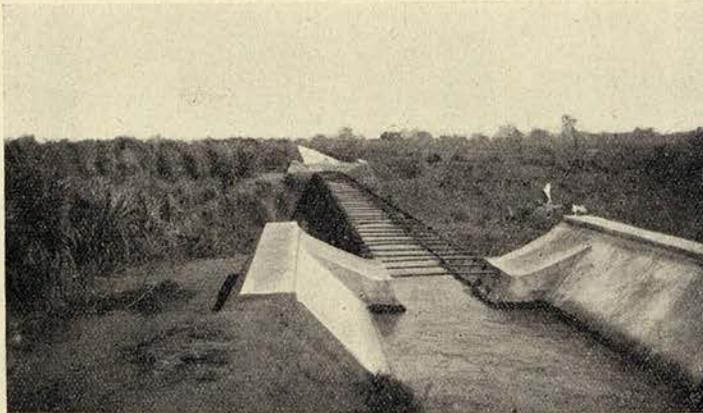
que necessita Moçambique para proteger a sua agricultura.

Como o algodão, está o arroz e o tabaco, para os quais não só a Colónia tem terras de primeira qualidade a que só falta a água de rega, como há mercado tão amplo no Império que os 30.000 hectares irrigados do Vale do Limpopo, de que há tantos anos se fala, são, praticamente, nada, para tamanha garantia de colocação de produtos.

De facto a aproveitamento do Vale do Limpopo tão recomendado, constitui para a nossa África Oriental com as suas obras de rega, de drenagem, de nivelamento de terras, de arroteia, de construção de estradas agrícolas e de 100 casas para colonos portugueses e instalação destes, de fábricas para álcool carburante, para descasque e polimento de arroz, para descarçamento e enfardamento de algodão, — fábricas destinadas aos produtos da pequena colonização assistida e tutelada pelo Governo por intermédio de Junta Autónoma dependente do Governo metropolitano, actuando dentro de programa bem definido e limitado — constitui, dizíamos, a obra de mais instante necessidade económica, moral e política a que o Governo de Portugal deve atenção e estudo.

Está orçamentado tal aproveitamento em Esc.

Moçambique



OBRAS DE REGA
Canal de 3.000 litros
por segundo

já nos ocupámos em estudo publicado no número de Novembro do «PORTUGAL COLONIAL», limitaremos a nossa referência a três culturas para as quais temos mercado assegurado, e cuja efectivação, cercada dos ensinamentos que a boa assistência técnica ministra e da segurança da rega artificial, virá substituir a feição vegetativa da vida económica do sul de Moçambique pelo cunho progressivo do país que, utilizando e valorizando os seus próprios recursos agrícola-industriais, não receia mais o desdouro do confronto com a vizinhança e garante o bem estar de todos a que a êle acorrem.

Tais culturas são: o algodão, o arroz e o tabaco.

O Algodão que, não obstante a crise que atravessa o mundo, ainda não deixou de ser para os americanos «the leading cash crop of our country», como assinala Montgomery no seu esplendido livro, «PRODUCTIVE FARM CROPS», constituiu para um país como o nosso, que importa o melhor de 18.000 toneladas por ano, ampla e imediata justificação do emprego da centena e meia de milhares de contos

134.121.764\$00. A area a aproveitar é de 28.812 hectares.

E a distribuição das verbas é a que segue:

a) Obras de rega e drenagem...	Esc. 61.600.000\$00
b) Fundo de colonização.....	" 45.600.000\$00
c) Encargos de capital em os primeiros 7 anos a seguir ao início das obras.....	" 26.921.764\$00

Plano de financiamento: empréstimo de Esc. 134.121.764\$00 lançado pelo Governo a favor do Ministério das Colónias, a 6% ao ano, para ser utilizado por Junta Autónoma de Obras de Rega e Colonização do Vale do Limpopo em o período de 3 anos como segue:

1.º Ano

a) Obras de rega.....	Esc. 30.000.000\$00
b) Colonização.....	" 20.000.000\$00
c) Juros.....	" 3.000.000\$00
Total.....	" 53.000.000\$00

2.º Ano

a) Obras de rega.....	Esc. 25.000.000\$00
b) Colonização	" 20.000.000\$00
c) Administração e conservação e complemento de juros...	" 5.471.340\$00
Total.....	" 50.471.340\$00

3.º Ano

a) Conclusão das obras de rega.	Esc. 6.600.000\$00
b) Colonização, administração, exploração e conservação.	" 5.600.000\$00
c) Complemento de juros.....	" 4.934.440\$00
Total.....	" 17.174.440\$00

Ao serem ultimadas as obras no final do 3.º ano, estarão gastos Esc. 120.645.780\$00 do empréstimo.

Da venda das terras irrigadas à pequena colonização, estabelecidos em «casais agrícolas» constituídos por 150 hectáres irrigados e uma casa de habitação, no valor global de Esc. 660.000\$00 que o colono terá de pagar em 30 anuidades de juro à taxa de 3 % ao ano; — da venda de terras irrigadas a grandes empresas de colonização em área não superior a 1.500 hectáres e à razão de Esc. 4.400\$00 por hectare irrigado, pagos em 10 anuidades iguais de juro à taxa de 3 % ao ano, às quais serão garantidos benefícios pautais para todos os seus produtos análogamente ao que se fará à pequena colonização; — da renda de água fixada no «Estatuto de Colonização» em Esc. 250\$00 para o período inicial em Esc. 350\$00 para o período de ocupação definitiva, englobando a tributação da terra mais a taxa devida às vantagens agrícolas provenientes do sistema de rega em serviço — Renda Consolidada — sairá a receita que somada ao saldo de Esc. 13.475.934\$00 do empréstimo cobrirá os encargos de capital, administração, exploração e conservação até ao VII ano das obras inclusivé.

Do VIII ao XIII ano, data em que a área de 28.812 hectares estará concedida e em exploração, o empréstimo sofrerá a amortização de Esc. 19.960.812\$00, sendo o saldo reembolsado em mais 26 anuidades de Esc. 8.836.140\$00 cada.

* * *

Longo vai já este artigo e cumpre terminá-lo. Ao fazê-lo ocorre-nos a lição de política colonial que a Conferência de Berlim nos legou, no que toca a soberania, ao afirmar que as nações soberanas tem «a obrigação de assegurar nos territórios por si ocupados no continente africano, a existência de uma autoridade suficiente para fazer respeitar os direitos adquiridos, etc.»

Ora, no período que atravessamos, nós e todos os países coloniais, a força de que podemos e devemos servir-nos para defender e impôr os nossos direitos, força formidável que inutilizará a ambição de uns e a cobiça de todos, é só uma: a resultante de grau de colonização e civilização que Portugal, pelas obrigações que lhe incumbem e pelos direitos que lhe assistem, apresenta ao mundo em as suas colónias. E sendo a rega artificial das terras o agente propulsor mais enérgico e valioso do progresso dos povos oportuno é lembrar ao Governo nacional, neste período de incerteza política mundial e de acertada política construtiva portuguesa, o que Elwood Mead,

economista e pioneiro da política de rega nos Estados Unidos afirmou, no início da campanha que antecedeu a construção das maiores obras de hidráulica agrícola da América.

«Os exemplos da mudança trazida pela rega artificial da terra na vida da nação em os últimos 50 anos, são maravilhosos. E estando o país agora no começo de empreendimentos de maior grandeza com os olhos postos no futuro, nós devemos ver, na corrente dos nossos rios, o alicerce de uma poderosa civilização, abençoada pela paz e coroada pelo maior grau de prosperidade, se leis adequadas e política decidida e sábia impuzerem, fortalecerem e ampararem, tais empreendimentos.»

Lisboa, 1933.

«Gralha» importante

No artigo «Fomento Colonial», na linha 11 da primeira coluna, onde se lê: «segurança e pontuação», deve ler-se: «segurança e ponderação».

Pedimos desculpa aos nossos leitores desta lamentável gralha.

Feira de Amostras Coloniais

Foi já publicado e entregue no Ministério das Colónias o relatório do Director das Feiras de Amostras Coloniais, tenente Henrique Galvão.

O volume que se está já distribuindo tem o seguinte sumário:

- Capítulo I — A ideia que orientou as feiras.
- " II — A organização.
- " III — A Feira de Amostras e a Conferência Comercial de Luanda.
- " IV — A Feira de Amostras e a Conferência Comercial de Lourenço Marques.
- " V — O intercâmbio comercial entre a Metrópole e as Colónias.
- " VI — Os últimos trabalhos e as contas.

Semana Portuguesa em Vigo



Um aspecto da Secção Colonial

«Se queremos ser um grande país colonial, se queremos olhar Angola como um Portugal Maior, temos de mudar de processos de mentalidade». «Para se ser utilizado é preciso demonstrar, antes de mais nada, que se é útil»

(Palavras do sr. Presidente do Ministério ao jornalista António Ferro)

Fomento Colonial?

A projectada ligação da ilha de Moçambique com o continente

PELO TENENTE SIMÕES DA MOTA

Diplomado com o curso da E. S. C.

NOTICIARAM os jornais, de há dias, a existência de um estudo para a construção de uma ponte que ligaria a ilha de Moçambique com o continente. Não me interessa a parte técnica d'êste projectado empreendimento, sendo natural que êste estudo honre a competência e o valor dos engenheiros que o efectuaram; interessa-me, sim, o seu aspecto económico.

A ilha de Moçambique tem, de facto, «tradições históricas e monumentos que a cada canto relembram a epopeia das navegações», mas o que ela não tem são condições que nos levem a gastar a importante soma em que importaria a construção da ponte, de que me venho ocupando.

Quem conhece a ilha de Moçambique — uma estreita língua de terra a que se dá uma volta completa enquanto se fuma um cigarro, como é costume dizer-se — sabe bem que é praticamente impossível fazerem-se nela mais construções, aquelas construções que se tornariam indispensáveis desde que o movimento comercial do porto, a que ela serve como de quebra-mar, aumentasse.

Com êste aumento, aumentava, de-certo, a sua população; onde a alojar? Uma grande parte das construções hoje existentes, são utilizadas como armazens onde se acumulam, aguardando oportunidade para embarque, os vários produtos de exportação, sendo natural que se pense ser fácil o alojamento dessa população em alguns dos prédios hoje ocupados como armazens.

Então, onde construir os edificios que se pudessem adaptar a armazens para substituir aqueles, dos existentes, que se transformavam em residências e mais os que se tornariam necessários para arrecadar o provável aumento de mercadorias que viriam a afluir ao porto? Na Ponta da ilha, dir-me-hão. E, para onde transferir o Bairro Indígena e o cemitério que ali se encontram, com a agravante de que o aumento do tráfego implicaria necessariamente o aumento de serviços indígenas, quer para o serviço de cargas e descargas, quer mesmo para o serviço doméstico?

Se a memória me não erra, já alguns governadores têm pensado em afastar os armazens do centro da ilha, afastamento que se impõe como uma medida de higiene, principalmente numa cidade onde uma grande percentagem da sua população é constituída por asiáticos (monhés), sempre pouco cuidadosos com a limpeza quer do corpo quer da habitação, e também para evitar o desagradável espectáculo de, na época das chuvas principalmente, quem transitar de noite pelas suas ruas apertadas ir pisando

as múltiplas e enormes baratas que, em digressão auto-utilitária, vão de armazem em armazem em busca de alimento mais agradável ao seu paladar, digressão em que os ratos vão como seus companheiros inseparáveis.

Não tem sido possível encontrar solução para êsse afastamento, dentro da área da ilha. O actual Governador Geral da Colónia, que longos anos conta de serviço em Moçambique (distrito), encontrou a solução de afastar uma grande parte da população da ilha, transferindo a capital do distrito para Nam-pula.

Existe ainda contra a construção da ponte, o facto de os produtos vindos do continente terem de continuar a sofrer os prejuízos e aumentos de despesa — que prejuízo é — com a baldeação e transporte nas fragatas que os conduzissem para bordo dos vapores que, por seu turno, os levariam aos mercados consumidores, pois em Moçambique não há cais acostável. O que existe é uma pequena ponte onde costumam atracar os gasolinas empregados no transporte de passageiros, e esta atracação só é possível na maré cheia, pois no caso contrário têm os passageiros que desembarcar às costas dos pretos.

Assim, persistiriam as mesmas «condições precárias por causa da violência das monções», a que alude a notícia, embora para um trajecto inferior às seis milhas citadas; a não ser que se pense em construir, simultaneamente com a ponte, um cais acostável, na ilha de Moçambique!

Não diz a notícia o custo provável desta formidável obra de engenharia, mas, de-certo, que se elevará a algumas dezenas, talvez mesmo centenas, de milhares de contos.

Pregunto eu: será fazer *fomento colonial* gastarem-se assim verbas importantes em obras de utilidade nula? Não é.

Existe, nas nossas colónias uma doença endémica a que urge pôr cõbro.

É a *megalomania*. Gastam-se, por vezes, verbas importantes em obras inúteis, ou pelo menos dispensáveis, só porque isso satisfaz a vaidade ou é agradável ao capricho de um ou outro que, podendo dispôr dos dinheiros públicos, sonhou com a realização de uma obra que marque pela sua grandeza e não pela sua utilidade.

Eu já vi gastarem-se algumas centenas de libras com a aquisição de material eléctrico para iluminar a sede de uma circunscricção administrativa onde vivia uma meia dúzia de europeus, quasi todos, se não todos, funcionários públicos!

Quanto dinheiro se não tem gasto em habita-

ções para alguns funcionários que, sem prejuízo pelas higiene e comodidade, podiam ter habitações mais modestas?!)

Ainda há pouco os jornais noticiaram que, numa das nossas colónias, se tinham gasto algumas centenas de contos com a construção de um edifício que, só depois de acabado—abençoados técnicos!—se verificou não poder servir, por falta das indispensáveis condições, ao fim a que era destinado, pensando-se em o adaptar a museu!!

Não será isto gastar dinheiro inútilmente? Não haveria mais vantagem para a colónia se se tivesse empregado aquele dinheiro na criação de uma escola agrícola para ensino dessas muitas crianças, filhas de europeus, nascidas na colónia ajudando-se a resolver, em parte, o problema do futuro dessas mesmas crianças, com vantagens para todos, sem as pretender sentar à mesa do orçamento como o pretende essa infeliz proposta das *preferências absolutas* a que a «Portugal Colonial» já se referiu?

Este projecto da ligação da ilha de Moçambique com o continente é mais uma manifestação dessa terrível doença a que me referi a *megalomania*.

Não seria mais acertado que, em vez desta inútil obra, se pensasse em gastar parte do dinheiro que ela iria custar, em promover a colonização, por elementos europeus, do interior do distrito de Moçambique onde há tantas manchas susceptíveis da fixação da raça branca? Não se poderia também empregar parte dessa quantia em ensinar ao indígena os modernos processos de cultura, procurando conseguir que êle melhore e aumente a produção, indo mesmo — e isto é, a meu ver, essencial — ao ponto de o levar a produzir aqueles produtos que o estudo e a prática indicassem como mais úteis às necessidades e à economia da colónia? Ou, se se pretende um projecto grandioso, não se poderia pensar em levar o caminho de ferro de Moçambique até Nacala, aproveitando assim as magníficas condições que oferece a baía de Fernão Veloso, e que o de Moçambique não oferece, condições estas reconhecidas por todos quantos têm estudado o assunto e que levou o Sr. Almirante Vasconcelos a escrever: «O pôrto de Nacala no interior da baía de Fernão Veloso, pela sua extensão e profundidade, perfeitamente abrigado, presta-se para um pôrto de primeira ordem, quer sob o ponto de vista comercial quer como base naval», opinião esta que, bem recentemente, um oficial dos que fizeram parte da missão hidrográfica que tem trabalhado em Moçambique, confirmou?

Há que acabar com egotismos que só prejuízos podem acarretar à colectividade. Temos todos que nos convencer que há que trabalhar para o bem comum, sem nos preocuparmos com as vaidades próprias. Nas colónias há muito que fazer, embora muito já esteja feito, mas tem que se fazer com disciplina, ordem, método e critério. Para isso torna-se necessário um plano de fomento geral, plano a que todos se devem sujeitar, sem querer cada um fazer prevalecer o seu plano pessoal.

Vai reunir a Conferência Imperial onde segundo dizem os jornais, se vão discutir medidas de fomento para as colónias. Deve sair dela um plano estudado, sem dúvida, com critério. Oxalá que, aqueles sobre quem venha a cair a difícil tarefa de lhe dar execução, estejam animados daquela boa vontade de *bem servir*, indispensável ao bom êxito de qualquer empreendimento.

Para isso é preciso que, *quem de direito*, tenha plena liberdade de acção na escolha dos executores do seu plano e não se lhe queira impôr — passe o termo — êste ou aquele, apresentando-o com qualidades que não possui, só pelo facto de pertencer ao grupo A ou ao grupelho B.

Quantas vezes estas atitudes dos grupos e grupinhos devem ter causado embaraços, se não mesmo atritos, a quem tem por missão fazer certas nomeações?

Será, pois, pela boa vontade de todos em trabalhar com bom senso para o bem comum, pondo de parte tudo quanto possa prejudicar ou, até mesmo, não beneficiar a colectividade, que nós conseguiremos levar as colónias àquele grau de prosperidade que elas podem e devem atingir, e assim mostraremos ao mundo que: «O êxito de uma colonização não é a resultante de factores quantitativos — em gente ou em capitais. Depende essencialmente da qualidade dos elementos que nela se lançaram — das virtudes em primeiro lugar, da sua organização depois, e da preparação também», como bem acentuou o Sr. Ministro das Colónias no seu patriótico e magistral discurso na sessão de abertura da XXII reunião do Instituto Colonial internacional.

Lisboa, 4 de Maio de 1935.



Rapariga de Inhamez — (Manica Sofala)

Realizou-se o mês passado em Lisboa a reunião do Instituto Colonial Internacional.

Foi um acontecimento político de grande relevo e pelo qual há que felicitar o sr. Conde de Penha Garcia, presidente do Instituto no biénio que agora findou e a cujos esforços se deveu a escolha da nossa capital para esta reunião.

Estiveram em Lisboa para tomar parte no Congresso muitos colonialistas estrangeiros ilustres, tendo tódas as fases deste notável acontecimento decorrido com muito brilho e alcançado pleno êxito.

Dispensados duma reportagem pelas longas referências que a imprensa diária fez ao assunto transcrevemos o que na sua «Crónica Colonial» do Comércio do Porto escreveu o nosso director, sobre a reunião do Instituto Colonial Internacional e o notabilíssimo discurso pronunciado na sessão inaugural pelo sr. Dr. Armindo Monteiro.

A reunião do Instituto Colonial Internacional em Lisboa

Um notabilíssimo discurso do Sr. Ministro das Colónias

Reuniu, em Lisboa, êste mês, graças aos bons esforços do sr. conde de Penha Garcia, o Instituto Colonial Internacional. Não foi um acontecimento banal. E para que o não fôsse contribuíram, não só o prestígio e os créditos desta Academia colonial e a maneira como a reunião foi organizada, mas também a oportunidade excepcional em que esta teve lugar.

Ainda há pouco mais dum mês tinha sido lançado, na Europa, um boato sobre uma possível partilha das colónias portuguesas. Esse boato pôde ser perpalado e pôde encontrar, de-certo, misteriosos fundamentos, que desconhecemos, por via da falta duma série de actos de propaganda internacional, tendentes a fazer conhecer, a essa mesma Europa, dividida, desorientada e instável, não só a nossa obra colonial do passado, mas, sobretudo, os acontecimentos e os resultados de uma obra do presente — obra que tem unidade, orientação e estabilidade e que se desenvolve sob o domínio de ideias e ideais portugueses.

O que constava na Europa a nosso respeito reflectia velhos erros dum período de depressão nacional. Esses erros foram resgatados por uma Ordem, esforços e ideias que a Europa de hoje bem podia tomar como modelos para sair de muitas das suas dificuldades — mas, de facto, o que se sabia a nosso respeito não envolvia, ainda, nem o prestígio do resgate, nem a claridade duma obra de reconstrução.

As viagens ministeriais a Paris e às colónias e esta reunião do Instituto Colonial Internacional — as primeiras realizadas com um êxito impecável, a segunda trazendo até nós várias eminências do colonialismo internacional — formam uma série de actos políticos que, melhor do que os protestos inflamados e os tropos sentimentais, podem conter em respeito as cobiças que se levantam uma vez mais contra os nossos domínios ultramarinos. E têm êsse poder — notêmo-lo bem, pois no facto reside tódá a essência do valor — porque a propaganda que deles resulta corresponde a realidades dum pensamento, dum Ideal português e duma Obra.

Num momento em que os países coloniais da Europa se debatem entre a gravidade dos seus problemas metropolitanos e a acuidade dos seus problemas ultramarinos, dando, por vezes, mostras duma incapacidade que é a imagem da própria desordem, houve algumas dezenas de colonialistas ilustres que possivelmente imbuídos ainda de más informações a nosso respeito, puderam observar a paisagem sádua dum país arrumado, que se move em directrizes calmas e nítidas, que se reintegra nos seus rumos históricos com ideias próprias e oportunas e que salva da procela económica o terceiro Império Colonial do Mundo.

E tudo isto puderam verificar e sentir os nossos visitantes, numa recepção que não pecou pela oratória balofa, pelo foguete de lágrimas, pelo estendal de ouropes de museu, pelo passadismo empolado e inerte em que se abrigavam os nossos erros doutros tempos. A nossa cortezia, hospitaleira, gentil e acolhedora como é de uso, foi simples, natural e digna.

Por tudo isto não foi um acontecimento banal a reunião do Instituto Colonial Internacional em Lisboa. O relevo que revestiu e as consequências de tódá a ordem que dela é legítimo esperar, permitem encará-lo como um dos acontecimentos mais agradáveis da nossa política colonial dos últimos anos.

Se na ordem política e moral a reunião constituiu um acontecimento de tal relevo, na ordem técnica — como aliás era de esperar — resultou inferior e descolorida. Esforçaram-se as palavras e o estilo por renovar velhas ideias gastas e impotentes, mas nenhuma das teses apresentadas, nem a discussão que em volta delas se travou, conseguiram iluminar qualquer dos problemas coloniais versados.

A confusão que lavra no mundo colonial, anctioso de soluções, amargurado pelas violências da crise e pelo desentendimento dos homens, teve, na expressão técnica do Congresso, o seu natural

reflexo. Nada se passou nem luziu nas sessões de trabalho do Instituto que valha a pena recolher e comentar.

Salvou a honra do convento, em vôo de grande altura, o discurso pronunciado pelo sr. dr. Armindo Monteiro na sessão inaugural: Arrazoado político, de forma e pensamento superiores — foi o discurso digno do chefe dum Império que reconquista, trabalhosamente, o seu orgulho e o seu prestígio; apresentação convincente, clara e sábia de ideias flagrantes de observação e oportunidade — foi o discurso digno do técnico que é membro do Instituto.

Falando como ministro das Colónias do seu país, como técnico com responsabilidade e como verdadeiro europeu, o sr. dr. Armindo Monteiro realizou a própria expressão do pensamento, da vontade e da altivez do seu país.

Portugal ficou-lhe devendo um grande serviço — e o Instituto Colonial Internacional também.

Além duma crítica da paisagem política, económica e social do moderno colonialismo mundial, cujo pensamento faz imaginar o esboço dum sistema, duas grandes ideias dominaram êsse discurso: Não são os excessos demográficos nem a abundância de capitais que podem justificar o direito à colonização ou que determinam a capacidade colonizadora dum país; a colonização é uma acção transcendente que exige um génio específico, uma vocação característica, uma força íntima que nem os factores quantitativos da população, nem os elementos dinâmicos do capital bastam para alcançar e realizar.

Estas ideias não são apenas ideias que servem à política colonial portuguesa. São ideias que, nesta política fértil em acontecimentos, exemplos e lições, encontram uma confirmação exuberante; são ideias que as colonizações estranhas demonstram dia a dia nos seus aspectos do Passado e nas suas realizações do Presente; são ideias que, contrariando, possivelmente, os fundamentos em que pretendem apoiar-se ânsias de expansão colonial da moderna Europa, podem defender os países que as não professam de amargas e dispendiosas aventuras; são, finalmente, as ideias com que, no nosso tempo, temos que olhar para a frente e prosseguir, prosseguir como até aqui.

O Discurso do sr. Ministro das Colónias:

«Sr. Presidente e meus Colegas do Instituto Colonial Internacional. — Com profunda satisfação cumprio o dever de vos dirigir as mais efusivas saudações. Representantes categorizados da ideia colonial de que ha muitos séculos os portugueses foram os percursores audaciosos, têm os membros do Instituto Colonial Internacional, mais do que ninguém direito a elas. Em nenhum lugar poderiam elas soar melhor do que nesta velha cidade de Lisboa, berço de descobertas e conquistas longínquas, fonte do movimento da colonização moderna. E nenhuma oportunidade mais perfeita do que esta se poderia oferecer, para trocarmos opiniões sobre alguns dos mais inquietantes problemas do nosso tempo, a homens que como V. Excelências, com o seu engenho, saber ou acção prática, tão farta contribuição têm dado para a obra do prolongamento da civilização cristã na África, na Asia e na Oceania.

Interesses de enorme extensão, ambições nem sempre bem cabidas, juízos muitas vezes falsos, têm desviado as questões ultramarinas. É clara a falta de contacto entre as verdades coloniais e a opinião pública; e o acolhimento dado a erros coloniais, por certa opinião de homens de Estado, facilmente toma aspectos que por vezes assustam e desanimam.

As palavras que possam dizer-se aqui farão talvez compreender melhor, cousas que são diferentes das que na Europa se vêem todos os dias e que por isso não podem ser julgadas com os elementos da lógica que se aplicam aos acontecimentos correntes.

As questões coloniais exigem, ao lado de uma competência

própria, um sentido especial: é assim nos homens como nos povos. Não é colonizador o povo que um dia sonhou com empresas longínquas, ou com prosperidades que da emigração para remotas paragens lhe pudessem vir, só porque na metrópole tem gente a mais ou capitais abundantes. A colonização exige um génio específico, um vocação característica, uma força íntima, que participa do gosto da aventura e do desconhecido, do desprezo pelo bem estar imediato e ao mesmo tempo da ancia de conquistar a riqueza através de mil sofrimentos e perigos; reclama uma maneira de ser especial em que ao lado de uma infinita tolerância e piedade pelo que lhe é inferior na gente do sertão, figura a intransigência, o sentimento e a actividade, á clara luz duma vida mais nobre. O êxito de uma colonização não é o resultado de factores quantitativos — em gente de capitais. Depende essencialmente da qualidade dos elementos que nela se lançaram — das suas virtudes em primeiro lugar, da sua organização depois e da sua preparação também.

É preciso desvanecer o erro de se supor que a posse das colónias pode dar a qualquer povo solução ao problema da colocação dos seus excessos demográficos ou dos seus capitais inactivos, erro que pode ser de consequências trágicas para o futuro de toda a obra colonizadora moderna.

A emigração acode sobretudo ás zonas em que o desenvolvimento do capital é mais rápido do que o da mão de obra. É esta circunstância que sobretudo explica as formidáveis cifras da emigração para os países americanos em todo o correr do século XIX. As possibilidades do meio natural, favorecendo a criação e a acumulação de capitais, solicitavam ali incessantemente novos braços. Assistimos a uma verdadeira sucção das multidões europeias. Apesar do avanço da ocupação dos territórios que hoje são as colónias de todos os que aqui nos encontramos, a direcção dos movimentos emigratórios não marcava um desvio. Continuavam indiferentes a trilhar os seus velhos caminhos. Enquanto na América as populações brancas se multiplicavam rapidamente, na África e na Ásia só acusavam aumentos insignificantes.

Na África não ha agora decerto uma população de raça branca superior a 3,5 milhões de habitantes. Mas no século XIX saíram da Europa para longínquos continentes cerca de 150.000.000 de pessoas. Ainda hoje é verdadeiramente microscópico o contingente da emigração para as Colónias. Ao lado de 30 ou 60 milhões de europeus que em 1913 habitavam fora do país natal, fazia na verdade pequena figura o parco milhão e meio que tinha escolhido a África para campo de acção.

Mas poderá esta cifra surpreender?

Sem contarmos com as dificuldades de adaptação ao meio — dificuldades que dia a dia vão diminuindo — a verdade é que nas colónias, apesar do período de intenso desenvolvimento por que têm passado, só em pontos perfeitamente conhecidos é sensível a falta da mão de obra. É facilmente estas insuficiências são satisfeitas pelo braço negro ou amarelo. O branco não poderá concorrer com eles. Imaginem que misérias e tragédias provocaria um país cujo governo se lembrasse de transportar para as colónias grandes massas dos seus naturais, para resolver o problema do desemprego, ou da sua meia miséria na Europa; depois de ter gasto fabulosas quantias, pouco mais conseguiria do que criar um vasto proletariado branco em regiões onde difficil seria valer ao seu abandono. A colonização que deste modo se fizesse seria apenas a forma de entregar á fome, á morte quasi sem defeza, multidões que apesar da violência da crise, ainda hoje encontram na Europa o amparo de uma solidariedade geral que na África naturalmente lhes faltaria.

Ha longos anos que algumas das nações de mais forte população possuem no continente africano vastas colónias. Se examinarmos, ao fim de porfiado trabalho nelas desenvolvido, os resultados alcançados, com desanimo verificamos que estão abaixo do mínimo que com pessimismo se devia calcular. A emigração só vagarosamente acode ao apelo dos países africanos. E constata-se que povos que longa e asperamente lutaram pela posse de Colónias — não têm afinal todos os colonos que queriam. Os grupos dos seus nacionais estabelecidos no estrangeiro são muito mais importantes e numerosos do que os que tomaram o rumo dos territórios adquiridos na África, na Ásia ou na Oceania.

Ao lado deste facto convém referir um outro, para mostrar a inaniidade da tese dos que vêem nas colónias possíveis sorvedouros da população. É que muitos dos grandes países europeus começaram a interessar-se pelas actividades ultramarinas precisamente no momento em que as cifras mostravam que o desequilíbrio demográfico tinha desaparecido diante do desenvolvimento industrial. Certos países entraram na vida Colonial quando a sua emigração tendia a desaparecer: e sua população não sentiu a influencia das aquisições ultramarinas.

Na verdade, a colonização não dará nunca uma formula que permita a resolução do problema dos excessos demográficos. Estes acudirão, no futuro como no passado, aos territórios que, com menor esforço, permitirem a colocação mais lucrativa. Não é este o caso das colónias africanas.

Por uma espécie de fatalidade superior, a população tem-se acumulado nelas muito lentamente, na medida em que a acção do homem sobre o meio foi modificando as condições naturais, demandando o que nelas ha de violento ou de inconciliavel com a vida da gente da nossa raça. Por isso a difficil função de colonisar pode ser desempenhada tão perfeitamente por povos de pequenas cifras demográficas, como por aqueles em que estas atingem dezenas de milhões. A colonização não é uma questão de número. Para colonisar, importa ter colonos. Não ter colonos não é o mesmo que ter gente em demasia.

E também não é tanto uma questão directamente ligada á grande abundância de capitais, como a muitos pode parecer. Ha argumentos que se empregam facilmente e que encontram tão favoravel acolhimento, mesmo entre pessoas de cultura económica, que ao fim de certo caminho tomam aspecto de dogmas. Encontramos depois, por falta de um exame atento, repetidos como verdades indiscutíveis elevados ás culminancias de idéas directoras do governo dos povos. Está nessas condições a opinião que aponta a necessidade dos grandes capitais disponíveis como factor essencial da colonização.

Ora o certo é que, se exceptuar-mos as zonas mineiras onde, em qualquer ponto do globo, são fáceis e possíveis sempre as grandes concentrações de capital, na quasi totalidade das regiões tropicais o dinheiro só encontrará emprego na medida em que o seu desenvolvimento agrícola o permitir. Este será sempre lento: depende não só de elementos respeitantes ás próprias colónias, mas também de factos externos. De entre os primeiros, devem destacar-se as possibilidades de integração do negro na disciplina de um trabalho ordenado e contínuo, e uma prolongada acção sobre as condições naturais do meio, para lhes tirarmos a sua irregularidade e violência; de entre os segundos, convém mencionar, pela sua fundamental importância, as probabilidades de absorção dos produtos pelos mercados externos. Quem examinar a lista dos géneros coloniais, facilmente poderá verificar que o mundo chegou quanto á maioria deles, ao estado de saturação. A politica do aumento de produção nas colónias tem hoje um sentido quasi exclusivamente nacional. É uma táboa de salvação. Cada país, fechado no seu egoísmo, procura assentar a actividade produtora ultramarina apenas nas necessidades dos seus próprios mercados — excluindo o recurso á produção alheia. Se para além deste nacionalismo violento encarmos o problema, vêm-nos que da applicação de grandes capitais ao desenvolvimento da produção saíram complicadas as condições da crise africana: desenvolver-se-ha a produção dos géneros a que os mercados não poderão dar fácil escoamento. É de contar, como circunstância de enorme valor, que ainda hoje muitas empresas agrícolas coloniais se mantêm em laboração graças apenas aos lucros noutros tempos acumulados. Os efeitos da crise sentir-se hiam em África com maior agudeza, se por um lado, os Estados não tivessem acudido a muitas das mais prementes difficuldades e se, por outro, as reservas do passado não fossem cobrindo os prejuízos do presente. Mas já chegamos á super-produção. Muitas das matérias primas coloniais obtiveram noutro tempo preços que naturalmente não voltarão a ter em épocas próximas, porque as condições em que eram oferecidas mudaram. Temos em Portugal um exemplo de singular evidência na economia da ilha de São Tomé, cujo brilhante desenvolvimento se deve em grande parte ás altas colações do cacau, e que hoje as circunstâncias do mundo tristemente arrastaram até níveis que, se durante muito tempo se mantiverem, serão insuportáveis. Está ameaçada, assim, na sua própria vida, uma das mais fecundas e altas manifestações da actividade colonizadora da nossa época.

O que serão os preços do futuro? Ouço com frequência afirmar que é preciso ser optimista. Ao contrário, eu creio que é preciso ser pessimista — prevendo o mal para lhe fazermos face. O optimismo afasta-nos da realidade. Desvaira a opinião. Por em certos meios comerciais se ter encariado a vida das colónias com excessiva confiança, a crise atingiu além-mar a intensidade que lhe conhecemos. Não julgo que os tempos dourados voltem facilmente: e boa rota será a de preparar os povos para aceitarem o trabalho arduo, a disciplina e os sacrificios que as duras eventualidades do presente exigem. Os coloniais precisam de se defender da opinião dos que encaram a prosperidade como o estado natural das cousas e sobre ela alicerçam as suas organizações. Quantas ruínas se teriam evitado se, na arquitectura das actividades ultramarinas, todos os países tivessem considerado os grandes lucros como excepção e o esgotamento rápido de toda a produção como um favor da fortuna, que é por natureza inconstante?

Um momento de crise como este, oferece, mais do que nenhum outro, uma boa oportunidade para estudarmos as cousas coloniais, sobretudo as africanas, sob o aspecto da sua resistência.

Fácilmente verificamos que as grandes empresas foram as primeiras a ceder diante do grande temporal económico que se levantou. Não é animadora a paisagem que por esse lado temos diante dos olhos. Muitas das que não vivem do favor do Estado, vivem amparadas pelo crédito, ou fechadas dentro de moratórias, de acordos,

de transacções com crédores, quando não entram ousadamente no campo das liquidações. Grande número delas parou completamente a sua actividade. Assim acontece em grande escala, por exemplo na zona das indústrias mineiras. Há colónias onde dois terços dos capitais investidos se consideraram perdidos. Atravéz da fórmula das grandes empresas, tinha a colonisação penetrado no grande público, absorvendo largas quotas das economias privadas. A colonisação pela bolsa é hoje uma grande ruína. E atraz dela ficou, para durar muito tempo, a desconfiança geral.

Nem pode isto surpreender a quem pensar nos grandes riscos que oferece a colocação de capitais em regiões fracamente povoadas, em que o trabalho é uma força incipiente e cuja riqueza é muitas vezes uma obscura interrogação. Constituíram-se, em muitos casos, grandes acumulações de capitais, com fins que se diziam coloniais: no fundo, visavam o sustento de certas indústrias europeias, ou simples manobras de bolsa. Assim se ergueram em África construções gigantescas que, se não conseguiram sustentar-se dos orçamentos metropolitanos, por muito tempo não de onerar a pobre economia colonial com encargos que os recursos locais difficilmente poderão comportar e que, na verdade, não são sempre justificaveis á face das necessidades das várias regiões. O estudo imparcial da actividade das grandes empresas coloniais que muitas vezes dispuseram de somas astronómicas, mostra quasi sempre o seu insucesso. Os industriais e os financeiros abusaram das colónias como objectos de lucro: estas tomam agora a sua terrível vingança. Para evitarmos abalos profundos, é preciso que a applicação de capitais no Ultramar se faça attendendo exclusivamente ás necessidades deste e não ás das indústrias ou das finanças metropolitanas. Nas colónias é preciso talhar com mão larga, mas devemos contentar-nos com a terra sem logo ambicionar o céu. Nem sempre se fez assim e esse foi o erro. Sobrecarregaram-se por isso as colónias com o péso de juros e de amortisações que a sua economia não poderá suportar; em vez de lhe dar seguros elementos de força, a desordenada e imoderada entrada de capitais acabará sempre por se revelar um factor de ruína. O Capital deve ser como o entusiasmo: que nunca falte o necessário, mas que nunca trasborde.

A média e a pequena colonisação tem mostrado maior poder de resistência do que os grandes capitais. As duas vastas colónias portuguesas de Angola e Moçambique dão-nos um exemplo flagrantemente do que elas valem como força de vanguarda colonial. Varridos pelos primeiros vendáveis os casos de simples má gestão, pode dizer-se que as forças das colónias ficaram intactas. O comerciante e o agricultor não abandonaram os seus postos. Apesar de todas as difficuldades da hora presente, quasi podemos sem erro falar da permanência das quantidades exportadas. Em muitos casos mesmo estas aumentaram.

Não admira: a administração por elas exercida tem caracter immediato. A direcção não se dilui: as ordens não se afastam dos seus objectivos: o trabalho sofre a influencia de um incitamento eficaz; o estado maior e a burocracia são os estritamente indispensaveis. Nenhuma actividade se perde; nenhum esforço é desproporcionado; nenhuma despesa deixa de ter um fim útil. E eu considero, cada dia com mais fortes razões, que estas são as grandes molas do exito nas actividades colonias.

Não sei assim se o triste correctivo que ás passadas audácias do capital privado esta crise infringiu, os não terá desencorajado por muito tempo, nem se eles consentirão em retomar os longinquos caminhos da Africa, da Asia e da Oceania, sem sólidas garantias por parte dos Estados. Mas sei que a colonisação pelas grandes massas de capitais não teve a fecundidade e não deixou — no ultramar — atraz de si a sólida e resistente obra que as pequenas iniciativas, as pequenas economias applicadas e administradas por quem as reuniu, tem construido lentamente.

* *

Nas colónias portuguesas estamos em frente de um caso típico de colonisação levada a cabo por um povo de pequena população e de moderados recursos monetários: e que, apesar disso, chegou modernamente na Africa a resultados que não temem confrontos com os que conseguiram os povos mais populosos e ricos do mundo. Examinemos em primeiro lugar a questão das populações. Permitam-me que cite alguns números.

Em 1913 nos 5 milhões de quilómetros quadrados que tinham de superficie as vastas colónias alemãs espalhadas pelo globo, viviam 24.389 europeus; nas grandes colónias italianas de Africa, segundo dados dignos de fé, habitam agora 54.500 europeus, o que inegavelmente representa um bonito esforço: nos 7 milhões de quilómetros que tem de superficie a Africa Occidental e Equatorial franceza, o Camarão e Madagascar vivem 49.000 europeus e assimila-dos; no Congo Belga havia há pouco 20.000 europeus; no Gold Coast, Serra Leoa, Kenya, Uganda, Tanganyka, Zanzibar, Niassaland e Rodesia do Norte, segundo publicações dignas de crédito, haverá 42.000 europeus.

Nas colónias portuguesas da Africa residem na hora actual; calculando baixo não menos de 60.000 europeus e mais de 120.000 assimilados. Temos 80 brancos por 10.000 indígenas; das outras colónias seguidas a cifra mais alta é de 25 europeus por 10.000 negros.

E enquanto que Portugal apresenta 30 europeus por 1000 quilómetros quadrados nas outras colónias tropicais, a proporção não deve ir, em área igual, além de 24.

Assim parece que nenhum país conseguiu, tanto como Portugal, interessar as suas populações no desenvolvimento das colónias tropicais. Um país de pequena demografia obteve resultados que não sei se outros terão atingido, apesar das massas da sua gente. Atribue-se a Bismark, com ou sem verdade, a afirmação de que Portugal é um país com colónias e sem colonos. Os números desmentem categoricamente esta opinião — que foi posta correr mundo e deu origem a muitas injurias apreciações sobre a actividade colonial do meu país. Portugal é no mundo um dos países que mais colonos tem.

Podemos considerar-se prodigioso o desenvolvimento do comércio africano nas ultimas dezenas de anos. Todas as nações que sobre si tomaram a grande tarefa de desbravarem o mistério do continente negro, têm sabido estar, sem excepções, á altura das suas graves responsabilidades.

A nenhuns sacrificios de vidas, ou de dinheiro se tem poupado. Em lugar das raquíticas cifras que indicavam o comércio de há 30 ou 40 anos, encontramos hoje números que resumem sempre milhões.

É difficil sempre, nesta matéria, reunir elementos que não possam ser discutidos. Nas próprias publicações officias topamos com divergências. São diferentes os métodos de notação e de elaboração: números que parecem comparáveis não são em rigor. Com todas as justas reservas me permito, por isso, lêr aqui algumas cifras.

Em 1928 o comércio total das colónias da Africa occidental franceza com os seus 11 milhões de habitantes foi de 2.761 milhões de francos: a cada pessoa pertenceram 249 francos. No mesmo ano a Africa Equatorial franceza, Madagascar e suas dependências movimentaram 1.550 milhões de francos nas suas importações e exportações: a cada um dos 6.750.000 habitantes que estes domínios têm, corresponde uma quota de 230 francos. Traduzem estes números um esforço de extraordinária importância e intensidade.

Em 1929 o comércio geral das colónias inglesas de Kenya, Uganda e Tanganyka somou 26.071.291 libras — o que corresponde a 2 libras 6 shelling por cabeça. A Nigeria, povoada por mais de 19 milhões de negros, teve um comércio avaliado em cerca de 31 milhões de libras — ou seja por habitante £ 1-12.

As colónias italianas da Africa tiveram em 1930 um comércio marítimo que vejo totalisado em 851,5 milhões de liras: é de 375 liras a capitação obtida e que é sem duvida muito alta.

O comércio externo do Congo Belga atingiu em 1930 o enorme quantitativo de 3,320 milhões de francos: são 393 francos por habitante. Não podiam sequer sonhar com estas cifras os ousados pioneiros belgas que não há ainda muitos anos trouxeram o Congo para a civilisação, escrevendo na história do seu país páginas de imperecível glória. Os seus esforços e lutas fructificaram em larga seara.

Tendo falado dos outros não parecerá mal que fale agora do meu país. Ficam bem no alto dos números citados, os algarismos que marcam o movimento comercial das colónias portuguesas de Africa. Em 1930 somou ele a enorme quantia de 4.244.578 milhares de escudos. Apesar da crise, a capitação comercial correspondente foi de cerca de 508 escudos.

Se é certo que todos os países fizeram o que deviam e trabalharam com afinco e denodo que a nobre missão de colonisar exige, bem parece que Portugal soube dignamente enfileirar entre eles — levando até um lugar que avulta entre os primeiros, a exploração das terras que ocupa.

* *

Como elementos essenciaes de toda esta imensa actividade comercial aparecem-nos os portos, as estradas e os caminhos de ferro. Milagrosamente a iniciativa do europeu sulcou as colónias em todos os sentidos, com vias de comunicação moderna.

Ha oito ou nove meses atravessei a Africa de costa a costa em poucos dias: partindo do Lobito sobre o Atlantico, deixei o comboio sem interrupções, em Lourenço Marques, sobre e Indico. Pela primeira vez um veiculo sobre "rails" foi de Oceano a Oceano. Cito este facto, que ficou ligado á História dos Caminhos de Ferro de Benguela, como indice do imenso trabalho realizado e das facilidades de comunicações já existentes.

E consintam que reivindique para o meu país um lugar de relevo entre os que mais inimensamente se têm dedicado á tarefa de

abrir na selva os caminhos da civilização. Falemos primeiro dos portos.

Não se tem Portugal poupado a despesas para construir nas suas colónias de Angola e Moçambique porcos que satisfaçam a todas as exigências da técnica moderna. E pode dizer-se que, pelo seu próprio esforço, já em ambos os litorais de África, Lobito e Lourenço Marques oferecem á navegação uma utensilagem modular. As obras em curso no Lobito custaram cerca de 50 milhões de francos; em obras e utensilagem empregamos em Lourenço Marques mais de £ 2.300.000. São portos magníficos, a que o maior futuro está reservado. Convém juntar-lhes a Beira, onde obras importantes vão avançando e que, em breve tempo rivalizará com os melhores portos de África.

Para se ter a noção exacta do valor relativo dos grandes portos africanos portugueses basta dizer que em 1930 entraram em Lourenço Marques 1.671 navios, tendo embarcado e desembarcado 1.876.000 toneladas e 163.026 passageiros. Em Durban entraram 1.383 navios, em East London 740, na Beira 644, em Dar-es-Salaam 601 e 687 em Mombaça.

Se é certo que a natureza favoreceu singularmente os nossos portos, não é menos certo que das suas condições próprias nós temos procurado tirar todo o proveito possível. Assim os vamos elevando até ao nível em que se encontram os mais importantes.

Em matéria de estradas e de caminhos de ferro não tem sido o nosso esforço menor do que o dos outros países coloniais. Temos em Angola e Moçambique 3.750 quilómetros de via férrea em exploração e mais de 58.000 quilómetros de boas estradas em todas as possessões africanas.

Desculpem-me se ponho diante dos vossos olhos os números que justificam a minha afirmação. Mas pertenço a um país que tem sido no estrangeiro tantas vezes injustamente apreciado, que eu não posso perder esta ocasião de dizer o que temos constituído e o que somos como elemento criador de riqueza e de civilização.

Para a África Ocidental Francesa, Madagascar e África Equatorial, vasto império com mais de 20 milhões de habitantes e 6.735.000 quilómetros quadrados cita o *Annuaire Statistique* de la France 3.069 quilómetros de via férrea. O Congo Belga tinha em 1930 conseguido já 3.750 quilómetros, realizando assim uma tarefa imensa. A Itália nas suas grandes colónias tinha 849. A Nigéria para as necessidades de 19 milhões de habitantes tinha 1.831 milhas e a Rodésia do Norte 506.

Obra de titãs se pode chamar a que levou a estes resultados. Já hoje não podemos fazer uma ideia certa das dificuldades que foi preciso vencer para cruzar o sertão africano, em todas as direcções, com dezenas de milhares de caminhos de ferro dominando a resistência dos homens e das coisas. Há poucos anos ainda o interior da África era praticamente inacessível. Tudo dependia da lenta marcha das caravanas. O *rail* mudou as condições da vida. Entregou a África ao branco e às sociedades negras, tradicionalmente tumultuárias, levou desconhecidos elementos de riqueza e de bem estar. Deu-lhes sobretudo um que elas ignoravam: a paz.

Ao citar os números que aí ficam quiz apenas atribuir a Portugal a sua grande e justa parte nesta gloriosa transformação.

Lugar de igual relevo nos cabe na matéria da protecção ao indígena, de ensino, de assistência sanitária, agrícola e pecuária. Não documentarei agora com números estas afirmações porque falo há muito tempo já e não devo cansar mais. Limitar-me-hei por isso a salientar que toda a obra colonial portuguesa levada a cabo por vezes com exigência de fortes sacrifícios por parte da nação, não acumulou pesados encargos sobre os orçamentos ultramarinos. Pode dizer-se que, exceptuando Angola que deve cerca de 800.000 contos, o futuro das restantes colónias está livre. Podemos apresentar Moçambique como exemplo de uma administração que tem sabido desenvolver-se dentro das suas próprias possibilidades e das disponibilidades gerais do tesouro, sem utilizar a sua capacidade de crédito.

Pode dizer-se que a colonização portuguesa, de um modo geral, tem conseguido avançar regradamente, sem nunca forçar as finanças do Estado a gastos incomportáveis, contentando-se com pouco quando chegam os tempos das restrições e sempre realizando muito. Nesse admirável espírito de adaptação está um dos grandes segredos dos nossos triunfos ultramarinos. A seu lado convém colocar três outros factores: a iniciativa do colono, o seu profundo nacionalismo, o talento de tratar com as raças inferiores. Não tem o colono português encontrado quem dignamente proclame as suas virtudes. E contudo elas poderiam ser apresentadas ao mundo inteiro como exemplo de audácia fria, de desprezo pelo perigo, de indiferença pelo sofrimento, de sobriedade, de persistência no trabalho, de amor à terra. O colono português tem a sua propriedade, a sua loja, a sua pequena indústria quasi como um pósto de honra. Se a crise vem e inesperadamente lhe tira todo o lucro com que

durante anos sonhou, resignadamente põe-se a viver com pouco, espera, fica, e recomeça.

Um grande sentimento poético a sua vida: o amor a Portugal. O simples nome da Pátria arranca lágrimas de enternecimento aos seus olhos — que nenhum outro sentimento poderia fazer chorar. Falem de Portugal a qualquer colono lusiada perdido no sertão africano: vê-lo-hão transfigurarse em soldado. Temos assim algumas dezenas de milhares de fortalezas em África. O sentimento da unidade da Nação — a mesma na Europa, na África, na Ásia ou na Oceania — domina a sua vida. E Portugal pode pedir-lhe os últimos sacrifícios que sem hesitar os fará alegremente.

Falo com o saber feito de experiência e gratidão, porque muito tenho pedido, em nome da colectividade, e muito sem regatear nesta hora difícil nos têm dado.

E isto explica o facto de, quasi sem força militar, dominarmos em plena paz as grandes populações que trouxemos para a sombra da nossa bandeira — o colono português tem a intuição profunda dos bons métodos da política indígena. Sem violência sabe fazer-se obedecer. Sem rigor consegue a disciplina e o trabalho. Como Ministro atravessasse as Colónias Portuguesas da África de ponta a ponta; penetrei sósinho em multidões profundas; misturei-me algumas vezes com a turba negra, sem defesa. Sempre me vi acolhido pelo clamor alegre do gentio; sempre as suas manifestações de amizade me mostraram que a autoridade que eu representava era olhada com respeito, isento de todo o terror, considerada como a protecção de que se necessita e se deseja. Esta conquista do coração do preto é obra formidável de todos os portugueses das colónias — de todos sem excepções — e marca indelével da nossa colonização — que nós todos confundimos com o próprio futuro de



Um aspecto da sala do Senado na sessão inaugural

Portugal e consideramos tão necessária às almas como a independência.

E perguntareis agora, naturalmente, se nos contentam os resultados alcançados. Contentes estamos de-certo, como quem muito e honradamente tem trabalhado e vê dia a dia crescerem-lhe os bens. Mas não estamos satisfeitos. A fascinação do passado faz-nos julgar sempre medíocre o presente. A ambição nacional exige que façamos mais e melhor: e havemos de fazê-lo, porque sabemos, queremos e podemos.

Ao findar reparo que a paixão pelas coisas coloniais me levou a falar-vos mais como membros da ilustre agremiação que aqui se reúne — e a que tanto me honro de pertencer — do que como Ministro que tendo-vos dado as boas-vindas, em nome do seu Governo, se deveria talvez ter limitado protocolarmente a desejar o completo êxito dos vossos trabalhos.

Mas na verdade o facto de ver aqui reunidos tantos coloniais de grande categoria, ilustres por inúmeros serviços prestados à causa ultramarina e tão distintamente presididos pelo meu compatriota Sr. Conde de Penha Garcia, tornaria inútil a expressão desses desejos pela antecipada certeza de que as vossas discussões deixariam fecundo resultado — para o bem de todas as nações».

Dr. Carlos Hermenegildo de Sousa

Fixou residência em Mossamedes onde está advogando o dr. Carlos Hermenegildo de Sousa que é também formado em ciências económicas pela Universidade Técnica.

Esperamos publicar brevemente alguns artigos seus.

CONDIÇÕES FLORESTAIS DA COLÓNIA

POR JÚLIO GARDÉ ALFARO CARDOSO

Engenheiro Sívicultor e Agrónomo

(CONCLUSÃO DO NÚMERO 26)

II

Estado das florestas e sua explorabilidade

É fora de dúvida que em Moçambique há bastante arvoredo, mas esse facto não é um indicio seguro de riqueza florestal, visto que para existir é condição que seja explorável.

As matas africanas, com poucas excepções, caracterizam-se por uma grande heterogeneidade, facto que dá origem a enganosa, pois sucede por vezes um copado bem fechado ser constituído por grande número de árvores sem valor comercial.

É verdade que ainda não conheço toda a Colónia, que ignoro com precisão a capacidade produtora de muitos maciços arbóreos, mas o que já vi e os informes que tenho, permitem-me dizer que, se há alguns milhões de hectares de arvoredo sem condições económicas de explorabilidade, a não ser para as localidades próximas, quer para construções, quer como combustível, há ainda muitos milhares que podem ser lucrativamente explorados.

E a prova é dada pelo facto de sempre ter havido concessões para exploração de madeiras. Actualmente, em grande parte devido à crise económica, o seu número está reduzido a quatro, explorando uma área de 23,324 hect. na qual não incluo a superfície explorada nos territórios da Companhia de Moçambique.

Grande parte desta madeira é utilizada na Colónia, existindo 5 serrações e 6 marcenarias; outra parte é exportada directamente pelos concessionários ou pelas empresas.

Moçambique, como quasi todas as regiões africanas, devia ter sido em tempos remotos, uma enorme floresta que o homem a pouco e pouco foi destruindo, de modo que hoje, pode-se dizer que em grande parte não está desarborizada, mas sim desfalcada na sua capacidade produtora, na sua explorabilidade lucrativa, devido aos fogos, à maneira desordenada da exploração, à falta de técnica.

E esse empobrecimento é não só causado pelo indígena mas também pelo europeu. Aquele reconhecendo que o solo da floresta é incomparavelmente mais produtivo, é nela que procura fazer a sua *machamba*, para o que, corta o mato, derruba todo o pequeno arvoredo e lança-lhe o fogo, reduzindo tudo a cinzas.

Assim, não só destroi as grandes árvores, como aniquila por completo os meios de regeneração do arvoredo.

Depois, nesta terra rica da floresta e melhorada com a cinza, semeia o seu milho, mapira, amendoim, etc., com um rendimento por vezes razoável e que poderia ser bem grande se a semente fosse seleccionada.

Mas no ano seguinte, ou passados dois ou três, consoante a produção, abandona este local e nova derruba, nova queima, nova destruição do arvoredo.

Há porém umas árvores que são poupadas: os *cajueiros*, *ocanãos* e todas as que podem dar ao indígena as bebidas alcoólicas com que se embriaga.

Calcula-se assim facilmente a enorme quantidade de árvores que anualmente são destruídas e substituídas por capim.

Ainda não há muito contei, na região de Mangulane, 70 *chanfutas*, com mais de 40 cm. de diâmetro, completamente mortas pelo fogo, lançado para formação de uma *machamba* de milho que não terá mais de 4 hectares. Junte-se a este número as *chanfutas* mais pequenas que arderam por completo e poder-se-há bem avaliar a intensidade da desarborização.

Quem percorrer essa região, onde ainda há maciços de *chanfuta*, pode verificar que estes não são contínuos exactamente devido aos fogos.

Mas não é só o indígena que destroi o arvoredo; também o europeu assim procede não só na impensada maneira como explora as matas, como nos trabalhos agrícolas.

Certamente que a floresta não pode coexistir com a cultura agrícola, mas o agricultor abusa muitas vezes no desbravamento, destruindo por completo florestas, quando podia deixar pequenos maciços, ou então, se eles na verdade não o merecessem, fazer plantações de essências de rápido crescimento, circundando os campos ou em pequenos blocos que serviriam de cortinas de abrigo e amenizadoras do clima.

Pelo último inquérito agrícola verifica-se que existem cerca de 321 hect. de arvoredo em propriedades particulares, com espécies, na quasi totalidade, exóticas, predominando o eucalipto, o que indica que quasi ninguém planta essências indígenas.

Donde se conclue, que, se o Estado mal cuida da re-arborização, (1) muito menos o faz o particular, o que seja dito em abono da verdade, tem mais razão que aquele, pois sendo a cultura florestal muito lenta, não é, em geral, em vida do próprio que se pode fazer a exploração, enquanto que o estado tem obrigação de olhar ao futuro, ao bem geral e conseqüentemente evitar o desaparecimento da matéria prima das indústrias madeireiras, para o que caminhamos a passos agigantados.

Por outro lado a exploração das florestas é feita sem regras técnicas e esse facto é muitíssimo importante para o futuro dos povoamentos.

Como um concessionário não é o dono da propriedade e tem um prazo restrito para tirar lucro do arvoredo, não se preocupa, como é natural, com o futuro do povoamento; por isso corta unicamente as árvores boas produtoras de madeira e despreza as outras, de que resulta serem estas as que ficam constituindo a mata, impedindo a propagação daquelas.

Isto no caso dos povoamentos serem, como em geral succede, constituídos por espécies muito diversas e de valores muito diferentes, porque, nos maciços mais puros, ainda a exploração se torna mais prejudicial se o concessionário não for consciencioso, pois cortará todo o arvoredo à raza, o que terá por resultado a sua substituição pelo capim.

Mesmo no caso do concessionário ser escrupuloso, ainda na maior parte das vezes a floresta desaparece, porque embora só derrube as árvores grossas, ao terminar o prazo da concessão, a mata fica abandonada e em magníficas condições para o indígena fazer a sua *machamba*, visto que o terreno já não possui as grandes árvores difíceis de arder e ainda encontra no solo muita ramagem seca em ótimas condições para a propagação do fogo (2).

Outro facto que prejudica a exploração das matas é a dificuldade de transportes económicos.

As matas localizadas perto das linhas férreas, de estradas ou de vias fluviais, podem ser exploradas com facilidade, outro tanto não succede com as outras.

Mas não são só estes factores que encarecem as madeiras de Moçambique. A mão de obra é cara pelo seu fraco rendimento, visto que o indígena é, por natureza própria, ocioso.

Assim a derruba, toragem e transportes dentro da mata, ficam dispendiosos. Calcula-se que para as madeiras rijas, todos estes trabalhos, juntando ainda quota parte da licença de exploração — que não é elevada (3) — fiquem em média a 400\$00 por metro cúbico (4).

Podia-se porém diminuir bastante se para a toragem se empregassem serras próprias acionadas por um pequeno motor transportável, ou por um tractor.

Quanto à derruba também se podia utilizar a mesma serra ou os arrancadores mecânicos, que têm a vantagem de não deixar cair bruscamente a árvore.

Dentro das matas o transporte depende da configuração do terreno. Pode ser utilizada a linha Decauville que é económica. Em florestas grandes o tractor com caterpillar, para reboque dos toros para as vagonetas, é vantajoso.

Seria contudo mais económico o emprêgo de camiões (munições de guindastes) movidos com carvão de madeira, queimado em gasogénios, o que era um bom aproveitamento de desperdícios do corte.

Quanto ao transporte para a serração em caminho de ferro, está avaliado em 30\$00 para cada 100 quilómetros.

(1) A superfície arborizada pelo Estado é somente de 244 hect.

(2) Um concessionário no louvavel intuito de impedir a destruição do arvoredo pelo fogo, paga anualmente uma certa quantia aos régulos da região.

(3) A licença para a concessão florestal é de \$50 e \$100, ouro, por hectare e a licença para o corte em terrenos baldios é de \$50 a \$450, ouro, por metro cúbico.

(4) Estes números foram gentilmente fornecidos pela firma P. Santos Gil & Comp.^a Ltd.

Levada a madeira para a estância é falquejada ou serrada em pranchões, vigas ou tábuas.

Nas madeiras finas só se aproveita o cérne, de modo que, em média, cerca de 40% de madeira é desperdiçada. Isto é, foi transportado quasi metade do peso sem utilidade.

O que corresponde a um prejuizo avultado, compensado só numa pequena parte com a venda da lenha.

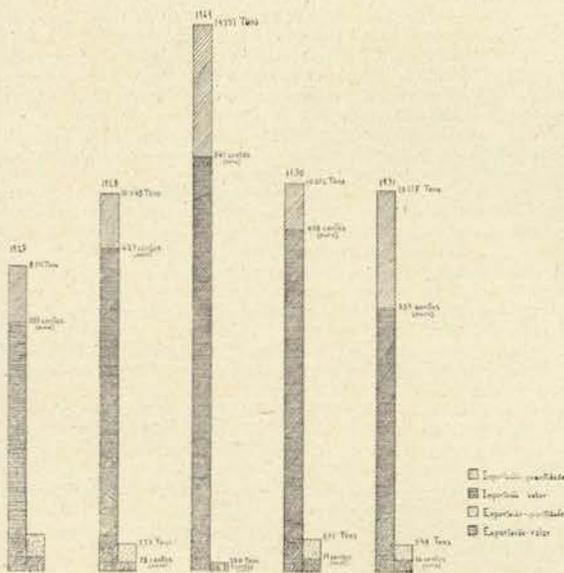
Por esse motivo a instalação da oficina de serração junto da mata é, sem dúvida, muito vantajosa. Mas para isso é necessário que a concessão seja a longo prazo para se poder tirar o lucro do capital empadado com a montagem da serração.

Evidentemente que não é recomendável a instalação duma grande oficina mas a duma simples serra de fitas e uma de discos, com os respectivos carretos, accionada por uma locomóvel ou um motor a gás pobre, mas transportável.

A serração nos locais do corte tem certamente os seus inconvenientes, entre os quais sobressai o da menor fiscalização do pessoal e o da dificuldade das reparações da maquinaria, mas de certo serão compensados pela economia no transporte.

A serração avalia-se numa média de 230\$000 por metro cúbico. Sendo assim, não contando com o que se desperdiça, com a

Colónia de Moçambique - Colónia de Moçambique



amortização e os juros do capital e excluindo o lucro respectivo, um metro cúbico de *chanfuta*, ou de outra madeira de valor e pesada, deve ficar na serração a 670\$00.

É bastante elevado o custo, o que repito, é devido à dispersidade das boas espécies, à heterogeneidade do arvoredo, à carência de regras técnicas, à dificuldade de transportes e à falta de estímulo do Estado.

É por estes motivos que as madeiras que se exploram na Colónia, quasi que só se reduzem às ricas.

Ainda se corta o *canho* (*Sclerocarya caffra*) e a *Massiniana* (*Barringtonia racemosa*) mas para embalagem, em especial, da banana.

Estas razões explicam a pequenez da indústria madeireira, a diminuta exportação e a necessidade de se importarem madeiras relativamente baratas para construção.

III

Possibilidades de comércio com a Metrópole

É importante o movimento comercial de madeiras na Metrópole.

A importação chega a atingir 300.000 toneladas, com um valor de 20.000 contos.

No ano transacto saíram de Portugal 20.421.256.000 escudos,

para pagar a madeira que entrou vinda do norte da Europa, da América do Norte, do Brasil, das Colónias, etc.

Das nossas possessões receberam-se madeiras no valor de 66 contos, enquanto que as importadas do Brasil atingiram 3.861 contos.

É a madeira de pinho o que se exporta em maior quantidade o que não admira visto que o pinheiro bravo é a base dos povoaamentos florestais de Portugal.

O carvalho, castanheiro, nogueira, choupo, platano e ainda outras são também exploradas, mas em muito menor quantidade.

Pôsto que o País possui algumas essências produtoras de madeira para marcenaria, tem ainda de importar grande quantidade que vai procurar no Brasil, à América do Norte, mesmo à França, (da proveniência das suas colónias).

Vimos já que as condições de explorabilidade das nossas massas arbóreas não aconselham, por enquanto, a exploração das madeiras baratas, deve-se portanto orientar a indústria de modo a fazer-se o comércio exportador de madeiras finas e o importador de madeiras grosseiras para carpintaria.

Temos quanto àquele os mercados vizinhos da União Sul Africana, Rodésia, etc. e há tentativas de exportação para os países da Europa.

É esta que precisamos aumentar e procurar também que a Metrópole receba as nossas madeiras.

A "*Chanfuta*", "*Ambila*", "*Ebano africano*", "*Pangire*" e "*Mogno africano*", estou crente, que poderão ser colocadas na Metrópole como madeiras finas de marcenaria.

É facto, como vimos, que são madeiras caras e como tal têm de ser vendidas. Mas as que a Metrópole recebe, para o género de trabalho fino, não deixam de ficar por bom preço em Lisboa. Assim a nogueira americana não se adquire a menos de mil escudos por metro cúbico e o ébano por muito mais. Em França esta madeira importada de Madagascar ou de qualquer das suas colónias tem um valor superior a dois mil escudos.

Há de facto as madeiras do Brasil o "*Freijó*", que se adquire a 350\$00 o metro cúbico e a "*Anderoba*", a 400\$00, as quais não podem ser combatidas, embora haja a protecção pautal. Mas estas não se prestam a todas as obras.

Evidentemente que para este *desideratum* é necessário haver protecção da parte do Estado e entendimento com as companhias de transporte.

Vimos que a exploração nas matas é muito dispendiosa, mas que há possibilidades de a reduzir, resta agora estudar o meio de diminuir os direitos de exportação que com as despesas de cais, que urge também reduzir por serem muito elevadas, atinge um total de cerca de 50\$00 por metro cúbico.

O frete, seguro, etc. Cif. Lisboa é também muito elevado. Cerca de 200\$00 por metro cúbico.

Se houverem reduções nestes valores de modo a conseguir-se que o metro cúbico de algumas daquelas madeiras fique Cif. Lisboa a 600\$00, 700\$00 ou mesmo 800\$00 escudos, estou certo que a sua colocação é garantida.

Evidentemente que a organização actual da indústria de exploração das florestas não está actualmente organizada para uma grande exportação, mas também o mercado metropolitano não é muito grande e as nossas possibilidades actuais são suficientes. Com o acréscimo do comércio aumentará a exploração.

Quanto à colocação do pinho e de outras madeiras de Portugal, tenho a impressão que haverá possibilidade de o colocar aqui, com a condição de haver igualmente um entendimento entre o Estado, negociantes e empresas de transporte, para redução de fretes e direitos.

CONDIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO LENHOSA

Já vimos quais são as possibilidades da Colónia quanto a madeiras e que se podem resumir:

a) — Moçambique possui madeiras para todo o género de trabalhos predominando porém as madeiras finas;

b) — O clima e o solo prestam-se na generalidade à cultura florestal;

c) — A falta de maciços puros e a extrema heterogeneidade da maior parte do arvoredo, a distância dos centros de consumo, a falta de organização técnica, etc., não têm facilitado a exploração e por isso o produto torna-se caro.

Julgo porém ser absolutamente necessário que Moçambique não só se baste a si como exporte madeiras.

Sendo assim a solução resume-se: por um lado, em formar arvoredo para futuras explorações, criando matas novas de produção e preparando tecnicamente muitos dos actuais povoamentos, também para futura produção, não tão remota, mas quando as condições económicas e de transporte assim aconselharem; por outro

lado, a fazer uma exploração racional das florestas, actualmente em boas condições, de modo que em coordenação com a indústria de serração, se obtenha um produto que possa bater as madeiras importadas e concorrer aos mercados externos.

Para este resultado são necessárias duas condições:

- 1.º—A união, para coordenação de esforços, dos industriais, comerciantes e todos os interessados na produção lenhosa;
- 2.º—A assistência do Estado.

1.ª—Organização do comércio e indústria de madeiras.

Se a acção do Estado é imprescindível para o fomento da produção florestal, não menos necessário é o esforço colectivo de todos os interessados.

E estes não são poucos (1): há os concessionários de madeiras, os industriais de serração, marcenaria, carpintaria, oficina de mobiliário, os que exploram cascas taninosas, gomas, etc., comerciantes que transaccionam com madeiras, com maquinaria de serração, as empresas de transportes, marítimos e terrestres, os caminhos de ferro do Estado, etc.

Todos têm interesse—uns mais directamente, outros menos—no aumento da indústria florestal e por isso é necessário, repito, haver comunidade de ideias e de interesses e uniformidade de acção.

Sem organização não se podem pôr em execução os meios de melhorar e baratear o produto, nem conquistar mercados. Mas se houver organização, estou crente que os resultados serão muito satisfatórios, pois para tal afirmação baseio-me no exemplo francês.

É a França talvez a nação que tem dedicado maior cuidado à propagação das suas madeiras coloniais e para isso tem um serviço bem organizado.

A Agência Geral das Colónias tem montado o Serviço Técnico das Madeiras que data de 1917 e que tem por fim estudar em concordância com os Negócios Económicos e outros serviços do Ministério das Colónias, todas as questões referentes à protecção, produção e enriquecimento das florestas das possessões; preparar e recrutar os técnicos, elaborar os regulamentos florestais; vulgarizar as madeiras coloniais para o que as estuda física, química e historicamente, para obtenção das suas características com o fim de classificação e aplicações industriais.

Com estes elementos constituem-se fichas que são distribuídas como propaganda.

Além deste organismo oficial há ainda o "Comité National des Bois Coloniaux", que tem por fim coordenar tudo quanto respeite à produção, consumo e estudo das madeiras coloniais.

Assim fazem parte deste Comité, os produtores, importadores, negociantes, empresas de transporte, delegados dos portos, bem como os técnicos, incluindo mesmo os professores de Ciências Naturais. Isto é, todos a quem interessa directa ou indirectamente a produção, o comércio, a utilização e o estudo das madeiras coloniais.

É por esse motivo que as principais madeiras das colónias francesas estão estudadas e que a sua exportação vai gradualmente aumentando. Só a França importa em média 120.000 toneladas de madeiras coloniais, que ficam Cif. a uma média de 600 francos a tonelada.

Há algumas madeiras como o "ébano de Madagascar", e o de Gabon, que chegam a atingir respectivamente 2 500 e 3.500 francos por tonelada.

2.ª—Assistência do Estado.

Quanto ao Estado, além da protecção paula e de tarifas—mas com o fim exclusivo do barateamento do produto—competem-lhe a construção de vias de comunicação que facilitem a saída da produção e a assistência técnica.

É hoje muito comum o emprêgo desta expressão que se está transformando num lugar comum.

A assistência técnica, quer em agricultura como em silvicultura, quer dizer o apoio, a ajuda dada pelos técnicos a todos os interessados nas indústrias agrícolas ou florestais, com os seus conselhos, os seus ensinamentos.

Estes porém têm de ser deduzidos da experimentação e esta só se pode efectuar em laboratórios e campos experimentais, isto é, num meio onde o técnico possa aplicar os seus conhecimentos científicos, ou seja a teoria, às particularidades dos assuntos apresentados.

Conclue-se pois que o técnico é um homem de ciência, que necessita de meios apropriados para as essenciais investigações e para as aplicações à prática, pois esta não pode nunca existir sem aquela, visto ser uma sua consequência.

Logo, para que os técnicos possam fazer assistência, é necessário que existam os laboratórios onde se estudem as condições agrológicas dos solos, onde se investiguem as qualidades dos produtos e os meios de os melhorar, onde se seleccionem as sementes, onde se estudem as doenças e os processos de combate; campos para onde se trasladem, antes da divulgação, os resultados dos estudos laboratoriais, onde se façam as experiências de melhoramentos de métodos culturais, de adubações, de obtenção de indivíduos seleccionados, etc., e que não se lhe prendam os meios de acção com peias burocráticas.

Hoje, que as especializações se vão acentuando cada vez mais, em que o enciclopédico é já uma figura de museu, os técnicos necessários ao fomento da Colónia têm de ser recrutados entre os que têm o seu nome feito, entre as competências e não entre aqueles que terminaram o seu curso sem terem pôsto em acção os conhecimentos adquiridos.

Estes que terão sobre aqueles as vantagens do vigor e do entusiasmo, serão os seus assistentes e seus continuadores.

É necessário por isso para assistência técnica que haja verdadeiros técnicos, munidos dos meios de acção essenciais e com o sossego de espírito necessário às suas investigações, aos seus estudos, às aplicações que serão depois transmitidas pelos práticos.

Mas para tudo isto são necessários meios, pois não se cuida que se obtém verdadeiros técnicos com má remuneração e se montam laboratórios sem dotações e organização.

Os Serviços de Agricultura foram organizados em 1908 pelo espírito verdadeiramente superior de Freire de Andrade, evidentemente nuns moldes ainda iniciais e que serviriam como que de base para o seu contínuo desenvolvimento, o qual se não deu porque após a saída daquele Governador pouco se produziu de benéfico na evolução dos mesmos serviços.

De tempos a tempos há umas tentativas de reorganização que nunca chegam a efectivar-se.

Quanto aos Serviços Florestais nem organização têm, resumindo-se a uma apagada Secção da Direcção de Agricultura, com uma irrisória dotação de 250 contos.

É preciso que exista a assistência técnica florestal e esta só se pode exercer organizando os Serviços Florestais e dando-lhe os meios necessários para se proceder: ao estudo das florestas, das condições em que se deve fazer a exploração, da aplicação dos produtos, do seu beneficiamento, das condições dos mercados, à reabrorização, ao estabelecimento de matas para obtenção do material apropriado às indústrias e, em resumo, para tudo o que envolve o progresso das indústrias florestais.

Rearborização

Como dotação, tinham os Serviços Florestais 500 contos que actualmente foram reduzidos a 250, não possuindo aparelhagem para estudo, nem meios fáceis de acção.

Têm contudo alguma coisa. Foram fixados 125 hectares de dunas na foz do rio Limpopo e arborizaram-se 120 hect. em Marracuene, Namahacha e Malola. São por assim dizer uns incícios, cujo valor económico e acção sobre o meio climático são, pela sua pequenez, nulos, mas dão-nos já indicações de adaptabilidade de algumas essências exóticas, especialmente das que possam servir para construções, para substituir as que são importadas, porque de essências produtoras de madeiras finas, há, como vimos, numerosas entre as indígenas.

Isto não quer dizer que não existam espécies que possam substituir os pinhos, mas a sua exploração ainda não pode ser feita economicamente. Essas madeiras ficariam quasi tão caras como as finas, não podendo competir com as importadas para obra.

Das essências experimentadas, os pinheiros não encontram muito boas condições para desenvolvimento, ao contrário dos *Cupressus*, principalmente do conhecido vulgarmente como cedro do Bussaco.

Algumas espécies de eucaliptos desenvolvem-se magnificamente, o que nos dá a esperança de podermos obter material para travessas de caminho de ferro, postes e mesmo para construção.

Há ainda algumas espécies como *Grevilleas*, *Populus*, *Jacarandás*, *Acacias*, *Casuarinas*, *Juniperus*, etc., que estão prometedoras. Evidentemente que isto é muito pouco para as necessidades dum território como o de Moçambique, mas com meios tão escassos e sem organização, nada mais se pode fazer.

Claramente que uma orgânica de Serviços Florestais, no actual

(1) António Rosa Cabral, Cordeiro Cauper's & C.^h L.^{da}, P. Santos Gil & C. L.^{da}, Catarino & Pinheiro & Manuel Ferreira dos Santos, Allen Wack & Shepherd L.^{da}, João dos Santos Valentim, Ramiro Madeira, Mock Foo, G. B. Bucelato, Santos e Madeira, L.^{da}, Delagoa Bay Agency Co, Hunt Leuchars & Hepburn, L.^{da}, Hillman Bros. L.^{da}, Hillar's West Australian Hardwood Co, L.^{da}, Agents L. M. Forwarding Co L.^{da}, Raúl de Carvalho, etc.

estado financeiro da Colónia, não pode igualar-se à da vizinha União Sul Africana, mas isso não impede que não se impulsionem os Serviços, dando-lhes os meios de acção, dentro das actuais possibilidades.

A missão dos Serviços Florestais exerce-se para o presente e muito principalmente para o futuro e tanto que as matas são, uma imagem feliz, verdadeiras caixas económicas.

Conseqüentemente a sua acção exercer-se-há por meio de:

- Matas de protecção
- Matas de produção
- Viveiros de propagação
- Laboratório de estudo dos produtos lenhosos
- Estudo de apertecimento dos meios de produção
- Estudo do aproveitamento dos sub-produtos
- Estudo dos mercados
- Divulgação dos trabalhos e propagação local e nos mercados externos
- Fiscalização.

Tem que se instituir como base que a exploração florestal só pode ser feita sob a direcção técnica dos Serviços Florestais, porque é necessário impedir que se destruam ou depreciem as boas florestas.

Não é só estabelecerem-se regras para o concessionário mais ou menos cumprir, visto que embora este rearbore — não sei bem como — desde que a floresta não fique sob a directa guarda dos Serviços Florestais, toda essa nova vegetação será destruída pelo fogo ou abafada pelo capim ou por espécies de rápido crescimento como as *acacias espinhosas* de nulo valor.

É essencial que sejam os Serviços Florestais que tomem conta dos maciços ainda não concedidos, que os estudem, que os preparem, que façam os cálculos da sua explorabilidade e que então marquem o arvoredo que deve ser cortado anualmente pelos concessionários. Simultaneamente serão derrubadas todas as árvores sem utilidade e que estão impedindo o desenvolvimento das boas espécies.

É preciso considerar que a floresta natural é muitas vezes uma verdadeira amálgama, onde se encontram árvores enormes, seculares, caducas, por vezes mesmo já mortas; outras que procuram esgueirar-se pelos espaços livres numa ância de luz; outras raquíticas em luta constante com as demais árvores; os fetos e toda a série de plantas próprias de meia sombra, tudo enleado pelas fortes trepadeiras que junto com pernas partidas e troncos derrubados, tornam impenetrável a floresta para o ser humano e onde buscam sua guarida os insectos produtores de mortíferas moléstias.

Explorar matas destas não será muito lucrativo, mas o Estado, pelos seus Serviços Florestais, tem o dever de as preparar para no futuro obter então o devido lucro.

Deixar perder as boas madeiras só porque os maciços não estão actualmente em boas condições de exploração, é um erro colossal.

É necessário que se mantenha a produção da matéria prima das indústrias porque o seu decréscimo arrasta estas ao deffinamento, à diminuição do comércio; as indústrias de transportes ficam prejudicadas, etc., e o Estado ressentir-se-há com a perda das respectivas contribuições, direitos, etc.

O estudo das madeiras não está feito. Não se conhecem as suas propriedades de resistência à flexão, torção, compressão, etc., nem os seus caracteres anatómicos pelos quais se pode fazer a identificação e a classificação industrial.

Também se desconhecem as suas propriedades químicas, e, se podem ser utilizadas na preparação de pasta de papel, destilação, etc.

O estudo da maquinaria, com o fim dum maior rendimento de modo a obter-se o barateamento dos produtos, deve ocupar também a atenção dos florestais, bem como dos meios de transporte e da sua colocação.

Para tudo isto deve haver uma íntima ligação com as empresas interessadas na produção e comércio dos produtos florestais e em que não devem ser excluídas as da Metrópole, já para a aquisição dos produtos daqui, já para a colocação das madeiras metropolitanas como pinho, carvalho, castanho, nogueira, etc.

Torna-se pois imprescindível a organização dos Serviços Florestais, entidade que em todo o mundo é mesmo acariunhada.

Na Metrópole vemos a consideração em que é tida a Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, com um corpo de mais de 20 engenheiros silvicultores, outros tantos regentes florestais e algumas dezenas de guardas e isto para um país de 89.000 km².

O mesmo sucede em todos os países e nos vizinhos domínios ingleses: Rodésia, Niassaland, Kenya, Uganda, União Sul Africana, etc., que possuem os seus departamentos florestais bem providos de pessoal técnico e de guarda.

A Secção dos Serviços Florestais de Moçambique, tem 1 engenheiro silvicultor, 1 regente e 3 guardas florestais, para uma área de 770.000 km².

Valor do arvoredo

Neste momento em que os industriais metropolitanos veem até nós, para verem as nossas riquezas, para avaliarem as nossas possibilidades em matérias primas para as suas indústrias, era a ocasião mais apropriada para se tomar uma decisão e demonstrar que o aniquilamento dessa riqueza — o arvoredo — vai terminar e que a Colónia vai regularizar a exploração das suas matas de modo a não prejudicar o futuro e manter sempre as reservas florestais. Mal se calcula quando se destroi o arvoredo, a soma de prejuízos que tal acto acarreta.

É a árvore que forma o solo agrícola; são as potentes raízes que quebram a sua compactidade, que o perfuram, que o arejam, que o tornam mais permeável; são as folhas que caíndo se acamam, se putrefactam constituindo o humus nutriente; são as ramos que quebram a impetuosidade da chuva, obrigando a água a embeber-se no solo lentamente, aumentando os mananciais que muitas vezes se tornam perenes, dificultando a enxurrada, que lava o solo e lhe rouba os requisitos produtores e evitando a torrente impetuosa que desagrega encostas, vales e margens e tudo arrasta para assoriar as fozes dos rios e dificultar a navegação.

São os maciços florestais que facilitam a condensação de humidade atmosférica provocando uma maior queda de chuva — não evidentemente as de carácter ciclónico ou periódicas — aumentando a humidade atmosférica, facilitando a germinação das sementes e a alimentação das plantas; quebram a impetuosidade do vento, amenizam o clima, tornam agradável a paisagem, por vezes balsaminam o ar e com a sua frondosidade encantam mesmo o espírito.

É a juntar a estes bens, ainda com o seu corpo se constroem e guarnecem as habitações, se aquecem os lares, se forma o berço onde nasce o homem, o leite onde repousa, o arado, a banca do trabalho, o cabo da enxada, a cruz, símbolo da fé, da fraternidade, do espírito humanitário e da sublimidade do sacrifício; o livro que instrue e recreia o espírito, o cajado com que apoia na velhice, o catre onde acaba os seus dias e o sarcófago que encerra as suas cinzas.

Com o lenho se construíram as naus que devassaram estas ignotas paragens e nelas tremularam as quinas gloriosas.

É todo este bem e toda esta riqueza que partiu desse minúsculo grânulo do pólen e se criou durante centenas de anos, é tanta vez destruída nuns escassos momentos pelo capricho do homem, quantas vezes para um simples devaneio cinegético ou uma distração própria de Nero.

Conclusões

- 1.º—Na flora florestal de Moçambique contam-se muitas espécies produtoras de boas madeiras.
- 2.º—Devido ao estado heterogéneo das florestas, ao seu afastamento das actuais vias de comunicação, à carência de técnica na exploração florestal, o custo dos produtos lenhosos não pode deixar de ser relativamente elevado.
- 3.º—Enquanto não se modificar este estado de cousas, só pode ser lucrativa a exploração de madeiras próprias para obras finas.
- 4.º—A colocação no mercado da Metrópole de madeiras próprias para marcenaria, como "Chanfuta", "Mogno africano", "Ambila", "Pangire" e "Ebanu", pode efectuar-se se houver redução de direitos de taxas de cais, de fretes, etc.
- 5.º—Pode-se e deve-se intensificar a exportação para os Estados vizinhos.
- 6.º—A colocação de madeiras metropolitanas no mercado africano, deve poder-se realizar se houver a mesma protecção.
- 7.º—É urgente proceder-se à rearboreização dos terrenos próximos dos centros industriais e das vias férreas.
- 8.º—É necessário proceder ao reconhecimento e ordenamento das actuais matas.
- 9.º—É essencial organizarem-se os Serviços Florestais.

Exposição de fotografias

Inaugura-se no próximo dia 20, devendo conservar-se aberta até ao fim do mês, uma exposição de fotografias de propaganda da Província de Angola, do sr. dr. António Lebre.

É a primeira vez que se realiza uma exposição desta natureza. Sobre o êxito que vai obter não temos a menor dúvida, pois o sr. dr. António Lebre além dum primoroso fotógrafo é um grande coleccionador de fotografias de assuntos de Angola, onde durante muitos anos serviu como médico veterinário.

A exposição realiza-se na Sociedade Nacional de Belas Artes, à Rua Barata Salgueiro.

DA IMPRENSA

IMPRENSA ESTRAN- GEIRA

T R A N S

tratar do novo arranjo do mapa-mundi, tentado pela Inglaterra, França, Itália e Alemanha, falou-se à cautela em que algumas colónias portuguesas mudassem de possuidor.

O sinistro reptil rolou pelas colunas da Imprensa parisiense. E não se tome isso como leveza de ânimo de jornalistas, porque em questões internacionais os diários franceses não são imprevidentes.

Aos primeiros protestos desapareceu o boato. A Alemanha e Itália, disseram os jornais franceses, pedem com razão territórios para dar vazante às suas populações excessivas, para empregar seus capitais e sua técnica e satisfazer seu amor próprio. Portugal é o terceiro império colonial; as suas possessões são desproporcionadas relativamente à Metrópole. Podia chegar-se a um acôrdo com Portugal para uma transferência de domínio para satisfazer a Itália e a Alemanha.

Eis o que dizem os jornais franceses.

Que indizível tristeza produzirá a todo o homem que não tenha coração de malvado a leitura desse convite ao despojo dum país elevado por seu esforço à glória de primeira potência espiritual. Revelam os que concebem esse propósito um conceito mais que materialista, abjecto, do valor dos povos, no medi-los somente por quilómetros, sem ter em conta a sua contribuição para o aperfeiçoamento da Humanidade, a sua conduta, o seu grau de progresso cultural, o seu esforço histórico, a sua influência intelectual e moral sobre outros povos e ainda mais aquilo que, devido à sua índole e ao seu carácter, se pode esperar no futuro.

Portugal será, geograficamente, uma nação pequena. Mas isso mesmo é um argumento em seu favor, porque assombra mais que um corpo tão pequeno tenha cometido façanhas fabulosas. É destino da nossa raça ser de compleição média, mas gigante nos feitos. A história de Portugal é um relato épico que não precisava de Camões, nem das suas estrofas em bronze, para immortalizar-se, como necessitou Espanha da sua Ercilla: basta o simples enunciado dos factos para que se comprove que não há, nem entre os heróis da Iliada, seres que tenham feito façanhas semelhantes à dos espanhóis na América. São palavras do norte-americano Lummis, aplicáveis também à gente portuguesa dos séculos XV a XVIII, que sulca os mares nunca dantes navegados e executam em perigos de guerras e esforços mais do que permitia a força humana. As naus de Espanha e Portugal descobrem, conquistam e colonizam a metade do planeta, resplandecendo ainda como os símbolos mais puros da Humanidade cristã, que vence pela fé os perigos de todos os Mares Tenebrosos. Milhões de homens saem da Península para povoar e civilizar o longínquo. Só desde 1820 a 1900 emigram

de Portugal 1.500.000 indivíduos que criam o enorme Brasil moderno e fazem adiantar até um grau invejável as suas colónias: Angola, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné, Ajudá, Índia Portuguesa, Macau e Timor; e ilhas adjacentes: Açores e Madeira. A Portugal cabe a honra de mil descobrimentos geográficos, a revelação de parte de Marrocos, a defesa da Europa contra o islamismo, o reconhecimento dos caminhos do Oriente e da zona tórrida, a incorporação de inúmeros territórios, sobretudo em África, a vida geral.

E é um povo assim que se trata com tão infame frivolidade e se quer brutalizar em nome do mais baixo egoísmo!

Não é indiferente para Espanha o que a Portugal aconteça quanto às suas colónias. A nossa solidariedade com esse pedaço de solo que continua o nosso deve ser íntima. Importa-nos que Portugal seja próspero, rico e feliz. E não nos importa com razões mercantis, mas por mais altos objectivos: pois quanto mais se eleve Portugal, mais deve orgulhar a seus irmãos; Portugal é o único país, em verdade, ligado a nós pela carne e pelo sangue, por alguma coisa superior ao remoto romanismo que nos enlaça à Itália e ao falso latinismo com que a França quer exercer, em vão a sua hegemonia. Portugal, sim, que nos é familiar, fraterno, que deve a sua origem à mesma mãe, que é substancial com Espanha. O Deus da Natureza e da História deu-nos em comunidade, e para Portugal não podemos escrever a palavra estrangeiro. O seu corpo está fundido no nosso. O seu destino está ligado ao nosso. A linha política da fronteira não

significa um fosso a separar raças, nem línguas, nem temperamentos diferentes. Por tudo isto, Portugal merece o nosso carinho predilecto. E para mais Portugal é tão belo!

Num possível pleito contra seu legítimo império colonial, a Espanha terá presente, se tiver de defender o seu *outra eu*, que lutaria por uma causa justa, por uma causa na qual abandonaram a Espanha, quando leve, que manter combate com as potências europeias e americanas. É a causa da civilização hispânica contra a civilização saxónica.

Que foi a nossa guerra contra os Estados Unidos senão a expulsão dessa civilização hispânica do continente americano e da Ásia?

Então, deveriam ter estado conosco a romana Itália e a latina França. Ao abandonarmos o centro da América e das Filipinas, era a Europa que saía e que tolerava a entrega ao saxónio daquilo que a Espanha edificara em nome da cultura do Mediterrâneo.

A Europa, ao abandonar a Espanha, traiu a própria Europa! Portugal representa hoje o que a Espanha representava em 1898: o hispânico, quer dizer, os valores espirituais, contra o saxónio, o materialismo. Por isso e por amor, estamos e estaremos ao lado de Portugal no perigo.

Os assuntos a tratar no Congresso, são os seguintes, divididos em 8 secções:

1.º Agricultura (produtos naturais e produtos ricos); 2.º Agricultura (cereais e culturas pobres); 3.º Pecuária; 4.º Indústria; 5.º Mão de obra; 6.º Crédito e Assistência do Estado; 7.º Transportes e tarifas; e 8.º Mercados.

Findo o Congresso, a comissão organizadora entregará ao Governo um relatório onde constem as conclusões aprovadas e as aspirações dos colonos.

COLO N I A L

CREVE-SE

IMPRENSA PORTU- GUESA

OUTRO dia, a propósito dos boatos suscitados em França pela entrevista anglo-italiana de Roma, dissemos aqui mesmo que Portugal precisava — para se impor entre as nações como potência colonial que é e merece ser — não só de ter força moral, mas ainda de mostrar que a tem.

Dissemos isto, porque os supraditos rumores eram menos significativos em si próprios, do que na sua relatividade tendenciosa e cheia de entrelinhas injustas.

Por detrás deles poderia haver pouca — ou até nenhuma realidade objectiva. Mas uma realidade subjectiva saltava ao olhos de qualquer português sensível e medianamente perspicaz: os boateiros procuraram em roda quem pagasse as favas da desejada harmonia dos grandes do Mundo, e não viram senão Portugal.

Ora nós não podemos nem devemos aceitar esta hierarquia de figurarmos como cordeiro único, prontinho para ser sacrificado no altar da Paz — de uma paz por sinal bem hipócrita, bem egoísta, e por isso muito pouco pacífica.

Existem e situam-se em postos de comando três potências coloniais europeias que são ou se proclamam grandes, armadas e fortes: a Gran-Bretanha, a França e a Itália. Essas não têm que dar nada para que reine a concórdia entre as nações... de boa vontade.

Pelo contrário: ou ficam digerindo tranqüilamente o muito de que já dispõem — ou declaram alto e mau som que elas próprias precisam de mais, e que têm amigas muito simpáticas, como a Alemanha, a cuja lazeira colonial é urgente acudir.

Existem outras três potências coloniais que não se gabam de grandes, armadas ou fortes: Portugal, Holanda e Bélgica. Todas três, além de serem pequenas, desarmadas e fracas, possuem domínios coloniais extensos e em desproporção (desproporção meramente aritmética ou geodésica, e que nada significa) com as suas populações e dimensões metropolitanas.

Ora bem: oiçamos o que lhes disseram os boateiros. Ou antes: oiçamos sobretudo o que eles calaram, porque o seu silêncio é mais eloquente do que a sua eloquência.

O que eles disseram foi que em Roma se falou de uma partilha das colónias portuguesas entre a Alemanha e a Itália, grandes potências de grande população — uma em jejum colonial absoluto e forçado, outra sem apegos ultramarinos à medida do seu imperial e clamoroso apetite.

De colónias holandesas ou belgas não curaram os boateiros. E por isso perguntamos aqui: *¿Porque é que o boato quando nasce, não é para todos?*

Calando, os boateiros disseram o que o nosso patriotismo ouviu muito bem tonitroar no silêncio. Disseram que as colónias holandesas e belgas são intangíveis, porque Holanda e Bélgica, se bem que pequenas e inermes, são ricas, ajudadas e activas, ou por outra: moralmente fortes. E disseram mais (embora só com os seus boões) que Portugal, além de fraco e pequeno, é pobre, preguiçoso, e não se governa com juízo. Por isso os seus domínios de além-mar são carne para feras, pronta para distribuir-se em holocausto à paz entre as nações de boa vontade — e de sofreguidão ainda melhor.

Mas acontece o seguinte: o boato é quase sempre reflexo da opinião média; e opinião média equivale em regra a opinião atrasada, porque a verdade se parece também nisto com o sol, que já doira os pincairos quando não amanheceu ainda nas planícies.

Nos pincairos sabem-se e vêem-se hoje coisas muito curiosas, que a planície continua a ignorar. Daí resulta que a nossa situação internacional e colonial é agora muito mais sólida do que foi noutros tempos. E o boato não levou isto em conta.

Não levou em conta que no meio da crise tremenda que devasta o Mundo inteiro a economia portuguesa se firma em equilíbrio invejável e invejado. Não levou em conta que podemos hoje pedir

meças a muitos ajuizados de ontem, a respeito de tino político e administrativo, de paz cívica e de ordem interna. Não levou em conta que, depois do ano cíclico de 1890, contamos já quasi meio século de actividade colonial intensa, com resultados enormes, visíveis e palpáveis. Não levou em conta que fizemos uso mais útil da nossa pobreza, do que outros na sua abundância.

A santa pobreza pôs-nos a coberto do delírio de grandezas, que a tantos abalou ou perdeu. Fizemos com ela colonização modesta, mas por isso mesmo sólida sincera e segura.

E ainda é preciso pensar no seguinte, que esqueceu ao boato: A riqueza não é só a dinheirama que se guarda nos cofres, nem a papelada a fingir de ouro que se espalha e remexe nas Bolsas.

Riqueza, colonialmente falando, é também o sangue que resiste e se adapta à dureza de climas estranhos; é o trabalho miúdo mas real e pertinaz, que heróicamente insiste e persiste, onde abdicam a soberba, as fantasias grandiosas e a ilusão dos programas gigantes; é, enfim e sobretudo, a experiência de séculos, a intimidade psicológica e já racial com o sereno e com indígena, coisa que ninguém tinha de ensinar-nos porque nós a ensinamos todos, incluindo os que ainda não a aprenderam, nem porventura a aprenderão nunca...

E tudo isto faz com que o Português seja, não só útil em África, mas necessário... e talvez inevitável. Por exemplo:

Não só em Moçambique, na Guiné e em Angola, senão também em colónias africanas alheias, o Português tenaz e heróico, resistente e humilde, penetra e labuta. Labuta e fica, enquanto outros europeus recolhem às suas pátrias respectivas, acossados pela crise e incapazes de conservar-se onde e quando lhes falte o estojo fofo ou o algodão em rama da prosperidade. Em alguns domínios de outras nações são os portugueses quem fica, no meio da desertção quasi total, e assim mantêm ali, sem obrigação para isso, o último contacto do europeu com o indígena.

Tudo isto mostra que soou a hora de educarmos os futuros boatos, e ensinar-lhes que não devem continuar a mil léguas das realidades coloniais do nosso tempo.

Para tão necessária tarefa muito deve ter contribuído a sessão solene de abertura da 22.ª reunião do Instituto Colonial Internacional ante-ontem realizada em Lisboa.

Foi grande prazer para todos os que assistiram a essa solenidade ver o modo como o sr. conde de Penha Garcia, actual presidente do Instituto, soube colocar sem esforço o nosso País no seu alto lugar de precursor ou decano da colonização moderna, perante o concerto das delegações de todas as potências coloniais; e o discurso do sr. ministro das Colónias fez mais do que dizer no momento oportuno as palavras oportunas: discreta mas firmemente foi ao encontro do nosso inimigo difuso, e tomou a ofensiva necessária contra a ignorância e a injustiça de certa opinião pública europeia ou mundial que nos julga e condena sem sequer nos conhecer.

Neste sentido podemos dizer que esse discurso é uma das obras-primas da nossa moderna literatura política, e considerá-lo de bom agouro como promessa de outros trabalhos indispensáveis de informação ou propaganda do muito que temos feito e estamos fazendo além-mar.

AGOSTINHO DE CAMPOS

Perigo para Portugal

Um artigo do «A B C» exaltando a amizade luso-espanhola

Transcrito do jornal madrileno «A B C»

Congresso agrícola pecuário e industrial em Malange

Promovido por uma comissão composta pelo Presidente do Sindicato Agrícola do Planalto de Malange, Presidente da Associação Comercial de Malange, Chefe da 3.ª Delegação de Sanidade Pecuária e Chefe da 6.ª Delegação Regional dos Serviços Agrícolas deve realizar-se este mês em Malange o 1.º Congresso agrícola pecuário e industrial da região de Malange (Angola).

PORTUGAL COLONIAL

PORTUGAL COLONIAL

INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

Crónica do mês

A crise dos governos

A crise de governadores coloniais é apenas um aspecto da crise de «élites». Parece-me injusto responsabilizar neste momento seja quem for pela mediocridade que a governação das colónias tem conhecido nos últimos anos. Não temos governadores coloniais com a categoria técnica e mental que seria para desejar e que o momento colonial tanto reclama, por esta razão infinitamente simples e que é, ao mesmo tempo, uma explicação e uma lição: Não os fizemos!

E não fizemos governadores como não temos feito altos funcionários. Perdeu-se uma escola, um ritmo, o sentido hierárquico dos valores e o culto das competências.

Nestas condições escolher um governador é sempre iniciar uma experiência, que pode ou não resultar, mas que é provável que não resulte, uma vez que os factores seguros de previsão falham quasi inteiramente. Substituir um governador mediocre, só porque é mediocre, não é solução enquanto não houver elementos para esperar confiadamente que o

substituto seja melhor. Repetir tentativas até acertar pode ser mais perigoso do que a insuficiência do mediocre.

Nos últimos anos têm ardido como azeite em candeias mortijas umas dezenas de governadores coloniais. Ardem, ardem, sem brilho, e por fim apagam-se quasi insensivelmente. A luz que depois se alumia não é melhor nem pior que a anterior.

Não terá solução o problema assim pôsto pelas próprias realidades e teremos que cruzar os braços impotentemente contra a razão profunda que tem imposto a mediocridade aos governos coloniais?

Evidentemente, o problema tem solução—e até soluções de momento.

Mas o que mais importa no seu exame e na meditação que ele impõe é concluir que se torna indispensável fazer o que se não tem feito: Renovar uma escola, restabelecer uma hierarquia de valores, preparar para amanhã os homens que hoje nos faltam.

H. G.

Notas do mês

Produtos coloniais no mercado de Antuérpia

A situação do mercado de Antuérpia, em 8 de Abril, era a seguinte:

Café: Os negócios continuam extremamente difíceis. Ambriz cota-se a sh. 45/- sem haver vendedores a este preço.

Coconote: Em virtude das restrições do mercado alemão, os preços continuam na sua marcha descendente e hoje a cotação era de frs. 980,-.

Óleo de palma: A tendência continua sendo para a baixa. Ordinário cota-se a frs. 125,-, médio a frs. 135 e plantação a frs. 145.

Cera: O mercado mantém-se havendo ofertas da origem a £ 77.0.0.

Milho: Os preços do Plata amarelo em viagem para a Europa mantêm-se a frs. 55 a granel. Nova colheita embarque em Maio, a frs. 49,-.

Conservas: Em virtude da baixa de preços que se acentua em todos os ramos de alimentação, o interesse pela conserva continua sendo muito pequeno. 1/4 club 30 mm ilustrados cotam-se a sh. 17.£6.

Frutos secos: Têm-se feito alguns negócios, cotando-se a amêndoa com casca, a florins 43 e o miolo a florins 85 na base custo-frete Anvers.

Diversas

Vai ser submetido à apreciação do sr. Ministro das Colónias um diploma concedendo uma pensão aos colonos com mais de 40 anos de permanência na colónia de Moçambique e que durante esse tempo tenham concorrido para o engrandecimento da mesma colónia.

Cabo Verde

O encarregado do governo de Cabo Verde, pediu autorização para abrir um crédito extraordinário, a fim de acudir à crise de trabalho que existe na Ilha de Santiago, destinado à construção e reparação de estradas, canalização de esgotos, etc.

Deve ser brevemente assinado o contrato para o fornecimento dos postos rádio-telegráficos necessários para se efectuar a adaptação das estações rádio-telegráficas de Cabo Verde, em harmonia com o regulamento anexo à Convenção Rádio-Telegráfica Internacional de Washington.

O governo de Cabo Verde pediu autorização para abrir um crédito especial para a continuação dos trabalhos daquele arquipélago, a fim de atenuar a crise que ali se está atravessando.

De Cabo Verde pedem a construção de várias estradas e outros melhoramentos nas diferentes ilhas daquele arquipélago bem como a criação do Crédito Agrícola.

Guiné

O governo da Guiné, em complemento das medidas há tempo tomadas com respeito à criação do fundo "civilização, instrução e

assistência, aos indígenas, publicou um diploma determinando que este tome o título e a aplicação "de instrução e beneficência", sob a forma de "escolas-internatos rurais, a construir nas sedes das circunscrições administrativas ou noutros locais onde haja "grangas", do Estado.

• Foi mandado ouvir a estação competente, sobre a proposta do governo da Guiné para que revertam inicialmente para a Caixa Económica Postal os depósitos judiciais.

• O governo da Guiné propõe para preencher os lugares vagos nos quadros administrativos e noutros quadros, funcionários de categoria imediatamente inferior, com carácter de interinidade.

Angola

Foram divulgados alguns detalhes da execução do orçamento de Angola de 1932-1933. As receitas cobradas foram:

Ordinárias	125.025 contos
Extraordinárias	11.575 "
Total	136.433 "

e as despesas liquidadas:

Ordinárias	124.101 contos
Extraordinárias	11.575 "
Total	135.676 "

tendo ficado por liquidar, como despesa ordinária 462 contos. O saldo positivo é de 295 contos.

• Prometem ser animadas e compensadoras as colheitas deste ano. As exportações estão sendo feitas com entusiasmo. Os vapores tiveram de fazer rateio nos portos, para receber carga.

• O movimento do porto de Luanda, nos últimos cinco anos, foi o seguinte:

Em quantidades:

	Imp.	Exp.	Total
1928.....	37.296	11.253	54.548
1929.....	46.770	21.101	67.871
1930.....	49.845	17.368	67.113
1931.....	43.265	23.927	67.192
1932.....	37.397	24.270	61.677

E em valores:

	Imp.	Exp.	Total
1928.....	96.154	50.177	146.331
1929.....	125.933	48.598	174.531
1930.....	91.351	32.768	124.119
1931.....	62.663	35.091	97.754
1932.....	70.545	46.184	116.729

Pelo porto de Luanda entrou cerca de metade da tonelagem importada de Angola e cerca dum quinto do total da exportação.

• Vão ser adquiridos onze novos guindastes para os cais do porto do Lobito, em previsão de um grande aumento de tráfico marítimo.

• O caminho de ferro de Luanda transportou do planalto de Malange, em doze dias, 3.500 toneladas de milho, sendo superior a 10.000 o tráfego deste cereal. O "Niassa", carregou, só em Luanda, 3.370 toneladas de milho e 170 toneladas de generos ricos, o que é um "récord", de carregamento num só porto africano da costa ocidental.

• Para regular a exportação e providenciar quanto ao pouco escrúpulo de alguns exportadores, o Governo Geral publicou uma portaria onde se determina:

1.º Proibição de exportação de milho que se reconheça estar húmido, bolorento, ardido, atacado de gorgulho ou avariado por qualquer causa.

2.º Cometendo às alfândegas a verificação do milho que for exportado da Colónia, no sentido de fazer cumprir as determinações oficiais sobre exportação.

• Terminou a revisão do orçamento da colónia de Angola, tendo sido aumentadas as verbas destinadas a obras de fomento, especialmente às que dizem respeito à pecuária e agricultura, bem como a outras para a conclusão de vários edifícios já iniciados e não concluídos por falta de verba, e ainda para novas construções, cuja verba foi sensivelmente aumentada.

• O sr. Ministro das Colónias recebeu ontem um telegrama de Angola em nome da população de Humpata dizendo que lhe constando que vai ser extinto aquele concelho que foi criado em 1882, primeiro núcleo de colonização, possuindo hoje uma população de mil brancos e dezasseis mil indígenas e tendo na sua área não só os estabelecimentos do Estado como várias indústrias, criação de gado e desenvolvido o seu comércio e agricultura e sendo hoje o concelho mais antigo do Planalto do Sul de Angola pedem para que S. Ex.^ª não permita essa extinção.

O concelho de Humpata será conservado e o boato de extinção não tem qualquer fundamento.

• O Governador Geral de Angola telegrafou para o Ministério das Colónias, que nuvens de gañanotos continuam prejudicando bastante as culturas em várias regiões da colónia.

O sr. Ministro das Colónias vai ordenar enérgicas providências, no sentido de se conseguir o extermínio desse flagelo da agricultura, organizando-se para esse fim brigadas de combate dirigidas por técnicos.

• Foi aprovada a proposta para que o posto zootécnico de Cuanhama seja transferido da Vila Pereira d'Eça para a margem do Cunene, a 40 quilómetros do Forte Roçadas, para assim servir, não só a região do Cuanhama, como a do Umbe, ficando na referida vila um posto de reprodução de raça cavalar. Além deste, vão ser criados postos reprodutores de gado para carne e leite em Bibula, Quilengues, Duque de Bragança, Humpata e Cunene.

• Aos criadores de gado em Angola foi permitido importarem, mediante condições reprodutoras de espécies bovina, equina, azinina, ovina, caprina e suína da Metrópole ou do estrangeiro com transportes pagos pelo Estado.

• Como dissemos, vai ser criada, junto do Ministério das Colónias, a Comissão de Defesa do Porto do Lobito, que passa a tratar de todos os assuntos relativos ao desenvolvimento do referido porto, e a propor tudo quanto interesse a mais perfeita coordenação do tráfego marítimo, nacional e estrangeiro, através do mesmo porto, tendo em atenção os interesses do porto de Benguela. É encarregada igualmente de fazer a revisão das taxas e impostos do porto e do cais, e do uso da respectiva utensilagem, etc.

A comissão será composta de um vogal engenheiro do Conselho superior de Obras Públicas e Minas das Colónias, de um delegado da Companhia dos Caminhos de Ferro de Benguela e doutro da Direcção da Marinha Mercante.

• Em vista de serem dados por findos os trabalhos da brigada das estradas em Angola e tendo sido já iniciadas as obras de construção de pontes, obras consideradas importantes e existindo junto de algumas delas os materiais necessários para a sua conclusão o Governo de Angola pediu autorização ao sr. Ministro das Colónias para abrir um crédito extraordinário, a fim de poder completar essas obras.

Moçambique

O governo desta colónia aprovou determinados artigos das instruções preliminares das pautas no sentido de ser modificado o sistema de fixação do valor fiscal dos produtos de exportação, para efeitos de incidência de direitos e de percentagem cambial.

• O governo de Moçambique propoz que seja posta em vigor naquela colónia a lei metropolitana sobre expropriações.

• Foi autorizada a Câmara Municipal de Quelimane a contrair um empréstimo de 1.500 contos, para vários melhoramentos naquela vila.

• Foram criadas na colónia de Moçambique escolas de habitação de professores indígenas, havendo já bastantes indígenas habilitados com o respectivo curso, pelo que foi mandado abrir concurso entre os referidos diplomados para o provimento das escolas rudimentares sendo 14 em Narracuene, 4 em Manhica, 4 no Magude, 5 no Maputo, 12 no Bilene, 14 no Muchopeco, 4 no Chibulo, 5 no Guijá, 5 em Vila Cunlos, 5 em Massinga, 5 em Marambena, 3 em Donda, 3 no Hemoine, 2 no Cumbana, 3 em Inharrime e 3 em Zavala.

Foi autorizado o governo daquela colónia a abrir um crédito especial para pagamento dos vencimentos a esses professores.

• A brigada constituída encarregada dos estudos do caminho de ferro de Tete já iniciou os seus trabalhos. O referido caminho de ferro destina-se a ligar aquele distrito com a costa, a fim de dar fácil acesso para o mar aos produtos mineiros daquela região.

Logo que aqueles estudos estejam concluídos serão submetidos à apreciação do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas das Colónias, que de há muito se vem ocupando desse importante assunto.

• Entrou na fase de acabamento o novo edifício do Teatro Gil Vicente, em Lourenço Marques, cuja lotação é de 1.238 espectadores. A sala de espectáculos é, como se depreende, muito espaçosa e iluminada, segundo os processos modernos.

O palco é vastíssimo, permitindo toda e qualquer variedade de exhibições, dispondo de bastantes camarins.

Possui um salão de estar, um terraço muito vasto e um "hall", de acesso muito desafogado.

Espera-se poder fazer a sua inauguração oficial por todo o próximo mês de Junho.

• Foram aprovados os orçamentos e respectivos projectos na importância de 1.361 contos para a construção de laboratórios

e edifícios para observatório e outras obras para serviços veterinários na colónia de Moçambique.

• Foi proibida pelo governo da União Sul Africana a importação de citrinas provenientes dos territórios portugueses da Companhia de Moçambique.

Índia

Nos liceus municipais da Índia vão ser criados cursos de ensino comercial.

• O governador geral da Índia propoz telegraficamente que as vagas existentes de escrivães de direito da comarca de Damão e nos julgados municipais de Diu, e de oficiais de diligências de Quepem, Micholim, Damão e Diu sejam preenchidas por adidos doutras colónias.

• Foi criada na capitania dos portos de Nova Goa, uma escola de marinheiros, onde será ministrada a arte de "marinharia".

• O governo da Índia propoz que seja elevada a sete o número dos membros da Comissão do Fundo de emigração, ultimamente ali criada.

• Foi aprovada a verba para a construção de casas económicas em Nova Goa, tendo sido mediante concurso adjudicada à firma Abraham Taylor as dez primeiras a construir.

• O governador geral da Índia propoz ao sr. Ministro das Colónias, para que, na abertura das estradas nacionais nas Novas Conquistas se possam empregar 8 leques de rúpias das das treze que, em caixa constituem o Fundo de Reserva.

• Também pediu autorização para continuar a fazer a amortização da dívida da colónia, com o excesso das receitas cobradas e insistiu pela solução da questão da dívida de Angola àquele Estado.

Macau

Foi submetida à aprovação do Governo a proposta para a Câmara Municipal de Macau possa realizar um empréstimo de 400 mil palacas para a realização de vários melhoramentos bem como embelezamento e saneamento da cidade.

• Foi proposta para que a nomeação do Superintendente do Corpo de Fiscais Municipais da Colónia de Macau seja feita por escolha e não por concurso, como até aqui.

Timor

O sr. Ministro das Colónias recebeu, telegraficamente, uma petição de dois companheiros e conselheiros do Gungunhana, que com ele se revoltaram contra a nossa soberania, e que com o mesmo régulo haviam sido presos e depois deportados para Timor, para regressarem às suas terras em Moçambique, aproveitando para esse fim, a ida a Timor do paquete "Moçambique", que vai ali, não só buscar os deportados políticos como também uma companhia indígena para a desembarcar em Lourenço Marques.

O sr. dr. Armindo Monteiro enviou um telegrama para Timor deferindo a pretensão daqueles dois antigos deportados.

SEMANA DAS COLÓNIAS

Vai realizar-se mais uma «Semana das Colónias» organizada pela Sociedade de Geografia que assim vai cumprindo galhardamente o seu programa de propaganda. No nosso próximo número referiremos os factos mais notáveis deste acontecimento.

O sr. Conde de Penha Garcia, illustre presidente da Sociedade dirigiu aos sócios uma circular em que se definem os propósitos da «Semana das Colónias» da forma seguinte:

«A Semana das Colónias foi criada pela Sociedade de Geografia em cumprimento de um voto do 1.º Congresso Colonial, e há alguns anos, que por ela vem sendo realizada, como instrumento de ensino e de propaganda da nossa missão colonial.

Não tem ela por fim exaltar aquele sentimento de legítimo orgulho que todos sentimos pela grande obra colonial do Passado.

Pretende apenas manter como um culto a homenagem nacional de respeito e de gratidão por aqueles grandes homens e por aquele povo que outrora descobriram novos mundos, criaram impérios e espalharam pela Terra a Raça Portuguesa.

Tem ainda um segundo propósito a colaboração anual da Semana das Colónias, orientar e estimular a nossa acção colonial na hora presente.

Ambos os propósitos se filiam na mesma intenção espiritual. Portugal, grande potência colonial, tem fortes direitos a fazer respeitar e grandes deveres a cumprir. Pela Semana das Colónias pretendemos agir para a defesa desses direitos e para o cumprimento desses deveres.

Em uma só ideia se resume a orientação desta obra de ensino, de propaganda, de preparação. Pela seguinte forma a exprimimos na sua viril singelesa. Portugal d'Aquem-Mar, a Nação portuguesa, precisa viver e manter-se una e forte.

Os corolários deste princípio constituem as regras fundamentais da política colonial portuguesa. Que cada um os grave no seu coração.

Na sua forma mais sintética podem assim defenir-se.

Estreitamento dos laços que devem ligar a Metrópole e as colónias componentes da Nação; mútuo conhecimento, compreensão e solidariedade entre as gentes, que a compõem; equilíbrio equitativo dos seus interesses; ritmo ponderado do seu desenvolvimento social e económico; forte disciplina política e administrativa.

Tais são os preceitos que dominam a acção que a Sociedade de Geografia pretende exercer junto da consciência nacional.

Baseiam-se eles na nossa melhor tradição colonial e naquele sentimento que é força de coesão da unidade nacional. Como instrumentos de execução da nossa tarefa contamos com a Fé, a Vontade, o Estudo e o Trabalho. A nossa obra pretende ser um empreendimento de educação geral, e de estímulo de iniciativas em matéria colonial.

A Semana das Colónias é um movimento em pró da Pátria em que todos os portugueses sem distinção de credo político ou religioso, nem de meio social, podem e devem colaborar.

A obra é de todos e para todos. Ela virá a constituir um capital sagrado de forças espirituais e de acção material que será a melhor parte da herança que legaremos às novas gerações que são a Esperança de Portugal.

Informação Económica

As cotações médias referentes ao mês de Março, segundo informações do correspondente do Banco Nacional Ultramarino em Londres, foram as seguintes:

Amendoim: África Oriental—Em virtude da tendência depreciativa de várias divisas estrangeiras, este mercado está pouco animado, cotando-se nominalmente o embarque Maio/Junho, Junho/Julho ou Julho/Agosto a £ 10.2.6/£ 10.5.—por tonelada cif portos opcionais.

Gergelim: África Oriental—Mercado mais ou menos quieto, cotando-se a tonelada do branco e/ou amarelo cif portos opcionais a £ 12. Misto, nas mesmas condições, vale £ 11.

Ricino: África Oriental—Há pouca actividade e, na falta de transacções, indicamos o seu valor nominal em cerca de £ 9.7.6. por tonelada cif Hull ou Antuérpia independentemente de posição.

Semente de algodão: África Oriental—Pouco ou nada temos a acrescentar à nossa notícia da semana passada, continuando o mercado muito frouxo. A tonelada de semente de primeira qualidade, entregue fora do navio em Liverpool, vale quando muito cerca de £ 4 1/2, £ 5.

Linhaça: África Oriental—Mercado fraco, cotando-se, na falta de transacções, a £ 7.15.—por tonelada cif. Esta cotação é puramente nominal.

Mafura: África Oriental—Tanto aqui como em Marselha pouca procura há para este produto, cotando-se nominalmente, na falta de transacções, a £ 4.—cif Marselha.

Coconote: Mercado firme, havendo vendedores de partidas com embarque durante Maio/Junho a £ 8.7.6. por tonelada cif Liverpool ou Hamburgo.

Óleo de palma: Mais fraco, cotando-se Lagos, em viagem (vendedores) a £ 13.10.0., brandos, disponíveis, a £ 13.10.0., em viagem, £ 13., Abril/Maio e Maio/Junho vendido a £ 12.10.0. Médios, para embarque a prazo, £ 13.15.—, Duros £ 13.10.0. e Sherbro Vermelho, disponível, £ 13.10.0.—para embarque £ 13.5.—. cif.

Sisal: África Oriental—Em virtude das férias da Páscoa o mercado está mais ou menos quieto, mas mantendo todavia uma tendência regular senão mesmo apreciativa, cotando-se o N.º 1 f.a.q. (qualidade média regular) embarque durante Março/Maio, Abril/Junho, Maio/Julho £ 10. com compradores a £ 14.17.6. Os embarques durante Junho/Agosto, Julho/Set. e Agosto/Out. são oferecidos no mercado a £ 15.5.—mas os compradores não pagariam

mais do que £ 15. por tonelada cif. O N.º 2, f.a.q. vale cerca de 10/- menos por tonelada.

Estopa: África Oriental—Mercado quieto na base de £ 11.10.0. a £ 11.12.6. para a N.º 1. f.a.q., embarque corrente.

Algodão: África Oriental—Em virtude da situação financeira dos Estados Unidos da América, a tendência do mercado é irregular e os valores mostram uma pequena depreciação. Fecho do mercado de Liverpool, em 19 de Abril de 1933.—Médio Americano (Padrão):—disponível 5.29; Abril 5.05; Maio 5.06; Junho/Julho 5.06; Agosto/Set. 5.07; Out. 5.08; Nov. 5.09; Dez. 5.11; Janeiro 5.12; Fev. 5.14; Março 5.16 e Abril 5.17.

Copra: Mais ou menos firme, colando-se a FMS de Moçambique, disponível, a £ 10.7.6. Straits FMS, embarque em Abril, £ 11.1.3. (vendedores) para Rotterdam; Filipinas FMS £ 10.2.6., Ceilão FMS, para cinco portos e com embarque durante Maio, £ 12.5.—, FM Straits, para Marselha £ 10., Manila FM £ 12.6. cif.

Borracha: Nestes últimos dias tem havido melhor procura e a tendência é apreciativa, notando-se um aumento nos valores de cerca de 1/4 d por lb. A situação Americana tem influenciado bastante o mercado e agora que foi decretado a abandono do estalão-ouro, é muito provável que os preços ainda aumentem mais. Fecho do mercado, em 19/4/33:—Fôlha de plantação (Padrão): disponível 2 27/32; Maio 2 17/32; Julho/Set. 2 5/8 e Out./Dez. 2 11/16. Movimento dos portos, na semana finda em 15/4/33:—LONDRES:—importação 652 toneladas; entregas 1131—existência 40.019—Liverpool:—importação 970 toneladas, entregas 513—existência 54.762.

Cacau: O mercado do disponível continua quieto, colando-se o de S. Tomé, para embarque, a 26/6d cif., o Superior da Baía a 24/6d cif., o da Trindade a 27/- a 29/6d., Summer Aribba 43/6d e Costa Rica \$5.10.

Café: Em virtude das férias da Páscoa, os primeiros leilões têm lugar a 25 do corrente. O mercado do disponível e privativo continua activo e firme. Superior de Santos e N.º 7 do Rio, para embarque imediato, 60/- e 52/- por cwt c & f.

Milho: África Oriental—Não temos conhecimento de quaisquer ofertas. O n.º 2 branco chato, em sacos e com embarque em Abril e Maio, vale 17/- e 17/6d por quarter cif.

Informações Coloniais do Estrangeiro

Alcide Delmont, antigo sub-secretário das Colónias e deputado por Martinica, dirigiu um apêlo a Daladier em nome do Instituto Colonial francês. Delmont propõe a Daladier que a conferência económica francesa examine com urgência o plano de reconstrução das economias coloniais francesas com o concurso das grandes associações qualificadas e câmaras de comércio coloniais. Assim completar-se-iam as medidas necessárias para a salvaguarda da balança colonial francesa, medidas essas entre as quais Delmont cita uma sobretaxa compensadora do câmbio para os produtos americanos.

A questão dos campos auríferos de Kenya que levantou vivas discussões há algum tempo, acaba de ser resolvida. O Ministério das Colónias anuncia que o Governo de Kenya publicou em Nairobi uma portaria aceitando as recomendações do relatório de Albert Kitson sobre o pedido de concessão feito por uma importante sociedade de explorações auríferas para explorar exclusivamente os trabalhos de sondagem naquela Colónia. A região em causa que tem 15.000 quilómetros quadrados está dividida em 5 regiões, duas das quais serão abertas à prospecção livre, e três submetidas a um regulamento especial que fixa a concessão das licenças.

A Itália prepara na Cirenaica um grande plano de colonização. No princípio de Abril partiram para ali 6 famílias agrícolas. Nestes próximos dias partirão as primeiras famílias de pastores. O Duce pretende fazer na Cirenaica uma colonização e povoamento em grande estilo—segundo as suas próprias afirmações. O plano adoptado é diferente do da Tripolitânia. A Repartição de Colonização criada para a Cirenaica opôs-se às grandes concessões por

duas razões: 1.ª porque o esforço financeiro é menor; 2.ª porque o Fascismo não concorda com o proletariado agrícola e deseja associar o trabalho do solo à propriedade do solo. A concessão tipo é de 20 hectares, cuja metade deverá ser arborizada ou receber cereais e a outra metade servirá para pastos. Os cinco primeiros anos serão dedicados ao desbravamento e revalorização da terra. A Repartição referida dá, além dum salário mensal, um empréstimo ao colono, mas guarda para si metade da colheita. Ao fim dos cinco anos o colono pedirá a compra da concessão, tendo 30 anos para pagar o seu preço, calculado à razão de 50 liras por hectare. Os edifícios construídos pela Repartição serão vendidos por uma importância global. A Repartição recomenda a cultura de oliveiras, amendoeiras, vinhas e trigos, fundando grandes esperanças nestes últimos. Para os primeiros colonos a Repartição adquiriu 800 carneiros e pensa enviar em breve várias cabeças de gado bovino. O primeiro núcleo de colonização deverá ser formado por 150 famílias—segundo se calcula.

A assembleia geral dos Agentes Coloniais, tomando conhecimento dos projectos do Governo a favor do comércio colonial, resolveu: 1) fazer um inventário oficial das necessidades da Metrópole em produtos exóticos com indicação dos países fornecedores correspondentes; 2) publicação das possibilidades comerciais e técnicas de cada possessão; 3) activa propaganda para interessar a opinião nos territórios de além-mar; 4) largo apêlo a todos os colonos susceptíveis de prestar uma cooperação técnica às iniciativas oficiais ou particulares que interessam às Colónias.

Notícias da Tunísia dizem que lavra grande efervescência entre os árabes, por motivo da naturalização francesa de alguns indígenas. As autoridades têm tomado rigorosas providências chegando a mandar metralhadoras e carros de assalto para a rua.

Uma manifestação percorreu as ruas de Tunis, dando o povo "vivas" à nacionalidade tunisiana e "morras" à naturalização. São considerados traidores os sacerdotes muçulmanos que dizem nos templos que se pode ser ao mesmo tempo francês e mahometano.

Livros e Publicações

Heroi Derradeiro, por Joaquim de Paço d'Arcos.

A literatura colonial, que pode considerar-se um índice sobre o valor do lugar que as cousas coloniais ocupam no pensamento e na actividade portuguesas, vai aumentando—e vai melhorando. O sr. Joaquim de Paço d'Arcos, herdeiro dum nome ilustre no colonialismo, dá-nos mais um romance de literatura colonial que é também a sua estreia como romancista.

Focando a figura, já de si romântica, do malogrado Carlos Sobral que em África morreu a pelear com um leão, dá-nos um cenário europeu na primeira parte e um cenário moçambicano na segunda parte do volume.

Tem o livro qualidades e defeitos como tudo que neste mundo os homens criam. Parece-nos deverem apontar-se como qualidades incontestáveis a frescura e a sinceridade do estilo—por vezes a sua ingenuidade—as evocações heroicas da segunda parte, uma das quais transcrevemos no nosso último número; e um sadio vigor de patriotismo que anima todas as páginas do romance. A segunda parte é nitidamente superior à primeira: mais colorida, mais verdadeira e mais vigorosa.

Não se pode dizer que exista no livro uma ideia dominante ou uma tese: Existem todavia aspectos vários dum ideal e duma ideia de nacionalismo colonial.

Afiguram-se-nos defeitos da obra: Tôda a primeira parte. Achamo-la inferior como assunto e empolada como literatura. Salva-se dela a custo um espírito crítico vivo e contundente que, por vezes, acerta no alvo. Todavia essa mesma crítica é, com aspectos por vezes semelhantes (o jornalista pulha e escroc) à de Carlos Selvagem na *Ave do Paraíso* não alcança nem na forma nem na essência o brilho superior desta.

O livro sai por via deste defeito um pouco desequilibrado. É fundamentalmente um erro de técnica que é de apontar por quem não tem propósitos de louvaminha barata mas que não é de censurar numa primeira obra, cujas qualidades, de resto, são claras e incontestáveis.

Em 31 de Dezembro de 1932, 120 empregados brancos, dos quais 79 portugueses (65,8 %).

Total de vencimentos pagos a este pessoal em 1932: £ 47.000 aproximadamente (além da alimentação, casa e assistência médica).

Trabalhadores indígenas:

Em 1931, 4.988 { 4.129 voluntários.
859 contratados.

Em 1932, 5.286 { 3.912 voluntários.
1.374 contratados.

Total de salários pagos a este pessoal, em 1932: 2.395.000 angolares e alimentação.

Volume médio de cascalho tratado por cada indígena, ao serviço nas explorações:

Em 1928..... 7,58 m. c.
Em 1930..... 9,73 m. c.
Em 1932..... 10,35 m. c.

Assistência médica:

Hospitais:

1 para brancos.
6 » indígenas.
6 dispensários.
25 postos de socorros.

Tratamentos feitos:

Em 1931, 262.827 { 235.472 a pessoal da Companhia.
27.355 a pessoas estranhas.

Em 1932, 246.285 { 220.599 a pessoal da Companhia.
25.686 a pessoas estranhas.

Missão de profilaxia contra a doença do sono:

Quilómetros percorridos: 3.000 (aproximadam.^{te}).
Indígenas inspeccionados: 50.579.
Tratamentos preventivos: 1.132.
Casos averiguados: 9.
Deve ser iniciada, brevemente, uma nova campanha.

Transportes para a zona das explorações:

Em 1929:

Via Congo Belga 777,2 tons. (53 %).
» Malange 154,0 » (10 %).
» Lobito 526,0 » (36 %).

Em 1931:

Via Congo Belga 71,7 tons. (6 %).
» Malange 551,7 » (45 %).
» Lobito 570,7 » (49 %).

Em 1932:

Via Congo Belga 38,4 tons. (3 %).
» Malange 340,0 » (27 %).
» Lobito 872,1 » (70 %).

Compras:

Na Colónia e na Metrópole:

Em 1931, 4.946 contos (64 %); em 1932, 5.084 contos (71 %).

No Estrangeiro:

Em 1931, 2.820 contos (36 %); em 1932, 2.120 contos (29 %).

Todos os géneros para a alimentação do pessoal indígena são obtidos na Província, tendo sido adquiridos, para este fim, entre 1926 e 1932, 18.715 cabeças de gado e 46 toneladas de peixe seco.

Este gado percorre 1.700 quilómetros entre o lugar da criação e o do consumo, gastando nesse percurso cerca de seis meses.

Contribuição da Companhia nas finanças e economia de Angola:

Importância total já entregue ao Governo da Província, a título de participação nos lucros, dividendos e empréstimos contratuais: £ 1.350.606.

Desde 1 de Janeiro de 1931 até hoje, pela entrega da participação nos lucros, dividendos e empréstimos ao Governo da Colónia, entregas de escudos ao Banco de Angola em Lisboa e vendas de cheques sobre Londres ao Fundo Cambial em Luanda, a Companhia concorreu para a resolução do «problema das transferências» com coberturas no valor de £ 321.531 (média mensal de £ 11.087).

Impostos pagos na Metrópole:

Desde 1 de Janeiro de 1923 a 31 de Dezembro de 1932: 13.750 contos.
Lisboa, 8 de Maio de 1933.

A Companhia de Moçambique

Desde 1888 que a exploração e administração dos vastos e ricos territórios de Mânica e Sofala se encontram a cargo desta instituição, porventura, o organismo económico de maior importância da Província de Moçambique.

Disfrutando da autonomia, necessária ao seu desenvolvimento e livre exercício de actividades, estabelecida por diplomas legislativos, a Companhia de Moçambique controla uma extensão de terreno de 154.822 quilómetros quadrados que vai do litoral até à fronteira da Rodésia e do Zambeze até à baixa do Limpopo.

A riqueza agrícola do solo tem sido valorizada pela assistência técnica e financeira que a Companhia tem dispensado, a colonos e companhias exploradoras, sendo constituída nos seus principais produtos por copra, amendoim, milho, arroz, mapira, feijão, e na sacarina, batata e algodão.

No seu território estão estabelecidas as duas grandes empresas açucareiras, a Sena Sugar States e a Companhia Colonial do Buzi, cujo progresso industrial se vem acentuando no decorrer dos anos.

Além desta indústria, a do algodão, cal e tijolos, moagem, óleos e sabões, tabaco e de serração de madeiras, desenvolvem-se e progredem dentro do território da Companhia.

A indústria mineira, explorada na região de Mânica de 1922 a 1931 tem atingido a média anual de 6.935 onças de ouro no valor de £ 30.415.

A riqueza do sub-solo porém tem dado margem a prospecções de estanho, asbestos e amianto, com regularidade e êxito.

Dentre as obras de fomento realizadas pela Companhia de Moçambique resalta no entanto como factor de importância capital, a construção do Porto da Beira.

A utilidade desta obra grandiosa, exprime-se pelo aumento progressivo do volume de tráfego que de 1926 até início da crise económica mundial se verificou.

A rede de comunicações, fluvial, de estradas e caminhos de ferro, tem sido desenvolvida no sentido da maior valorização do território.

O serviço de correios e telégrafos distribuí-se por 24 estações postais, 13 estações telegráficas, 5 estações de T. S. F. e uma extensão de linhas telefónicas de 1.100 quilómetros.

A obra social da Companhia está representada na assistência ao indígena, quer sob o ponto de vista da produção, da educação e da saúde pública.

A tudo a Companhia tem dado o melhor da sua actividade, correspondendo deste modo ao fim para que foi instituída.

CASA

ANIBAL TAVARES

JOIAS - PRATAS - OURO - FILIGRANAS

INDÚSTRIA NACIONAL

Comprar jóias na Casa ANIBAL TAVARES é garantir o futuro

Comprem directamente, evitem o intermediário
95, RUA DA PRATA, 97

LISBOA—PORTUGAL

Todas as encomendas são rapidamente enviadas à cobrança

Rendimentos brutos cobrados na alfândega "O Lobite" nos últimos dois anos

	1931	1932	Diferenças para mais	Diferenças para menos
Janeiro.....	981.550,31	1.271.059,76	289.509,45	
Fevereiro....	702.377,41	870.591,25	168.213,82	
Março.....	873.321,21	1.092.831,74	219.510,53	
Abril.....	984.897,71	917.825,04		67.072,67
Maió.....	712.884,60	876.221,08	163.336,48	
Junho.....	1.264.854,95	1.099.243,46		165.591,49
Julho.....	992.927,62	1.268.385,05	275.457,41	
Agosto.....	698.752,96	1.266.903,64	567.150,68	
Setembro...	621.890,55	1.093.887,81	471.997,46	
Outubro....	639.735,90	1.217.278,95	577.543,05	
Novembro...	976.331,25	1.230.765,64	254.432,41	
Dezembro...	1.012.558,56	1.354.099,19	341.540,63	
Total...	10.462.062,81	13.558.090,55	3.328.691,90	232.664,16

CAMBIOS

PRAÇAS	CAMBIO	
	COMPRA	VENDA
Londres.....	109\$80	110\$10
Paris.....	1\$25,9	1\$25,7
Suíça.....	6\$16,6	6\$18,9
Bélgica.....	4\$44,7	4\$46,5
Itália.....	1\$62,9	1\$63,5
Holanda.....	12\$82,7	12\$87,3
Madrid.....	2\$69,0	2\$70,0
Nova-York...	31\$61,9	33\$73,5
Brasil.....	2\$54,6	2\$56,8
Noruega.....	5\$61,0	5\$67,1
Suécia.....	5\$79,7	5\$86,0
Dinamarca.....	—	4\$93,9
Praga.....	\$94,8	\$95,9
Viena.....	—	3\$54,5
Berlim.....	7\$58,2	7\$61,0
Agio do ouro.....	44 0/0	—
Libras ouro.....	—	—
Ouro fino gr.....	15,02,2	—

SORTES GRANDES?

SÓ A CASA

COSTA, L.^{DA}

AS VENDE

75, RUA DE S. PAULO, 77

Moçambique

Movimento da navegação, por nacionalidades durante o 1.º semestre de 1932

NACIONALIDADES	VAPORES MERCANTES					NAVIOS DE VELA				
	Número	Tonelagem		Tripulação	Passageiros	Número	Tonelagem		Tripulação	Passageiros
		Bruta	Descarregada ou carregada				Bruta	Descarregada ou carregada		
ENTRADAS										
Portuguesa	310	563.060.805	27.716.546	17.000	27.711	1.538	23.825.622	9.879.280	7.227	564
Alemã	65	377.837.000	13.608.310	6.853	412	—	—	—	—	—
Americana	10	62.418.000	8.593.000	439	1	—	—	—	—	—
Holandesa	78	283.836.000	10.433.360	4.833	161	—	—	—	—	—
Inglesa	252	1.308.633.000	111.912.753	25.427	1.812	77	7.777.530	2.019.230	714	9
Italiana	21	143.533.533	3.912.000	1.214	45	—	—	—	—	—
Japonesa	12	113.722.000	3.685.000	1.197	25	1	33.000	—	8	—
Norueguesa	8	45.616.000	29.043.000	266	—	—	—	—	—	—
Sueca	11	61.883.000	31.240.000	353	1	—	—	—	—	—
SAIDAS										
Portuguesa	309	561.427.400	58.511.722	16.882	26.454	1.585	23.741.424	5.710.092	7.475	636
Alemã	65	377.837.000	21.184.949	6.855	500	—	—	—	—	—
Americana	9	54.146.000	579.000	374	—	—	—	—	—	—
Holandesa	76	276.560.000	16.600.677	4.738	104	—	—	—	—	—
Inglesa	252	1.308.561.000	88.888.306	25.366	1.401	73	7.195.530	1.670.000	676	9
Italiana	21	143.533.000	5.222.008	1.219	110	—	—	—	—	—
Japonesa	12	113.722.000	1.206.000	1.197	212	1	34.000	—	9	—
Norueguesa	7	39.522.000	558.000	231	—	—	—	—	—	—
Sueca	12	71.466.000	989.000	388	—	—	—	—	—	—

Moçambique

Movimento comercial durante o 1.º semestre de 1932

	Valores em Esc. oors
Importação	5.385.900\$43
Exportação	5.674.823\$00
Reexportação	1.160.966\$00
Cabotagem	407.872\$00
Baldeação	230.545\$00
Trânsito	13.124.417\$00

Principais mercadorias exportadas

Açúcar	285.818\$00
Algodão em rama	121.703\$00
Casca de mangal	28.640\$00
Feijão	15.321\$00
Frutas frescas:	
Bananas	118.838\$00
Cocos	1.532\$00
Laranjas	452\$00
Limões	126\$00
Outras	15.576\$00
Mapira	16.568\$00
Linho	2.581\$00
Oleaginosas:	
Amendoim	328.989\$00
Castanha de Caju	99.121\$00
Copra	523.333\$00
Gergelim	12.105\$00

Mafurra	16.416\$00
Outras	11.919\$00
Óleos:	
Amendoim	32.538\$00
Copra	34.289\$00
Outros	26.727\$00
Sisal	217.697\$00

Principais mercadorias importadas

Aço e ferro, sem obra	86.494\$37
Aguardentes preparadas, licores, etc.	30.237\$51
Aparelhos agrícolas	47.470\$80
Arroz em grão	143.854\$94
Automóveis	40.719\$74
Calçado	56.722\$30
Camiónes	64.078\$92
Carvão mineral	156.705\$50
Farinha de trigo	105.392\$61
Gazolina	197.163\$16
Leite condensado	38.410\$34
Leite esterilizado	3.374\$72
Madeira em bruto	54.812\$86
Pertences para indústrias e minas	168.900\$76
Petróleo	64.585\$00
Tecidos de algodão	1.047.184\$88
Tecidos de lã	36.269\$42
Tecidos de seda	29.511\$20
Vinhos comuns	306.211\$97
Vinhos especiais	35.047\$06

A. Ferreira



PORTUGAL COLONIAL

EXIJA ao seu fornecedor a marca A. FERREIRA nas tintas de escrever, colas e lacres, ficando certo, assim, de receber produtos de primeira qualidade.

Reexportação e trânsito de mercadorias das Colónias portuguesas por Lisboa em Março de 1933

MERCADORIAS	QUANTIDADES EM QUILOGRAMAS		VALOR EM ESCUDOS	
	1932	1933	1932	1933
	Março	Março	Março	Março
Reexportação :				
Cacau	1.167.147	667.560	3.198.660\$00	1.733.422\$00
Café	802.332	257.744	1.972.303\$00	1.114.639\$00
Cera	10.411	94.085	91.170\$00	723.770\$00
Outras mercadorias	94.158	133.864	247.340\$00	303.388\$00
Total	2.074.048	1.153.253	5.509.473\$00	3.875.219\$00
Trânsito internacional :				
Cacau	—	—	—	—
Café	880.798	23.912	2.608.374\$00	113.350\$00
Cera	77.344	13.267	677.400\$00	105.610\$00
Óleos de palma e côco	—	—	—	—
Outras mercadorias	194.829	144.825	524.400\$00	236.980\$00
Total	1.152.971	182.004	3.810.174\$00	455.940\$00

Do Boletim Mensal da Direcção Geral da Estatística.

Quantidades em quilogramas de algumas mercadorias importadas e exportadas de e para as Colónias portuguesas durante o mês de Março de 1933

MERCADORIAS	Angola	Cabo Verde	Guiné	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	India, Macau e Timor
Importadas das Colónias :						
Arroz	9.899	7.844	116.082	—	—	—
Açúcar	3.745.268	—	—	10.106.831	—	—
Café	894.047	2.429	—	117	49.494	325
Trigo em grão	3.878.901	—	—	—	—	—
Peles em bruto	240.242	6.000	49.085	19.060	—	—
Algodão em caroço, rama ou cardado	160.616	—	—	390.939	—	5.070
Sementes oleaginosas	1.173.688	859.966	3.627.314	2	1.097.308	—
Milho	—	—	—	—	—	—
Exportadas para as Colónias :						
Vinhos do Pôrto (decalitros)	1.785	156	156	2.166	173	531
» da Madeira	526	—	—	23	—	—
» comuns tintos (decalitros)	173.980	5.663	19.260	109.650	13.536	5.605
» brancos (decalitros)	37.027	1.369	3.846	84.324	1.779	390
» licorosos (decalitros)	1.603	385	152	390	12	1.646
Conservas de vegetais	38.555	1.240	3.901	69.498	3.039	5.448
Sardinhas em salmoura	799	20	—	603	—	350
Conservas de sardinha	10.220	1.188	2.475	27.654	1.647	1.217
Conservas de peixe	675	—	164	1.159	224	—
Cortiça em rolhas	58	12	23	286	22	—

Do Boletim da D. G. E.

Acções de Companhias Coloniais

1933		Vencimento de juros ou dividendo	Último juro ou dividendo pago		VALORES	OFERTAS			
Máximo	Mínimo		Data	Quantia		10 de Março		15 de Março	
						C.	V.	C.	V.
—	—	17-10-1927	1926	L. 14\$67	—	—	—	—	
—	—	25-6-1928	1929	L. 20\$00	80\$00	150\$00	80\$00	120\$00	
105\$00	90\$00	11-3-1930	1929	L. 20\$00	80\$00	92\$00	85\$00	91\$00	
200\$00	190\$00	19-4-1932	1931	L. 11\$15	206\$00	230\$00	198\$00	—	
—	—	15-7-1929	1928	£ 0-3-2 2/5	20\$00	—	—	—	
12\$00	8\$50		1927		10\$00	—	—	—	
48\$50	43\$40	11-7-1929	1928	£ 0-0-0,6	45\$00	46\$00	46\$00	47\$00	
46\$50	40\$50	11-7-1929	1928	£ 0-0-0,6	43\$50	44\$00	—	45\$50	
18\$00	12\$50	1-4-1929	1927	L. 10\$00	—	—	—	—	
153\$00	135\$00	18-4-1932	1931	L. 5\$00	136\$00	138\$00	135\$00	137\$00	
15\$00	12\$00	2-6-1930	1928-29	L. \$99	—	—	—	—	
					Agrícola do Cazengo	—	—	—	
					Agrícola das Neves	80\$00	150\$00	80\$00	120\$00
					Agricoltura Colonial (Soc.)	80\$00	92\$00	85\$00	91\$00
					Açúcar de Angola	206\$00	230\$00	198\$00	—
					Boror	20\$00	—	—	—
					Cabinda	10\$00	—	—	—
					Buzi—de 1 a 150.000 1. ^a Em. ...	45\$00	46\$00	46\$00	47\$00
					Buzi—de 150.001 a 300.000 2. ^a Em.	43\$50	44\$00	—	45\$50
					Colonial de Navegação	—	—	—	—
					Ilha do Príncipe	136\$00	138\$00	135\$00	137\$00
					Zambézia—t. 25	—	—	—	—

ESTATÍSTICA

Índices-Números das cotações dos géneros coloniais

DESIGNAÇÃO	1914	1929	1930	1932		1933
	Julho	Índice-médio	Índice-médio	Índice-médio	Março	Março
LISBOA (cidade)	100	2.630	1.726	1.302	1.800	1.474

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Situação dos Bancos Coloniais com sede em Lisboa, em Fevereiro de 1933 (Valores em escudos)

BANCOS	ACTIVO				PASSIVO	
	CAIXA		Letras descontadas sobre o País e transferências	Letras a receber	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo
	Dinheiro em cofre	Depósitos noutros bancos				
Banco de Angola (Sede).....	444.743	7.180.911	—	—	6.913.703	1.688.046
Banco do Comércio e Ultramar..	77.380	340.055	1.203.286	1.164.635	381.324	1.348.661
Banco N. Ultramarino (Sede)..	7.532.260	963.327	67.676.701	63.194.554	40.934.531	71.947.187

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Cotações dos géneros coloniais (Praça de Lisboa)

Géneros	Unidade	Cotações em (a)	
		1929 15 de Janeiro	1933 15 de Fevereiro
Cacau fino.....	15 quilogr.	77\$00	39\$00
Cacau paiol.....	»	62\$00	29\$00
Cacau escolha.....	»	36\$00	19\$50
Café de S. Tomé, fino.....	»	(b) 210\$00	120\$00
Café de Novo Redondo.....	»	124\$00	(c) 80\$00
Café de Ambriz.....	»	123\$00	73\$00
Café de Encoje.....	»	116\$00	(d) 75\$00
Café do Cazengo.....	»	120\$00	74\$00
Coconote.....	»	33\$00	16\$50
Copra.....	»	42\$00	22\$00
Óleo de palma, mole.....	»	45\$00	(f) 22\$00
Rícino.....	»	27\$00	—
Gergelim.....	»	34\$00	—
Algodão.....	Quilog.	10\$00	5\$75
Cera.....	»	16\$00	—
Cola.....	»	6\$00	1\$10
Açúcar, rama.....	»	(e) 1\$70	(d) —
Milho.....	»	\$94	\$88
Coiros.....	»	15\$00	5\$80

(a) As cotações apresentadas representam a média nas datas indicadas ou na data mais próxima — (b) Cotação em 1 de Agosto de 1928 — (c) Cotação em 21 de Setembro de 1928 — (d) Não foi negociado — (e) 2.ª qualidade — (f) Em tambores.

Companhia do Sul de Angola

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, com o Capital

Autorizado—Esc. 10.000.000\$00

Subscrito — Esc. 6.000.000\$00

SEDE SOCIAL

Lisboa—R. Vitor Cordon, 12-1.º

Telef. 2 4174 — End. Tel. SULANGOLA

SEDE EM ÁFRICA

MOSSAMEDES—África Ocidental

EXPLORAÇÕES

PESCA—Baía das Moscas, Mossâmedes—Praia Amélia, Pôrto Alexandre

Fabrico de Conservas, Farinhas e Óleos de Peixe, Pasta Azotada—Fábrica AFRICANA—Mossâmedes

AGRICULTURA E CRIAÇÃO DE GADO

Mossâmedes, Giraul, S. Nicolau, S. João do Sul, Caroca e Pinda

Companhia de Mossâmedes

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, com o Capital

Autorizado—Esc. 20.000.000\$00

Subscrito — Esc. 13.995.000\$00

SEDE SOCIAL

Lisboa—R. Vitor Cordon, 12-1.º

Telefone: 2 4174

SEDE DO COMITÊ FINANCEIRO

na Banque des Interets Français
23, Rue Louis le Grand — PARIS

SEDE EM ÁFRICA

SÁ DA BANDEIRA—(Lubango)

Criação e Comércio de gados—Explorações agrícolas—Instalações no *Lubango, Tchipa, Ediva, Palanca, Culueque e Tchifilo*

U M B É B É

Leite condensado

Açucarado Moça

Leite esterilizado

Purissimo

Leite em Pó "Lactogen"

Chocolates Suíços

Queijo Gruyère



REPRESENTANTES

EM ANGOLA

ZUID AFRIK, HANDELSHUIS

LOANDA

VASCO D'OLIVEIRA

LOANDA

FILIAL EM PORTUGAL

*Nestlé & Anglo Swiss
Condensed Milk Co*

Rua Ivens, 11-13—Lisboa

**Farinha
Lactea**

NESTLÉ

**O melhor
alimento
para crianças**